



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB

**FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS – FATECS**

ANA LOUISE NUNES VIRIATO

A DELAÇÃO DE DELCÍDIO DO AMARAL NO JORNAL NACIONAL

BRASÍLIA

2016



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA -

UniCEUB

FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS

SOCIAIS APLICADAS – FATECS

ANA LOUISE NUNES VIRIATO

A DELAÇÃO DE DELCÍDIO DO AMARAL NO JORNAL NACIONAL

Monografia apresentada à Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Vivaldo Reinaldo de Sousa

BRASÍLIA

2016

ANA LOUISE NUNES VIRIATO

A DELAÇÃO DE DELCÍDIO DO AMARAL NO JORNAL NACIONAL

Monografia apresentada à Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Brasília, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Vivaldo Reinaldo de Sousa
Orientador

Professora Isa Coelho Stacciarini
Examinadora

Professor Luiz Claudio Ferreira
Examinador

DEDICATÓRIA

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, por concederem-me todos os privilégios dos quais não gozaram durante a graduação. Aos amigos e colegas, pelo incentivo e apoio constantes. Ao professor Vivaldo Reinaldo, pela orientação que tornou possível a conclusão do presente trabalho.

“Eu ainda acredito que, se seu objetivo
é mudar o mundo, o jornalismo é uma das
armas mais imediatas de curto prazo”

Tom Stoppard

RESUMO

A corrente monografia apresenta, como objetivo principal, a identificação do agendamento político adotado pelo Jornal Nacional durante os trinta dias subsequentes à delação premiada do ex-senador Delcídio do Amaral, desencadeada pela Operação Lava Jato, além da análise do enquadramento proposto pelo noticiário na veiculação de reportagens referentes ao caso, durante o referido espaço temporal. Como objetivos específicos, descreve-se, na estrutura do projeto, uma sucinta linha temporal relativa à história do telejornalismo e da Rede Globo de Televisão, a fim de evidenciar o poder e a influência obtidos pela emissora ao longo dos anos. Utiliza-se, também, os conceitos de manipulação, elucidados por Perseu Abramo, com o intuito de clarificar o processo de identificação de elementos manipulativos. Coloca-se, ainda, as hipóteses do *newsmaking*, *agenda-setting* e *framing*, para demonstrar o curso da divulgação do acontecimento: do fato à sua transformação em notícia e, posteriormente, à constituição da agenda pública. O material de estudo, portanto, é composto por 26 edições do JN, capturadas entre os dias 3 de março e 1 de abril de 2016. Por fim, usa-se a Análise de Conteúdo como método de estudo, devido à abrangência da tese, configurada por elementos quantitativos e qualitativos.

Palavras-chave: Agendamento. Enquadramento. Política. Telejornalismo. Jornal Nacional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
PARTE I – REFERENCIAL TEÓRICO	3
1 TELEVISÃO E TELEJORNALISMO NO BRASIL: UM POUCO DE HISTÓRIA.....	3
1.1 Década de 50	4
1.2 Década de 60	6
1.3 Década de 70	8
1.4 Década de 80	10
1.5 Anos 90 e 2000.....	12
MÍDIA E POLÍTICA.....	15
2.1 Mídia e Público: características da sociedade que propiciam a manipulação	15
2.2 Tipos de Manipulação	17
3 DO ACONTECIMENTO À NOTÍCIA.....	23
3.1. Contexto Histórico	23
3.2 Newsmaking.....	25
4 AGENDA-SETTING E ENQUADRAMENTO: A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE SOCIAL	29
4.1 A evolução da teoria do agendamento	31
4.2 Do agenda-setting ao <i>framing</i> : um novo olhar.....	33
PARTE II – METODOLOGIA DE ESTUDO.....	37
5 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	37
5.1 Análise de Conteúdo: O que há por trás da notícia?	37
5.2 Operacionalização da Análise Proposta	41
PARTE III – ANÁLISE.....	49
6 ANÁLISE QUANTITATIVA.....	49
7 ANÁLISE QUALITATIVA: O OLHAR SOB O TEXTO	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
APÊNDICES.....	66
ANEXOS	76

INTRODUÇÃO

Roger Silverstone (2002, p.13) afirma que, por ser tão fundamental à nossa vida cotidiana, é que devemos estudar a mídia: “Estudá-la como algo que contribui para nossa variável capacidade de compreender o mundo, de produzir e partilhar seus significados”.

Em concordância com a proposição supracitada, esta monografia realiza uma análise quantitativa e qualitativa das reportagens políticas, referentes à delação premiada do ex-senador Delcídio Amaral, veiculadas pelo Jornal Nacional - noticiário televisivo de maior audiência do Brasil - ao longo dos 30 dias subsequentes ao depoimento.

O estudo objetiva apontar se houve quaisquer tipos de manipulação ou persuasão por parte do JN. Para tanto, averigua os agendamentos e o enquadramentos políticos desenvolvidos pelo telejornal durante o referido espaço temporal e aponta os momentos em que o Jornal Nacional omitiu dados e pautas, ou fez uso da técnica de saliência, que consiste em tornar uma informação mais noticiável, significativa ou memorável para a audiência (ENTMAN, 1993).

Escolhe-se a análise de notícias referentes à delação de Delcídio do Amaral, dentre tantas outras desencadeadas pela operação Lava Jato, porque esta proveio da primeira prisão de um senador em exercício do mandato desde a redemocratização, em 1985.

Esta análise embasa-se, em primeiro lugar, na hipótese do *agenda-setting*, desenvolvida em 1972, cujo enunciado central afirma que

as pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo [...] Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas e às pessoas (SHAW, 1979 apud WOLF, 1999, p.151)

Em segundo lugar, o estudo constrói-se segundo a teoria do *Framing* ou *Enquadramento*. De acordo com o conceito, a mídia determina, também, como a maioria da sociedade compreende e lembra de um problema, da mesma forma que aponta a maneira segundo a qual as pessoas avaliam e agem sobre ele (ENTMAN, 1993).

Propõe-se, nesta monografia, que o Agendamento e o Enquadramento deste veículo de comunicação sejam justificados pela teoria do *Newsmaking*, hipótese que afirma que as notícias são o resultado da rotina industrial.

Segundo Maria Tereza Garcia (2006, p.387), doutora em Ciências Políticas,

o newsmaking leva em consideração o jornalista por meio de seu repertório, vivência e experiência no momento em que vai definir qual será o tema e a construção da notícia, preocupando-se também com os interesses do veículo em que trabalha, mas desconsiderando o público.

O material reunido para a construção desta tese – 26 edições do Jornal Nacional, veiculadas entre 3 de março e 1 de abril – é apreciado segundo a Análise de Conteúdo. Bardin (1977) defende que este tipo de observação pode ser definido como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, cujo intuito é obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção

A fim de atingir os objetivos específicos propostos, divide-se esta monografia em três partes, compostas, ao todo, por sete capítulos.

A primeira fração do trabalho reúne o referencial teórico utilizado para a composição do conhecimento necessário para realizar-se a análise de noticiários televisivos. O capítulo 1 refere-se à ampla história do telejornalismo no Brasil. Optou-se por adotá-lo, com o objetivo de compreender o processo de construção da influência que os veículos de comunicação, em especial, a Globo, detêm hodiernamente. O segundo ponto aborda questões referentes à manipulação midiática. Escolheu-se este tema para que suas diferentes vertentes fossem sublinhadas e o processo de identificação de enquadramentos, por exemplo, clarificado. Por último, o capítulo 3, acerca dos conceitos de *agenda-setting* e *framing*, elucida as características de cada hipótese e descreve o método utilizado para identificá-las no texto.

A segunda parte do corrente material discorre acerca das metodologias de análise quantitativas e qualitativas, prioritariamente, a Análise de Conteúdo. Apresenta-se o modo de operacionalização adotado, junto à sua contextualização e funcionalização.

A última parcela abrange a análise proposta. Ilustra-se os agendamentos e enquadramentos políticos do Jornal Nacional, embasados pelo conhecimento assimilado durante a produção da descrita pesquisa.

PARTE I – REFERENCIAL TEÓRICO

1 TELEVISÃO E TELEJORNALISMO NO BRASIL: UM POUCO DE HISTÓRIA

A televisão figura como meio de comunicação de suma importância na maioria dos territórios mundiais. Porém, “no caso brasileiro, a TV não é apenas um veículo do sistema nacional de comunicação. Ela desfruta de um prestígio tão considerável, que assume a condição de única via de acesso às notícias e ao entretenimento para grande parte da população”. (REZENDE, 2000, p.23)

A Pesquisa Brasileira de Mídia, divulgada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), em 2015, ilustra a proposição do autor supracitado. O estudo aponta que apenas 7% dos brasileiros leem jornais diariamente. Em contrapartida, 95% da população assiste TV, sendo que 73% pratica essa atividade todos os dias. O rádio é o segundo meio de comunicação mais utilizado: 30% dos entrevistados relatam ter o hábito diário de ouvi-lo¹.

O perfil da televisão como este meio de comunicação hegemônico no Brasil foi construído ao decorrer das décadas e deriva da combinação de diversos fatores, como “a má distribuição da renda, a concentração da propriedade das emissoras, o baixo nível educacional, o regime totalitário nas décadas de 1960 a 1970, a imposição de uma hegemonia cultural e até mesmo a alta qualidade da nossa teledramaturgia”. (REZENDE, 2000, p.23).

Em concordância com os dados acima descritos, no âmbito jornalístico, conforme sublinho de Pereira (2000, p.88), observa-se que o telejornal é “o meio mais simples, cômodo, econômico e acessível para conhecer e compreender tudo o que acontece na realidade e como se transforma a sociedade”. Sendo assim, segundo Carvalho, (apud PEREIRA, 2000, p.88) os telejornais, tanto locais como nacionais, são a principal fonte de informação das pessoas sobre o mundo e o que as cerca.

Luciana Bistane e Luciane Bacellar (2005) apresentam no livro “Jornalismo de TV”, uma estrutura cronológica referente ao desenvolvimento da TV e do telejornalismo no Brasil.

De acordo com as autoras, o primeiro serviço de televisão pública é registrado na Alemanha, em 1935. Um ano depois, ocorre a transmissão televisiva aberta em territórios

¹Pesquisa encomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). 18.312 pessoas foram entrevistadas no período compreendido entre os dias 5 e 22 de novembro de 2014. A amostra retrata a realidade dos 26 estados, além do Distrito Federal.

britânicos, porém, tal atividade seria suspensa na Europa, entre 1937 e 1946, devido à Segunda Guerra Mundial. O aparelho desembarca nos Estados Unidos da América em 1939. Lá, se firma como veículo publicitário em 1948.

1.1 Década de 50

A chegada dos aparelhos televisivos ao Brasil ocorre em 18 de setembro de 1950, com a estreia da TV Tupi, graças a Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados (D.A.). O canal 6 de São Paulo configura-se, então, como a primeira estação de TV do país e da América do Sul, e leva ao ar, dois dias após seu lançamento, o telejornal **Imagens do Dia**.

Com locução em *off*, um texto em estilo radiofônico, pois o rádio era o modelo que se tinha na época. Entrava no ar entre as nove e meia e dez da noite, sem qualquer preocupação com a pontualidade. O formato era simples: Rui Resende era o locutor, produtor e redator das notícias, e algumas notas tinham imagens feitas em filme preto e branco, sem som (PATERNOSTRO, 1999, p.35).

Em 20 de janeiro de 1951, Chateaubriand lança, no Rio de Janeiro, seu novo empreendimento: a Tupi/Rio. Mattos (1990) afirma que esse veículo enfrentava problemas relacionados à precariedade das instalações, além das dificuldades geradas pela localização de sua antena e retransmissor. Inicialmente o grupo dos Diários Associados pretendia colocar estes materiais no alto do Corcovado, porém, devido à oposição do clero, teve de posicioná-los no Pão de Açúcar.

As falhas originavam-se, também, da inexperiência dos primeiros profissionais, a maioria proveniente das emissoras de rádio (REZENDE, 2000, p.106). No entanto, destaca-se que

Apesar de todas as deficiências e improvisações, a televisão foi saudada pela imprensa escrita como sendo o novo e poderoso instrumento com que conta nossa terra. Nos dois primeiros anos de sua implantação, a televisão não passou de um brinquedo de luxo das elites do País [...] Isto se justifica pelo fato de, nos primeiros anos, um televisor custar três vezes mais do que a mais sofisticada radiola do mercado e um pouco menos que um carro (MATTOS, 1990, p. 18).

Mattos acrescenta, ainda, que, no início da década de 50, existiam poucos receptores no Brasil, cerca de 200. Devido ao baixo índice, Chateaubriand ordenou a instalação de televisores em praças públicas, a fim de popularizar este meio de comunicação entre a sociedade (1990, p.18-19). Além disso, Inimá Simões (1985) relata que eram realizadas campanhas publicitárias referentes ao uso do aparelho.

Em 1951, o Brasil começa a produzir seus primeiros televisores. No ano seguinte, a TV Tupi Rio de Janeiro, lança o **Repórter Esso**, noticiário ao qual foi atribuído, por muitos, o posto de telejornal mais influente da década de 50. O programa, construído com base no modelo de um radiojornal de sucesso da época, era apresentado por Gontijo Teodoro, mas sua produção estava sob a responsabilidade de uma agência que já o entregava pronto. “A TV Tupi limitava-se a colocá-lo no ar. A agência usava muito mais material internacional, filmes importados da UPI e da CBS (agências fornecedoras de serviços de filmes), do que material nacional” (NOGUEIRA, 1988, p.86).

Mattos (1990) salienta que o telejornal permaneceu no ar até 1970, quando os anunciantes passaram a comprar espaços entre programas e deixaram de patrocinar o noticiário como um todo. O autor relembra que, no início do mercado televisivo, devido à baixa audiência, os aparelhos não conseguiam atrair anunciantes brasileiros, entretanto,

As agências de publicidade estrangeiras instaladas no Brasil, e que já possuíam experiência com este veículo em seus países de origem, logo começaram a utilizar a televisão como veículo publicitário, passando a decidir, também, o conteúdo de seus programas. Nos primeiros anos, os patrocinadores determinavam os programas que deveriam ser produzidos e veiculados, além de contratar diretamente os artistas e produtores (MATTOS, 1990, p.17).

É por isso que, em seus primeiros anos, as atrações brasileiras eram identificadas segundo o nome de seus anunciantes.

Em relação à estrutura visual, “todos os telejornais eram parecidos: uma cortina de fundo, uma mesa e uma cartela com o nome do patrocinador” (LIMA, 1985, p.9). Os noticiários eram, ainda, redigidos sob a forma de “textos telegráficos” e apresentados com o estilo “forte e vibrante”, copiado da locução de rádio. (REZENDE, 2000, p.106).

De acordo com Bistane & Bacellar (2000), em setembro de 1953, a *TV Record* inicia transmissões. É também neste ano que começa, oficialmente, a transmissão com cores nos Estados Unidos da América. Em 1954, o IBOPE realiza a primeira pesquisa de audiência da TV brasileira e demonstra que, em todo o país, há cerca de 30.000 aparelhos televisivos.

Ao final da década de 50, já existiam 10 emissoras de televisão em funcionamento e, em 1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações foi promulgado pela Lei número 4.117/62, constituindo-se num grande avanço para o setor, pois, além de amenizar as sanções, dava maiores garantias às concessionárias (MATTOS, 1990, p.20).

1.2 Década de 60

Mattos (1990) evidencia que, na década de 60, a televisão sofre grande impulso com a chegada do videotape, fita de material plástico que permitia a gravação prévia de programas destinados a transmissões posteriores. O uso desses VTs possibilitou o modelo de novelas com programação diária, estimulando o hábito de assistir televisão.

Em 1962, a TV Excelsior inova ao iniciar a transmissão do **Jornal de Vanguarda**. O programa tinha como principal característica a participação de jornalistas como produtores, e de cronistas especializados como apresentadores, tais quais Newton Carlos, Villas-Bôas Correia, Millor Fernandes, João Saldanha, dentre outros.

A qualidade jornalística desse noticiário causou um impacto enorme pela originalidade de sua estrutura e forma de apresentação distinta de todos os demais informativos. O **Jornal da Vanguarda**, além do prestígio no Brasil, obteve reconhecimento no exterior. Recebeu, na Espanha, em 1963, o prêmio Ondas, como o melhor telejornal do mundo (REZENDE, 2000, p.107).

Segundo Mattos (1990), também na década de 60, a TV Record viveu seus anos de ouro com a apresentação de programas musicais e Festivais de Música que revelaram grandes cantores e compositores, como Roberto Carlos, Gilberto Gil, Caetano Veloso e Gal Costa. Já em 1963, foi promulgado o decreto que regulamentava a transmissão de programas ao vivo.

A referida expansão foi prejudicada pelo Golpe Militar de 1964. Mattos (1985) salienta que os meios de comunicação de massa foram afetados diretamente, porque o Estado estabeleceu leis de regulamentações específicas e passou a ter, além do controle legal, todas as condições para influenciar os veículos de informação através de pressões econômicas.

No Brasil, durante os 21 anos de regime militar (1964-1985), o financiamento dos *mass media* representou um poderoso veículo de controle estatal, em razão da vinculação entre os bancos e o governo. Os meios de comunicação adotaram uma posição de sustentação das medidas governamentais. Nesse aspecto, o jornalismo apresentou uma importante contribuição. Greves, agitações, atentados e conflitos não faziam parte da cobertura jornalística. Essa distorção era viabilizada pelos telejornais das emissoras, já estabelecidas em redes nacionais (PEREIRA, 2014, p. 50).

Como destaca Mattos (1985), o governo criou diversas agências reguladoras. A medida desencadeou uma série de mudanças no setor de telecomunicações e promoveu a redução da interferência de organizações privadas sobre as agências reguladoras e, em contrapartida, o crescimento da influência oficial no setor.

Após a instauração do Ato Institucional número 5, decreto que submetia publicações e transmissões à aprovação do poder executivo, “o telejornalismo brasileiro assume de vez o modelo norte-americano como inspiração”. Acrescenta-se, ainda, que o jornalismo de TV sofria

com a falta de um estilo próprio e com o aproveitamento precário de seu recurso mais expressivo: a imagem. “Usavam-se mapas ou fotos e, mais raramente, o videoteipe como ilustração de informações verbais” (REZENDE, 2000, p.108).

O período compreendido entre 1964 e 1975, caracteriza-se como a fase em que a televisão brasileira deixa de lado os hábitos de improvisação e torna-se mais profissional. É nesta época que o país deu início às obras de ampliação e modernização dos sistemas de telecomunicações. Tal fato promoveu o desencadeamento de construções de redes de televisão e, conseqüentemente, propiciou uma abrangência nacional na promoção e venda de bens em larga escala (MATTOS, 1990).

A TV Globo, que já possuía concessão desde 1957, vai ao ar em 4 de abril de 1965. Furtado (1988) afirma que grande parte do sucesso da emissora provém das estratégias de comercialização que nela foram implantadas. O canal passou da comercialização “à moda de rádio” para técnicas avançadas que conquistavam patrocínios e para produção de vinhetas de passagem e breaks, dentre outros recursos. Bistane e Bacellar (2000) destacam outro fato de suma importância para a comunicação nacional desencadeado no mesmo ano: a criação, em setembro, da Embratel - Empresa Brasil de Comunicações. “A Embratel interliga o Brasil através de linhas básicas de microondas – rotas – e adere ao consórcio internacional para utilização de satélites de telecomunicações – o Intelsat. Estava criada, então, a estrutura para as redes nacionais de televisão” (PATERNOSTRO, 1999, p. 31).

Em 1966, ocorre a estreia da TV Globo de São Paulo. No ano seguinte, a Bandeirantes inicia transmissões e é criado o Ministério da Comunicação. Em 1968, morre Assis Chateaubriand, idealizador da televisão no Brasil.

No dia 1 de setembro de 1969, às 19h56m, entra no ar o **Jornal Nacional**, primeiro noticiário exibido em rede e ao vivo (BISTANE; BARCELLAR, 2000, p.124). A transmissão atingiu Brasília e outros seis estados do Centro-Sul do país.

A primeira imagem que o **Jornal Nacional** colocou no ar foi um VT com a fala de Delfim Neto, na época Ministro da Fazenda, o primeiro a despachar com a Junta Militar. Nesse dia, a atividade financeira do país ficou paralisada porque o presidente do Banco Central, Ernan Galveas, determinou que os bancos, as bolsas de valores e as instituições financeiras não funcionassem. A entrevista concedida por Delfim Neto deu uma palavra de tranquilidade a todos os brasileiros, graças à formação da primeira rede nacional de informação jornalística (PEREIRA, 2000, p. 50).

Rezende (2000) realça que a TV Globo lança o **Jornal Nacional** não apenas para possuir um noticiário que lhe conferisse prestígio, mas, também, para competir com o **Repórter Esso**, da TV Tupi.

O jornal da Rede Globo, que apresentava grandes avanços tecnológicos, passava por um rigoroso planejamento de produção e apresentava, assim, um novo modelo para os telejornais brasileiros: “Para manter o nível do noticiário na altura do avanço eletrônico que possibilita a formação da grande cadeia, as notícias e comentários serão escritos por redatores selecionados e não será permitida a improvisação”. (VEJA 2012, apud REZENDE 2000, p.110).

Outro fator relevante para o crescimento da Rede Globo de Televisão é que a emissora jamais desdenhou sua relação com o mercado real. Se a classe C constitui a base da audiência, nela se dá a decisão majoritária; também em sua função devem ser montados os padrões de produção e mercadológicos (MATTOS, 1990).

Concomitantemente ao sucesso do **Jornal Nacional** e à sua liderança entre os noticiários veiculados em horário nobre, dava-se a derrocada do **Repórter Esso**. O jornal deu os últimos suspiros em 1970, dando fim à era do modelo dominante na área: baseado no rádio e subordinado aos patrocinadores (REZENDE, 2000, p. 111).

1.3 Década de 70

A televisão dos anos 70 caracteriza-se, principalmente, pelos avanços tecnológicos.

É em 1970, que ocorre a estreia da **TV Gazeta**, da Fundação Cásper Libero, em São Paulo (BISTANE; BARCELLAR, 2000, p.125). Ainda neste ano, a TV Bandeirantes, do estado paulista, leva ao ar o noticiário **Titulares da Notícia**. Paralelamente, a TV Tupi lança um novo projeto, o **Rede Nacional de Notícias**. Transmitido ao vivo para dezenas de capitais brasileiras, o telejornal noticiava fatos ocorridos no interior de São Paulo, e procurava, por meio da construção de seu cenário, - que contava com locutores em primeiro plano e uma sala de redação - apresentar uma nova identidade. (REZENDE, 2000, p.112).

O início da década de 70 foi, também, palco do lançamento da Rede Nacional de Televisão, da Embratel, aparato que forneceu o suporte necessário para transmissões em escala nacional (MATTOS, 1990). Ainda neste ano, a TV Cultura divulga **A Hora da Notícia**, telejornal o qual não tinha grandes preocupações com formas ou padrões específicos (CARVALHO 1979, p.40) e dava prioridade aos depoimentos populares e problemas da comunidade. O programa agradou ao público, que o colocou como líder de audiência da emissora.

Todavia, as características que tornavam o noticiário tão popular, eram também os quesitos que incomodavam o poder público vigente. Wladimir Herzog ilustra a situação: o jornalista que substituiu Fernando Pacheco Jordão, a partir de 1974, emitiu algumas opiniões

em rede nacional e, devido à intolerância política, pagou com a sua própria vida no ano seguinte (REZENDE, 2000, p. 112).

Naquele período, uma nova experiência jornalística elevou os níveis de audiência da TV Bandeirantes. Nomeado **Os Titulares**, o modelo representou a reformulação da linguagem de telejornais.

Além de dar também vez ao depoimento popular, o telejornal valorizava o trabalho do repórter, atribuindo-lhe, independentemente dos requisitos de aparência e voz bonita, a tarefa de divulgar as notícias. Com essa opção editorial, o noticiário ganhava mais credibilidade, porque quem estava no vídeo, transmitindo as informações, não era apenas locutor, mas alguém que participava diretamente da cobertura dos acontecimentos (REZENDE, 2000, p.112-113).

Influenciada pelo lema “padrão Globo de qualidade”, a emissora aperfeiçoa suas produções. As câmeras portáteis de videoteipe que substituíam as câmeras cinematográficas garantiam mais mobilidade e beleza aos programas globais² (PRIOLLI, 1985, p.36). O zelo pela forma de apresentar notícias, - percebido na escolha de cenários, editores, na qualidade de imagens e edição de matérias – propiciava a adequação às potencialidades da linguagem de televisão (REZENDE, 2000, p. 113).

Claro que não foi a Globo que criou o telejornalismo, mas foi ela que eliminou o improviso, impôs uma duração rígida no noticiário, copidescou não só o texto como a entonação e o visual dos locutores, montou um cenário adequado, deu ritmo à notícia, articulando com excelente “timing” texto e imagem (pode ser que você não se lembre, mas com a Globo começamos a assistir a esta coisa quase impossível: os programas entrarem no ar na hora certa). (REZENDE, 2000, p. 113-114)

Os recursos da Rede Globo para a produção de um telejornal hegemônico iam além do uso de cenários e aspectos tecnológicos. Para o então diretor-geral da emissora, boas vozes e timbres bonitos não eram suficientes. Os apresentadores dos noticiários deveriam ter, também, aparência impecável. O intuito era prender a atenção das mulheres que assistiam às novelas que precediam o **JN**.

O aspecto estético configurava-se bem. O êxito referente ao conteúdo, no entanto, não. Durante o período de censura, que ainda se estendia, o telejornalismo global afastou-se da realidade brasileira. A emissora, então, buscava no entretenimento formas para manter o posto de líder de audiência. (REZENDE, 2000, p.114-115)

2 Na década de 70, a Globo lançou, ainda, os programas Fantástico e Globo Repórter. Em 1971, a emissora inaugurou, ainda, a sede da TV Globo em Brasília.

Durante este período, estabeleceu-se, também, a superficialidade dos telejornais, caracterizados pelo estilo “manchetado”. Tal atributo permanece até os dias atuais.

Parece ser importante dar ao telespectador que volta para casa depois de um dia inteiro de trabalho, um panorama breve do que aconteceu de mais significativo naquele dia [...] Esse resultado é obtido transmitindo-se somente *miniflashes* das notícias selecionadas que, para serem transmitidas, devem obedecer a rigorosos critérios de clareza, rapidez e possibilidade de fácil absorção, de modo que dê ao telespectador a ilusão de que foi bem informado (PEREIRA; MIRANDA, 1983, p.125).

Em 1978, é extinto o Ato Institucional Número 5. Com o fim gradual da repressão, Fernando Barbosa Lima transformou o programa semanal **Abertura** em palco para o testemunho de personagens marcados pela ditadura militar, como anistiados e integrantes de movimentos sindicais. O prospecto contava com um time formado por inúmeros editores-apresentadores, além do cineasta Gláuber Rocha. Apesar de grande popularidade, o projeto foi extinto em agosto de 1980, devido ao processo de falência da TV Tupi (Rezende, 2000: 116-117).

Uma câmera nervosa, inquieta e “suja”, e uma atuação totalmente engajada, opinativa e “quente” ao nível das reportagens e entrevistas – com esses recursos, Gláuber mostrou, em especial a uma geração emergente de jovens realizadores, que era possível fazer boa TV (PRIOLLI, 1989 apud REZENDE 2000, p. 117).

1.4 Década de 80

O desenvolvimento da popularidade da televisão brasileira até esta fase pode ser medido segundo o número de residências equipadas com receptores de aparelhos televisivos. O Censo Nacional de 1980 identificou que 55% das 26,4 milhões casas em território brasileiro apresentavam a característica supracitada. O crescimento entre 1960 e 1980 equivale a 1.272%. (MATTOS, 1990)

O período de 80 é marcado pela padronização da programação televisiva em todo o Brasil e pela solidificação do conceito de rede de televisão no país.

No primeiro ano da década, o governo cassa a concessão de todos os canais da Rede Tupi – o embargo era uma forma de ressarcimento das dívidas com a Previdência Social - e distribui-os entre os vencedores do processo de concorrência pública: o grupo de Adolfo Bloch – Rede Manchete – e o projeto de Sílvio Santos – Sistema Brasileiro de Televisão (CAPARELLI, 1982, p.57).

A Rede Manchete apresenta ideias inovadoras ao jornalismo e abre espaço para produções independentes. O **Jornal Manchete**, por exemplo, prioriza os comentários e a

análise de fatos durante o horário nobre. Em meados de 1983, a nova emissora lança, também, o Conexão Internacional, programa que realiza entrevistas com celebridades de todo o mundo. (REZENDE, 2000, p.122-123).

O SBT leva ao ar, em setembro de 1988, um novo formato de programa. O **Telejornal Brasil**, ou, **TJ Brasil**, primeiro noticiário brasileiro a levar ao público a figura de um âncora. Boris Casoy, consagrado editor-chefe da Folha de S. Paulo, assumiu o posto e deixou sua marca. O jornalista, além de ler notícias e conduzir o noticiário, como o modelo norte-americano ditava, passou a fazer entrevistas e emitir comentários pessoais. As mudanças não paravam por aí, “a emissora investiu, também, na reformulação do visual, com novas vinhetas e na modernização tecnológica, adquirindo câmeras Super-VHS, ilhas de edição e aparelhos de computação gráfica”. (REZENDE, 2000, p.127)

A figura do âncora migra, então, para a maioria dos telejornais brasileiros. Em agosto de 1988, aparece no **Jornal Cultura**, da TV Cultura de São Paulo, com Carlos Nascimento. Apresenta-se, também, no **Jornal da Bandeirantes**, com Marília Gabriela (Rezende, 2000, p.127).

O **Jornal Nacional** também se rende às mudanças e, em 1989, insere regularmente em seu espelho, análises sobre assuntos de interesse público, conduzidas por especialistas como Paulo Henrique Amorim, Joelmir Beting, Alexandre Garcia, dentre outros. “Eles contextualizavam e explicavam para os telespectadores, numa linguagem simples, as informações políticas e econômicas” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 188).

Simultaneamente aos avanços técnicos alcançados pela *TV Nacional*, apresentavam-se mudanças iminentes no campo político. A campanha “Diretas Já!”³, cujo objetivo era obter o direito ao voto direto, ganhava as ruas de diversas capitais brasileiras. No entanto, os veículos televisivos se recusavam a transmiti-la.

A omissão chegou ao ponto de a Rede Globo de Televisão recusar-se a transmitir localmente as chamadas para o comício de Curitiba como matéria paga e ignorá-lo completamente no *Jornal Nacional*, apesar de constituir-se em evento político sem precedentes naquela capital, que levou às ruas um total aproximado de 50 mil pessoas (LIMA, 2006, p.75).

Segundo Rezende (2000), o boicote pode ser exemplificado, também, pela análise das reportagens referentes ao Comício da Praça da Sé, em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1984. A *TV Cultura* era a única emissora a realizar a cobertura direta do evento. Em contrapartida, a

³ Movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil. Ocorreu entre março de 1983 e abril de 1984.

TV Globo relatou o acontecimento brevemente no **Jornal Nacional**, devido a pressões populares e de seus próprios funcionários. Ainda assim, distorceu o propósito das manifestações, referindo-se a estas, como parte das comemorações em razão do 430º aniversário da cidade paulista, sem qualquer embasamento político.

No livro comemorativo dos 35 anos do **Jornal Nacional**, a *Globo* contesta as referidas proposições ao afirmar que o mal entendido teria sido provocado devido à chamada lida pelo apresentador do **JN**:

A origem da confusão foi a escalada do **Jornal Nacional**. Nela, não há referência ao comício, mas apenas ao aniversário da cidade. “A cidade de São Paulo festeja os 430 anos de fundação”[...] De fato, havia a relação entre a manifestação e o aniversário da cidade. O comício tinha sido marcado para o dia 25 de janeiro justamente porque, sendo aniversário da cidade, a participação popular seria facilitada (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 157).

Nas datas antecedentes à votação da Emenda Constitucional que reestabeleceria as eleições diretas para presidente, até mesmo por razões mercadológicas, uma vez que a ausência de transmissão da campanha poderia desencadear perda de audiência e faturamento, as emissoras mudaram de postura. (REZENDE, 2000, p. 124).

Conforme lembrado por Lima (2006), poucos meses depois, em matéria sobre os 15 anos do **Jornal Nacional**, Roberto Marinho, apesar das evidências contrárias, justifica a posição da emissora global: “Achamos que os comícios pró-diretas poderiam representar um fator de inquietação nacional, e, por isso, realizamos num primeiro momento apenas reportagens regionais. Mas a paixão popular foi tamanha que resolvemos tratar o assunto em rede nacional” (VEJA, 1984 apud LIMA, 2006, p.75).

1.5 Anos 90 e 2000

A década de 90, no que diz respeito ao telejornalismo, caracteriza-se pela busca de credibilidade.

Alberico Souza Cruz - na época, novo diretor da Central Globo de Jornalismo – assume, em abril de 1990, o setor com o intuito de, progressivamente, substituir o jornalismo de estúdio, praticado pela emissora desde seus primórdios, pelo jornalismo de rua, com entrevistas/apurações externas e entradas ao vivo (REZENDE, 2000, p.130).

A cobertura da Guerra do Golfo em 1991 exemplificou, com clareza, as mudanças implantadas. Enviados especiais relatavam, concomitantemente, informações referentes a todas as nações envolvidas no confronto. “[...] o trabalho desenvolvido mostrou que o potencial

jornalístico e tecnológico da *TV Globo* se equiparava ao das grandes redes mundiais de televisão” (REZENDE, 2000, p.130).

O telejornalismo do *SBT* também avançava. Em 1991, é lançado o **Aqui Agora**. Com influências da linguagem radiofônica, o jornal usava, ainda, o recurso de plano-sequência: filmagem de uma ação contínua com longo período de duração. O foco do noticiário era composto por reportagens policiais sobre acidentes graves, assassinatos e crimes em geral, além de fofocas e temas referentes ao direito do consumidor.

Em busca da valorização do jornalista, é também nos anos 90, que é extinta a figura dos grandes locutores em noticiários televisivos. Em 1996, o jornalismo da *Globo*, coordenado por Evandro Carlos de Andrade, promove mais modificações no **JN**. É registrada a saída dos apresentadores-locutores Cid Moreira e Sérgio Chapelin, e apresenta-se a chegada de William Bonner e Lilian Witte Fibe. Segundo o crítico de TV Eugênio Bucci apud Rezende (2000), o **Jornal Nacional** demonstrou mais movimento, rapidez e juventude com as alterações.

O progresso do telejornalismo global garantiu espaço à emissora nas televisões por assinatura, criadas em 1991. No dia 15 de outubro de 1996, a Rede Globo lança seu primeiro canal exclusivo, 24 horas no ar: a Globo News (PATTERNOSTRO, 1999, p.43). O canal propicia a criação de inúmeros programas, dos quais se destacam: **Em Cima da Hora**, **Jornal das Dez**, **Espaço Aberto**, **Via Brasil** e **Conta Corrente**. Em novembro do mesmo ano, a RGTV cria, em parceria com a rede Brasil de Notícias (RBS), o **Canal Rural** – primeiro veículo de televisão destinado unicamente aos serviços relacionados à agropecuária.

A audiência dos programas da televisão aberta cai em consequência do crescimento contínuo das TVs por assinatura. “Por levantamento em boletins do Ibope, a *Folha de S.Paulo* verificou um declínio progressivo de público da *Globo* de 1989 até 1994. O **Jornal Nacional**, por exemplo, teria perdido, nesse período, 23 pontos de audiência, caindo de 60 para 37” (REZENDE, 2000, p. 139).

Confere-se aos noticiários, então, o dever de buscar uma repaginação. Apresentar ao público motivos que não o deixe trocar de canal.

Fátima Bernardes, cônjuge de William Bonner desde 1990, assume o posto de âncora no **Jornal Nacional** em 1998, após a saída de Lilian Witte Fibe. Posteriormente à sua entrada, o JN ganha um “ar familiar” e passa a exibir uma maior quantidade de “reportagens lacrimosas, curiosidades do mundo animal, ou intermináveis inventários sobre a vida de celebridades” (REZENDE, 2000, p. 142).

O SBT também apresentava um cenário de modificações. Após tirar do ar o **Telejornal Brasil**, segunda maior fonte de receita da emissora por diversos anos, o canal cria uma parceria com a rede de TV norte-americana CBS, e lança o **Jornal do SBT – Telenotícias CBS**. A emissora mantinha, ainda, o informativo local – **Noticidade** – e os boletins **Notícia de Última Hora**.

Após constantes oscilações de audiência, os canais adentram os anos 2000 travando uma disputa acirrada. Em 2004, a *Globo* apresenta-se como líder em Ibope. De acordo com Lima apud Veja (2004, p. 105), a média de audiência do **Jornal Nacional**, de janeiro a agosto de 2004, é de 43 pontos. O índice equivale a 63% dos aparelhos do Brasil ligados, ou 31 milhões de espectadores a casa minuto.

Quatro anos depois, a Record atinge o segundo lugar na audiência entre as TVs abertas ao desbancar o SBT. No dia 27 de setembro de 2007, a emissora expande seu setor jornalístico e lança a **Record News**, primeiro canal exclusivo de notícias 24 horas da TV aberta.

2 MÍDIA E POLÍTICA

2.1 Mídia e Público: características da sociedade que propiciam a manipulação

Venício Artur de Lima discute, em *Mídia: Crise Política e Poder no Brasil*, questões referentes à tangente da relação entre meios de comunicação, política e público. O autor desenvolve, então, sete teses “coerentes com a perspectiva teórica que atribui à mídia importância fundamental na sociedade contemporânea” (LIMA, 2006, p.51), das quais quatro serão trabalhadas neste capítulo, por representarem características que favorecem a manipulação midiática.

Em primeiro lugar, Lima (2006, p.55) salienta que os meios de difusão da informação ocupam um lugar de centralidade na vida da população moderna, tornando-se, assim, intrínsecos às esferas constituintes desta, em particular à esfera política.

A maioria das sociedades urbanas contemporâneas pode ser considerada centrada na mídia (*media centric*), uma vez que a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um de seus membros, a tomada cotidiana de decisões nas diferentes esferas da atividade humana, não seria possível sem ela.

De maneira secundária, Lima destaca que a debilidade das leis primárias, referentes à radiodifusão brasileira, possibilitou a ausência de restrições à propriedade cruzada, ou seja, tornou possível o controle de jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão por um número pequeno de grupos empresariais. Por conseguinte, consolidou-se um oligopólio no setor de comunicação do território brasileiro. “Essas características específicas é que fazem com que, no Brasil, o poder da mídia assuma, potencialmente, proporções ainda maiores do que em outros sistemas políticos” (LIMA, 2006, p.61).

A proposição é evidenciada pelo conjunto de propriedades das Organizações Globo, por exemplo. Com 118 afiliadas no Brasil, pertencentes a diversos grupos empresariais, o sinal da emissora chega a 5.490 cidades – 98% dos municípios, alcançando uma média de 170 milhões de telespectadores brasileiros. A Globo está presente, por meio da produção e divulgação de novelas, em mais de 100 países através da Globo Internacional, tendo seu conteúdo assistido por cerca de 300 milhões de pessoas em todo o mundo⁴.

⁴ Informação retirada do site oficial de Roberto Marinho. Acesso em 22.05.2016.

Em terceiro lugar, o autor assegura que “as características específicas da população brasileira potencializam o poder da mídia no processo político” (LIMA, 2006, p.61). O Indicador de Analfabetismo Funcional divulgado em 2016⁵ indica que apenas 8% dos brasileiros com idade entre 15 e 64 anos encaixam-se no nível proficiente, ou seja, têm a habilidade de elaborar textos mais complexos, interpretar tabelas e gráficos que envolvem mais de uma variante e resolver situações-problema de contextos diversos. Além disso, segundo o estudo, 27% da população é considerada analfabeta funcional, ou seja, é incapaz de compreender textos simples.

Ao passo que apuração realizada pelo instituto Vox Populi⁶ aponta os noticiários televisivos como a principal fonte de informação política utilizada por brasileiros: 55% da sociedade recorre às telinhas para se atualizar acerca do cenário público, enquanto apenas 12% busca sites especializados e 7% faz uso de jornais.

Por último, Lima (2006, p.56) frisa que a mídia tem exercido algumas funções que, tradicionalmente, seriam de responsabilidade dos partidos políticos, como a construção de agendas públicas, a geração e transmissão de informações políticas, a fiscalização de ações do governo, a crítica de políticas públicas e a canalização de demandas da população.

Ilustra-se este último axioma com o agendamento proposto pela Rede Globo de Televisão durante os meses de julho, agosto e setembro de 2005. LIMA (2006) esclarece que a crise política pela qual o Brasil passava, assim como as denúncias⁷ que tramitavam no Congresso Nacional e fora dele, dominavam os noticiários da emissora. O **Jornal Nacional** chegou a ter dois terços de seu tempo dedicados exclusivamente aos referidos

⁵ Estudo realizado em 2015 e proveniente da parceria entre o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação educativa, com o apoio do IBOPE Inteligência. A análise objetiva identificar como se distribui a população pesquisada segundo os grupos de alfabetismo nos diferentes setores econômicos, posições hierárquicas e funções, buscando retratar o perfil da população economicamente ativa no país em termos de alfabetismo e sugerindo enfoques para novas investigações que permitam estimar seu impacto, além de identificar caminhos para promover avanços efetivos, em espaços e tempos compatíveis com a urgência que os dados evidenciam. A pesquisa ouviu 2002 indivíduos.

⁶ A pesquisa, realizada em 2014, ouviu 2.201 eleitores em 161 municípios distribuídos pelo país. A margem de erro é de 2,1 pontos percentuais.

⁷ Funcionaram, simultaneamente, no Congresso Nacional a CPMI dos Correios, a CPI da Compra de Votos – rotulada pela grande mídia como “CPI do Mensalão” –, a CPI dos Bingos, o Conselho de Ética e a Corregedoria da Câmara dos Deputados. Além disso, investigavam as denúncias da Polícia Federal, a Controladoria Geral da União (CGU), o Ministério Público da União, e, indiretamente, o Tribunal de Contas da União (TCU). (LIMA, 2006, p.18)

temas. Enquanto isso, assuntos de extrema relevância deixaram de ter a cobertura necessária. Destacam-se:

1. A aprovação pelo Congresso do Fundo Nacional de Habitação em maio de 2005, o primeiro projeto de lei de iniciativa popular aprovado pelo Legislativo. Trata-se do fundo que reúne recursos para subsidiar a construção e recuperação de moradias para a população de baixa renda (até três salários mínimos);
2. Os índices sobre a criação de novos empregos com carteira assinada em julho e agosto de 2005;
3. [...] as várias conferências nacionais preparadas durante longos períodos por movimentos sociais de todo o país, mobilizando milhares de pessoas⁸ (LIMA, 2006, p.18)

A análise das premissas sobreditas torna evidente que “as características específicas de nossa população e, sobretudo o seu padrão de exposição à mídia potencializam ainda mais sua centralidade e seu poder em relação ao processo político” (LIMA, 2006, p.62).

2.2 Tipos de Manipulação

Charaudeau (2006, p.20) afirma que a mídia não transmite o que acontece na realidade social, mas, sim, impõe o que constrói do espaço em que vive a sociedade.

“A ideologia do “mostrar a qualquer preço”, do “tornar visível o invisível” e do “selecionar o que é mais surpreendente” (as notícias ruins) faz com que se construa uma imagem fragmentada do espaço público, uma visão adequada aos objetivos das mídias, mas bem afastada de um reflexo fiel”.

Em concordância, Abramo (2003) alega que uma das principais características do jornalismo realizado pelos meios de difusão midiática é a manipulação de informações. De acordo com o autor, a sociedade é colocada, frequentemente, diante de realidades criadas pelos grandes meios de comunicação, que se contrapõem ao contexto real. Destarte, devido à fragmentação do público – em diferentes classes, cidades ou países -, o telespectador ou leitor individual só perceberá a referida contradição quando esta fizer parte de sua realidade social.

O autor destaca, ainda, que a relatada manipulação ocorre de múltiplas formas.

Não é todo o material que toda a imprensa manipula sempre. Se fosse assim — se pudesse ser assim — o fenômeno seria autodesmistificador e autodestruído por si mesmo, e sua importância seria extremamente

⁸ Somente em Dezembro de 2005, foram realizadas em Brasília a II Conferência Nacional do Meio Ambiente, a V Conferência de Assistência Social, a II Conferência Nacional de Cidades e a III Conferência Nacional de Saúde no Trabalho (LIMA, 2006, p.18).

reduzida ou quase insignificante. Também não é que o fenômeno ocorra uma vez ou outra, numa ou noutra matéria de um ou outro jornal; se fosse esse o caso, os efeitos seriam igualmente nulos ou insignificantes (ABRAMO, 1988, p. 25)

Desta forma, Abramo elabora quatro padrões de manipulação observáveis em todas as mídias e mais um, específico ao telejornalismo e ao radiojornalismo.

- **No momento de sugestão de pauta**
- **Padrão de ocultação**

A hipótese refere-se “à ausência e à presença dos fatos reais na produção da Imprensa” (ABRAMO, 1988, p.25). Abramo (1988) afirma que tais características estão ligadas à utilização do conceito de “fato jornalístico” como parâmetro para a sugestão de pautas que futuramente tornar-se-ão matérias, ou seja, temas considerados de interesse público ou de interesse do público-alvo. Todavia, conforme Abramo,

[...] o mundo real não se divide em fatos jornalísticos e não-jornalísticos, pela primária razão de que as características jornalísticas, quaisquer que elas sejam, não residem no objeto da observação, e sim no sujeito observador e na relação que este estabelece com aquele. O "jornalístico" não é uma característica intrínseca do real em si, mas da relação que o jornalista — ou melhor, o órgão do jornalismo, a Imprensa — decide estabelecer com a realidade (ABRAMO, 1988, p.26).

O padrão de ocultação torna-se decisivo na manipulação e construção da realidade, pois, “tomada a decisão de que um fato não é jornalístico, não há a menor chance de que o leitor tome conhecimento de sua existência, através da Imprensa” (ABRAMO, 1988, p.27).

- **No momento da produção da matéria**
- **Padrão de fragmentação**

Após a exclusão dos “fatos não-jornalísticos”, a imprensa transmite ao público a parcela composta por “fatos jornalísticos” de forma fragmentada, ou seja, sem estruturas ou interconexões. Nesse contexto, cada notícia é apresentada de forma individual e particularizada, desligada de seus antecedentes ou consequentes, e reconectada, futuramente, caso seja necessário, de forma arbitrária. (ABRAMO, 1988)

Esta premissa implica duas operações: a seleção de aspectos do fato e a descontextualização.

a. Seleção de aspectos

Esta fase divide o fato em inúmeras particularidades e, novamente, a imprensa é quem decide quais aspectos serão divulgados. (ABRAMO, 1988). Durante esse estágio, as fontes, por exemplo, são escolhidas, configurando, assim, o direcionamento da matéria. “Os critérios para essa seleção não residem necessariamente na natureza ou nas características do fato decomposto, mas sim nas decisões, na linha, no projeto do órgão de imprensa, e que são transmitidos, impostos ou adotados pelos jornalistas desse órgão” (ABRAMO, 1988, p.28).

b. Descontextualização

Segundo Abramo (1988), após a seleção de aspectos, os dados e informações iniciais perdem o significado original, recebendo, então, uma importância diferente da primária ou mesmo antagônica a esta. Exemplifica-se a tese com a contraposição de abordagens de matérias referentes ao mesmo tema em meios de comunicação com posicionamentos políticos opostos, como a Carta Capital e a Veja.⁹

Isto posto, observa-se que “a fragmentação da realidade em aspectos particularizados, a eliminação de uns e a manutenção de outros, e a descontextualização dos que permanecem, são essenciais, assim, à distorção da realidade e à criação artificial de uma outra realidade” (ABRAMO, 1988, p. 28).

○ No momento da edição:

● Padrão de inversão

Posteriormente ao momento de fragmentação, opera o padrão de inversão. Nesta oportunidade, há o reordenamento de partes, substituição de dados, acréscimo de informações, ou seja, é realizada a criação de uma realidade artificial. (ABRAMO, 1988)

Os formatos de inversão configuram-se em:

a. Inversão de relevância de aspectos

Nesta vertente, o que era secundário passa a ser apresentado como principal. O cotidiano é demonstrado como extraordinário (ABRAMO, 1988).

⁹ Usar duas abordagens referentes ao mesmo tema veiculadas pela Carta Capital/ Pragmatismo Político e pela Veja

b. Inversão da forma pelo conteúdo

Neste caso, o texto reproduz uma importância maior que o fato noticiado em si. O ficcional espetaculoso se sobrepõe à realidade (ABRAMO, 1988). O axioma é observado em textos sensacionalistas, geralmente encontrados em colunas relativas a famosos.

c. Inversão da versão pelo fato

Neste âmbito, “não é o fato em si que passa a importar, mas a versão que dele tem o órgão de imprensa, seja essa versão originada no próprio órgão de imprensa, seja adotada ou aceita de alguém – da fonte das declarações e opiniões” (ABRAMO, 1988, p.29). A premissa é ilustrada por uma declaração de Roberto Marinho referente à eleição de Leonel Brizola¹⁰, após acusações de uso dos veículos de comunicação globais para realizar uma “perseguição” ao candidato:

Em um determinado momento, me convenci de que o Sr. Brizola era um mau governador. Ele transformou a cidade maravilhosa que é o Rio de Janeiro em uma cidade de mendigos e vendedores ambulantes. Passei a considerar o Sr. Brizola daninho e perigoso e lutei contra ele. Realmente usei todas as possibilidades para derrotá-lo na eleição (LIMA, 2006, p.70).

Além das características sobreditas, o padrão de inversão apresenta duas versões extremas:

d. Frasismo

Esta hipótese é observada quando há “abuso da utilização de frases ou de pedaços de frases sobre uma realidade para substituir a própria realidade”, (ABRAMO, 1988, p.30). Ou seja, uma frase é apresentada como realidade suprema.

e. Inversão da opinião pela informação

Abramo (1988) afirma que, devido à utilização exaustiva das formas de manipulação supracitadas, um novo padrão é desenvolvido: o de substituir fatos, inteiramente, por opiniões. Desta forma, “o leitor/espectador já não tem mais diante de si a coisa tal como existe ou acontece, mas sim uma determinada valorização que o órgão quer que ele tenha de uma coisa que ele desconhece” (ABRAMO, 1988, p.32).

Essa tese pode ser exemplificada pela análise da Revista Época, publicada em 12 de agosto de 2005. De acordo com Lima (2006), a edição trazia, na capa, a foto de Valdemar Costa

Neto, ex-deputado e presidente do Partido Liberal (PL). O título era “A confissão” e o subtítulo trazia a afirmação “Lula sabia do acordo de R\$10 milhões com o PL”¹¹. No entanto,

[...] uma leitura atenta da entrevista de Costa Neto indica claramente que o contexto da discussão sobre o dinheiro não se refere nem à sua origem nem muito menos seria de um caixa dois. O que está, sim, explícito na entrevista é a destinação do dinheiro: ajudar na estruturação do PL, que precisava alcançar 5% dos votos para ter as verbas do fundo partidário (LIMA, 2006, p.30).

Ou seja, em momento algum da entrevista publicada Valdemar Costa afirma que o ex-presidente sabia da origem ou futuro do dinheiro que pagaria o acordo. Ainda assim, a revista utilizou-se da presunção de culpa e divulgou informações incorretas, baseadas em opiniões próprias, que poderiam definir os rumos políticos durante a crise de 2005.

- **Padrão da Indução**

De acordo com Abramo (1988), este padrão é definido pela “combinação de casos, dos momentos, das formas e de todos os graus de distorção da realidade” (ABRAMO, 1988, p.33). Assim, a comunidade que tem acesso apenas ao que é fabricado pela mídia, é induzida a consumir uma realidade artificialmente elaborada. Ou seja, não vê o mundo como ele é, mas como a mídia quer que este seja visto.

A indução se manifesta pelo reordenamento ou recontextualização dos fragmentos da realidade, pelo subtexto - aquilo que é dito sem ser falado - da diagramação e da programação, das manchetes, notícias e comentários, sons e imagens, pela presença/ausência de temas, segmentos do real, de grupos da sociedade e de personagens (ABRAMO, 1988, p.34).

Após este processo, o leitor/telespectador têm acesso unicamente ao material disponibilizado pelos meios de difusão midiática, que dividem o mundo entre os cenários do “bem” e do “mal” (ABRAMO, 1988).

- **Padrão global ou padrão específico do jornalismo de televisão e rádio**

A hipótese restringe-se às vertentes do tele e radiojornalismo. “A expressão global, aqui, é empregada com o sentido de total, completo ou “redondo”, isto é, do problema à solução” (ABRAMO, 1988, p.35). Tal premissa divide-se em três etapas:

- a. **Primeiro momento: exposição do fato**

O fato é apresentado ao público de forma sensacionalista. Os ângulos utilizados para o direcionamento da reportagem são emocionais, não racionais. O texto lido por repórteres ou âncoras é respaldado por imagens e sons. (ABRAMO, 1988)

b. Segundo momento: sociedade fala

É dada voz ao público. São apresentados, então, personagens envolvidos no fato relatado. Eles contam suas dores, alegrias, apoios, críticas, entre outros aspectos com apelo emocional.

c. Terceiro momento: autoridade resolve

As autoridades responsáveis pelo andamento das providências relativas ao caso apresentam as soluções que, futuramente, serão postas em prática.

Os padrões apresentados não representam verdades absolutas, mas grande parte dos noticiários de televisão e rádio seguem as características acima descritas. “Assim, o padrão de indução da outra realidade se completa e se reforça com o poderoso instrumento do radiojornalismo e do telejornalismo” (ABRAMO, 1988, p.35).

3 DO ACONTECIMENTO À NOTICIA

A Pesquisa Brasileira de Mídia¹², divulgada em 2015, revela que o brasileiro passa, em média, quatro horas e trinta minutos em frente à televisão diariamente. Ainda de acordo com o estudo, 73% da população declara estar atenta às telinhas de segunda a domingo, e 54% do público afirma confiar “muito” ou “sempre” nos produtos televisionados.

Dado o alcance sobredito e a influência midiática evidenciada no capítulo anterior, é elucidado que os noticiários são protagonistas na composição da realidade do público brasileiro. Desta forma, fica claro que “buscar entender como estes são construídos, contribui para o aperfeiçoamento democrático da sociedade” (PEREIRA, 2000, p.10).

Esse ponto da monografia objetiva, então, clarificar o processo compreendido entre o acontecimento do fato e a elaboração da notícia, utilizando-se do embasamento teórico proposto pela Teoria do *Newsmaking*.

3.1. Contexto Histórico

Diversos estudos foram desenvolvidos ao longo do século, com o intuito de compreender “as práticas comunicativas que geram as formas textuais recebidas pelos destinatários” (PEREIRA, 2000, p.76), porque “[...] a notícia é uma forma de ver, perceber e conceber a realidade. É um autêntico sintoma social e a análise de sua produção lança muitas pistas sobre o mundo que nos cerca” (FONTCUBERTA, 1993 apud PEREIRA, 2000, p.62).

Neste contexto, a primeira hipótese desenvolvida em âmbito acadêmico sobre o jornalismo é a teoria do *gatekeeper*. A ideia, já utilizada previamente no setor de serviços domésticos¹³ - é aprimorada por David Manning White, em 1950. O termo em inglês, refere-se à pessoa que toma uma série de decisões. Neste caso específico, o jornalista.

De acordo com a premissa, a produção de notícias é consequência de um filtro realizado pelo jornalista (*gatekeeper*) por meio de sua área de decisões (portões/*gates*), devido ao grande fluxo de notícias diárias. Para que uma reportagem seja veiculada, ela deve passar pelos portões, sendo assim, critérios impostos pelo noticiarista. (TRAQUINA, 2005).

¹² Ver capítulo 1 – Televisão e telejornalismo no Brasil: Um pouco de história.

White apud Traquina (2005, p.150) explica que o estudo se baseia em uma pesquisa da rotina do jornalista Mr. Gates. O profissional anotou, por uma semana, todos os motivos que o levaram a não utilizar pautas que haviam chegado às suas mãos.

Dentre eles: “[...] 26 artigos foram rejeitados como sendo ‘demasiadamente vagos’, 51 como ‘composição aborrecida’ e 61 por serem ‘sem interesse’” (WHITE, 1993 apud Pereira, 2000, p.77). Desse modo, White conclui que “[...] as decisões do jornalista eram altamente subjetivas e dependentes de juízos de valor baseados em seu “conjunto de experiências, atitudes e expectativas”. (WHITE, 1993 apud TRAQUINA, 2005, p.150)

Observa-se, assim, que White nota apenas o aspecto micro-sociológico - o jornalista - e descarta quaisquer outros fatores que pudessem interferir no processo de construção da notícia (TRAQUINA, 2005).

Alguns anos após a publicação deste estudo, outras investigações sobre a mesma temática são desencadeadas. Gieber (1956), por exemplo, elabora um exame similar ao citado anteriormente. Desta vez, com dezesseis jornalistas que gozavam das mesmas responsabilidades de Mr. Gates. O resultado, no entanto, é antagônico ao estabelecido por White. Segundo o autor, “o fator predominante sobre o trabalho jornalístico era o peso da estrutura burocrática da organização e não as avaliações pessoais do jornalista, que, raramente, entravam no processo de seleção” (TRAQUINA, 2005, p.152).

Esta hipótese viria a ser esclarecida por Warren Breed na revista “Forças Sociais”. O estudo, intitulado *teoria organizacional*, leva em consideração, na análise referente à construção da notícia, os aspectos relacionados à instituição para qual o jornalista trabalha. O autor enfatiza que o profissional se conforma com as normas impostas pelas linhas editoriais dos veículos de comunicação e desprende-se das crenças pessoais que havia trazido consigo (TRAQUINA, 2005).

Breed sublinha que os jornalistas são inseridos na política editorial sem que sequer percebam “[...] é um processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e obrigações do estatuto, bem como suas normas e valores. Aprende a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades” (TRAQUINA, 2005, p.153).

O autor descreve, desta forma, seis motivos que levam o repórter a prender-se às linhas impostas pelo local onde trabalha:

a autoridade institucional e as sanções; o sentimento de dever e estima para com os superiores; as aspirações à mobilidade profissional; a ausência de

fidelidade de grupo contrapostas; o caráter agradável do trabalho e o fato de a notícia ser transformada em valor (PEREIRA, 2000, p.78).

Wolf (1994) afirma que os estudos, relacionados à produção de notícias divulgados posteriormente à pesquisa de Breed (1993), sinalizam a necessidade de integrar o papel arbitrário do *gatekeeper* aos fatores burocráticos do veículo de comunicação em que ele trabalha. Gera-se, assim, a teoria do *newsmaking*.

3.2 Newsmaking

3.2.1 Conceito e aplicação

A hipótese do *newsmaking* foi idealizada por Kurt Lewin, em 1947. O enfoque da pesquisa é o processo pelo qual um acontecimento passa até tornar-se notícia e chegar a conhecimento do público.

Pena (2005) acredita que, segundo a teoria, a construção do discurso jornalístico está intimamente ligada ao funcionamento do veículo de comunicação em que o profissional trabalha. Em relação aos temas apresentados nos noticiários, Tuchman (1997) declara que os jornais, como é de supor-se, possuem o objetivo declarado de fornecer ao público, relatos relevantes e interessantes.

[...] O mundo da vida cotidiana – a fonte de notícias – é constituído por uma superabundância de acontecimentos [...] São esses acontecimentos que o órgão de informação deve selecionar. A seleção implica, pelo menos, o reconhecimento de que um acontecimento é um acontecimento, e não uma casual sucessão de coisas cuja forma e cujo tipo se subtraem ao registro (TUCHMAN, 1997, p.45)

Neste âmbito, devido ao grande fluxo de informações, os jornalistas devem cumprir três obrigações para viabilizar a produção de notícias: 1. Reconhecer, entre os fatos, aqueles que, potencialmente, tornar-se-ão notícias; 2. Elaborar abordagens e enquadramentos para publicá-los; 3. Organizar, temporal e espacialmente, as pautas, para que todos os projetos selecionados tenham uma cobertura adequada (TUCHMAN, 1997).

Em referência ao último item, Tuchman (1997) afirma que as empresas jornalísticas possuem três estratégias para cobrir o maior número de espaços possíveis, a fim de capturar informações. A primeira é a territorialidade geográfica, ou seja, o mundo é dividido em áreas de responsabilidade territorial. Exemplifica-se: o DFTV cuida da cobertura dos acontecimentos ocorridos nas cidades que compõem o Distrito Federal e entorno.

A segunda tática é a especialização organizacional. Desta forma, os veículos de comunicação distribuem repórteres em organizações que, do ponto de vista jornalístico, geram

acontecimentos noticiáveis. À título de exemplo, o G1 aloca profissionais no Congresso Nacional e no Palácio da Alvorada - locais responsáveis pela produção de pautas frequente.

Por fim, as empresas utilizam-se da especialização em termos de temas. Assim, são arquitetadas as seções específicas, como política, moda, esporte, economia, entre outras. T

Todas essas medidas foram criadas com o intuito de estabelecer ordem no mundo social e tornar o acesso às notícias mais abrangente (TUCHMAN, 1997).

Em outra vertente, a produção das matérias que serão apresentadas nos noticiários, segundo a tese do *newsmaking*, depende de dois fatores de extrema relevância: o primeiro é referente à cultura profissional do jornalista, ou seja, a conjunção de ideologias, estereótipos, crenças e costumes do profissional. O segundo aspecto alude à organização do trabalho e aos processos produtivos diários, portanto, viabilidade da utilização de fontes, disponibilidade de tempo, transporte e materiais, e, principalmente, à linha editorial do veículo em questão (PEREIRA, 2000). “As decisões tomadas pelo jornalista no processo de produção da notícia (*newsmaking*) só podem ser entendidas inserindo o jornalista no contexto mais imediato – o da organização para qual ele ou ela trabalha” (TRAQUINA, 1999, p.169)

A conexão destes elementos configura a noticiabilidade de cada acontecimento, logo, a possível veiculação ou publicação do fato.

A noticiabilidade é um conjunto de regras práticas que abrange um *corpus* de conhecimento profissional que, implícita ou explicitamente, justifica os procedimentos operacionais e editoriais dos órgãos de comunicação em sua transformação dos acontecimentos em narrativas jornalísticas. Reúne o conjunto de qualidades dos acontecimentos que permitem uma construção narrativa jornalística e que os recomendam enquanto informação jornalística (HOHLFELDT, 2001, p.209).

Wolf (1995) destaca que, no caso do telejornalismo, um dos compositores de noticiabilidade é a curta duração de cada matéria. Desta maneira, a cobertura informativa deste meio de comunicação ocorre diariamente, mas o aprofundamento do tema é inviabilizado. Tal característica dificulta o entendimento do telespectador acerca do assunto televisionado, e ocorre, então, a distorção da realidade, pois, além de privar uma parcela da sociedade de certos acontecimentos, os telejornais transmitem, também, informações incompletas.

3.2.2 Valores-Notícia ou fatores-notícia

Golding e Elliot (1970) declaram que os valores-notícia são importantes constituintes da noticiabilidade, pois são os itens que definirão o nível de relevância de dadas informações, com o intuito de identificar se são passivas de transformação em reportagens.

[...] utilizam-se de duas maneiras. Em primeiro lugar: são critérios de seleção dos elementos dignos de serem incluídos no produto final, desde o material disponível até a redação. Em segundo lugar, funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo: o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na apresentação das notícias ao público (GOLDING; ELLIOT, 1979, p.14).

Golding e Elliot (1979) clarificam que, quanto mais valores-notícia um acontecimento apresenta, mais chance tem de tornar-se matéria jornalística. No mesmo âmbito, Virzeu (2003) declara que a junção das referidas características define o nível de relevância de uma ocorrência, além de seu interesse aos olhos do público e do seu impacto no cenário social.

Wolf (1999) realiza duas considerações a respeito do objeto de estudo. De acordo com o autor, os valores-notícia têm caráter dinâmico, ou seja, mudam de acordo com o tempo, pressões ideológicas, gerações, meios de expressão, entre outros. Em segundo lugar, utilizando-se dos conhecimentos de Golding e Elliot (1979), o estudioso salienta que “a especialização temática constitui um índice significativo do modo como os valores-notícia se traduzem em práticas organizativas” (1999, p.199).

Desta forma, as matérias veiculadas por cada meio de difusão tendem a ser um reflexo das habilidades teóricas dos jornalistas que as escrevem. “A organização de uma redação em setores temáticos específicos, o tipo de correspondentes e especialistas que ela possui, são indicações, a nível do órgão de informação, dos critérios de noticiabilidade que nele vigoram” (WOLF, 1999, p.2000).

Traquina (2005) explica, ainda, que os valores-notícia são intrínsecos às redações. Vão desde os contatos estabelecidos pelos jornalistas com as fontes que encaminham pautas, até os posicionamentos ideológicos disseminados na área trabalho. Consequentemente, a produção de notícias é o espelho dos valores e ideais de cada jornal.

Inúmeros autores construíram, ao longo do tempo, conjuntos de fatores-notícia. Os primeiros, segundo Traquina (2005), foram Galtung e Ruge. Os pesquisadores utilizaram a pergunta “Como é que os acontecimentos viram notícias? ” para elencar um grupo de doze fatores: *frequência, amplitude do evento, clareza ou falta de ambiguidade, significância, consonância, inesperado, continuidade, composição, referência a pessoas e nações de elite, personificação e negatividade*.

Wolf (1999, p.200) afirma que os valores-notícia são detectados de acordo com considerações primárias, “relativas às características substantivas das notícias ou ao conteúdo;

à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo; ao público e, por fim, à concorrência”.

- **CrITÉRIOS substantivos**

Refere-se às características necessárias para que um acontecimento se torne notícia, levando em consideração o seu conteúdo. Este critério articula-se em duas vertentes: **importância e interesse da notícia**. O primeiro fator, a importância, é determinado por quatro variáveis (WOLF, 1999):

- *Grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável*: caso o acontecimento envolva países ricos, pessoas que compõem a elite, representantes das hierarquias de grandes instituições ou do governo. À exemplo: cotidiano dos famosos;
- *Impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional*: caso a informação tenha impacto direto na vida do leitor ou telespectador, ou na nação em questão. À exemplo: informações relacionadas ao valor das moedas internacionais, como o dólar;
- *Quantidade de pessoas que o acontecimento envolve*: quanto maior o número de indivíduos envolvidos na ocorrência, maior é o grau de importância da informação. À exemplo: grandes desastres, como o episódio de Mariana ou o desaparecimento de voos;
- *Relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação*: cobertura de acontecimentos que tem duração prolongada. À exemplo: informações referentes à grandes investigações, como a Operação Lava Jato.

O segundo fator, interesse da notícia, associa-se à necessidade que a mídia tem de manter a atenção do público sempre desperta. Encaixam-se neste âmbito, informações que trazem à tona histórias de interesse humano, sejam excepcionais ou heroicas, além de curiosidades (WOLF, 1999).

- CrITÉRIOS relativos ao produto**: Envolve a disponibilidade de materiais e as características específicas de cada produto informativo;
- CrITÉRIOS relativos ao público**: Diz respeito ao conhecimento que um meio de difusão de informação tem a respeito de seus leitores ou espectadores;
- CrITÉRIOS referentes à concorrência**: Refere-se à relação entre um *mass media* e as outras emissoras/ jornais.

4 AGENDA-SETTING E ENQUADRAMENTO: A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

A hipótese do *agenda-setting* ou *agendamento* é intrínseca aos impressos, noticiários televisivos e radiojornais. Apresenta-se, a exemplo, na massiva publicação ou omissão de temas – escolha definida segundo os critérios de noticiabilidade dos veículos de comunicação, conceitos previamente citados -, na abordagem utilizada por repórteres em suas matérias e nas expressões presentes em cada material jornalístico.

O princípio básico desta premissa atesta que a agenda social é construída com base na projeção da mídia acerca dos acontecimentos. Além disso, o público atribuiria aos fatos importância semelhante à salientada pela mídia.

[...] em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos do cenário público. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo (SHAW, 1979 apud WOLF, 1999, p.144).

Maxwell McCombs e Donald L. Shaw são apontados, pelo consenso geral de estudiosos, como os percussores desta teoria. No entanto, constata-se que os autores tiveram como inspiração as ideias de outros teóricos. Como as de Walter Lippman, descritas no livro **Public Opinion**, publicado em 1922. Na obra, Lippman elucidara que a mídia desempenhava o papel de definir o mundo através das notícias que divulgava, levando, assim, ao conhecimento da comunidade o que de mais importante acontecia (TRAQUINA, 1995). Ainda segundo o literato, o universo poderia ser dividido em dois âmbitos: o primeiro refere-se ao que realmente acontece e o segundo seria formado por imagens relativas às percepções do ser humano sobre os cenários que o cercam. Estas imagens derivariam, em grande parte, da mídia (MCCOMBS, 1996).

Cohen (1963) apud WOLF (1999, p.145) também contribuía com o axioma ao afirmar que a imprensa “pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas o que pensar, tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre que temas devem pensar”. Por fim, o escritor relata que o mundo pode parecer diferente para cada indivíduo, dependendo da realidade social que é construída pelo veículo de comunicação ao qual ele recorre para obter informações.

Há, por outro lado, aqueles que creem que a *teoria do agendamento* é preconizada em outra época. Bernardo Filho, por exemplo, destaca a citação de Norton Long, publicada em 1958. “De certa forma, o jornal é o primeiro motor de fixação da agenda territorial. Ele tem

grande participação na definição do que a maioria das pessoas conversa, o que as pessoas pensarão que são os fatos e como se deve lidar com os problemas" (LONG, 1958 apud BARROS FILHO, 2001, p.175).

De qualquer forma, é em 1972 que McCombs e Shaw desenvolvem a análise que viria a comprovar tudo que já havia sido escrito em artigos relacionados ao tema. A teoria dos autores, intitulada *The agenda-setting function of the mass media*, é publicada, constituindo-se, assim, como o primeiro modelo teórico sistematizado referente aos conceitos supracitados (HOHLFELDT, 1997).

Para o desenvolvimento da hipótese, os escritores realizaram um estudo na cidade de Chapell Hill, localizada em Carolina do Norte, nos Estados Unidos da América, acerca das eleições presidenciais em 1968. Durante os 24 dias que antecederiam a votação, Shaw e McCombs aplicaram cem questionários, - que possuíam uma questão filtro, com o intuito de abarcar todas as classes econômicas-financeiras, sociais e raciais -, para observar quais eleitores ainda não haviam decidido de que forma iriam votar – Richard Nixon, Wallace ou Humphrey.

Além disso, “tomando emprestada a estratégia de Trenaman e McQuail, este estudo indagou a cada entrevistado para contornar os temas chaves como eles os viam, displicentemente do que os candidatos podiam estar dizendo naquele momento” (McCOMBS; SHAW, 2000, p.49).

Ainda como parte constituinte da metodologia, os autores verificaram a abordagem referente à campanha presidencial em diferentes veículos de comunicação: cinco diários impressos, dois canais de televisão e duas revistas. As matérias analisadas obedeciam a um critério de comparação pré-estabelecido. Para o estudo, foram selecionadas as reportagens de maior e menor expressão (MATTOS, 2005).

Como resultado, verificou-se que a mídia havia impactado e influenciado o eleitor de forma significativa. Porém, mais que isso, observou-se que a imprensa afetara, também, a agenda dos candidatos à presidência, levando-os a incluírem, em suas listas temas, que, antes, não eram alvo de preocupação (McCOMBS; SHAW apud HOHLFELDT, 1997, p. 46).

O artigo inaugural de McCombs e Shaw desencadeou inúmeros outros trabalhos, alguns orientados pelos próprios autores. Todas as hipóteses desenvolvidas neste âmbito encaixam-se no paradigma funcionalista, o qual Wolf (2009, p.26) afirma representar “uma importante etapa na crescente e progressiva orientação sociológica da *communication research*”. Essa vertente

dos estudos relativos à comunicação de massa buscava não apenas elucidar os efeitos da mídia, mas destacar, também, as funções exercidas pelos *mass media* na sociedade. (WOLF, 2009).

O paradigma funcionalista apresenta como pesquisa pioneira a *teoria da agulha hipodérmica*¹⁴. Nesta época, as pesquisas eram centradas apenas no efeito das mídias. Nesse contexto, Harold Laswell, cientista político da Universidade de Chicago e precursor da ideia, defendia que “a audiência é visada como um alvo morto que obedece cegamente ao esquema estímulo-reposta” (Mattelart, 1999, p.37), ou como afirma Wright apud WOLF (2002, p.22) “cada indivíduo é um átomo isolado que reage isoladamente às ordens e às sugestões dos meios de comunicação de massa monopolizados”.

A teoria apresentava-se absoluta até Paul Lazarsfeld declarar, em 1940, um posicionamento antagônico à ideia de Laswell. Segundo o estudioso, os efeitos da mídia seriam, na verdade, limitados. O pensamento é fruto da análise do impacto da mídia na definição do voto entre os candidatos Wendel Wilkie e Franklin Roosevelt durante a campanha presidencial. Após a aplicação de seiscentos questionários no distrito de Erie County, localizado em Ohio, o autor concluiu que a imprensa, na maioria dos casos, apenas cristalizava, ou seja, dava forma à opinião do público, não a alterava. Este axioma, conhecido como *teoria dos efeitos limitados*, vigorou até a década de 70, quando McCombs e Shaw propuseram a teoria do *agenda-setting*.

4.1 A evolução da teoria do agendamento

Conforme sobredito, o estudo de McCombs e Shaw acerca do *agenda-setting* serve como trampolim para inúmeras teorias relacionadas à temática. Isso porque alguns críticos apontavam falhas em relação aos resultados alcançados pelo axioma, e os pesquisadores, então, decidiram aprofundá-lo, a fim de preencher todas as lacunas.

Em relação ao nível de poder de cada *mass media*, pesquisa desenvolvida por McClure e Patterson, durante a campanha presidencial de 1972¹⁵, aponta que a exposição do público aos meios de comunicação comprova a ação do *agendamento*. “Normalmente, porém, o efeito direto associa-se ao consumo de jornais locais e não aos noticiários televisivos” (McCLURE; PATTERSON apud WOLF, 1999, p.148).

Ainda referente a este ponto da pesquisa, Wolf (2000) destaca que, apesar de os meios de difusão de informação serem dotados de poderes de influência diferentes, a omissão, a não-

cobertura de certos temas e a cobertura modesta ou marginalizada que alguns assuntos recebem configuram um tipo de *agenda-setting* que funciona para todos os veículos, sem exceção.

No âmbito referente aos *efeitos cognitivos* deste modelo teórico em diferentes indivíduos, McClure e Patterson (1976) apud WOLF (1999) elucidam que o *agendamento* afeta os destinatários da mensagem conforme suas predisposições. Sendo assim, os meios de comunicação constroem uma imagem da realidade, com base nas estruturas sociais pré-estabelecidas pelo sujeito.

Essa imagem – que é simplesmente uma metáfora que representa a totalidade da informação sobre o mundo que cada indivíduo tratou, organizou e acumulou – pode ser pensada como um standard em relação ao qual a nova informação é confrontada lhe conferir o seu significado. Esse standard inclui o quadro de referência e as necessidades, crenças e expectativas que influenciam aquilo que o destinatário retira de uma situação comunicativa (ROBERTS, 1972 apud WOLF, 1999, p.152-153).

Fora isso, Larsen (1983) aponta que os processos relativos à compreensão e memória também são partes constituintes do agendamento. O autor nota que o indivíduo se concentra mais em informações referentes a temas já conhecidos, devido ao tocante da familiarização, do que em novas notícias novas.

Nesta vertente contínua, Siune e Born clarificam um segundo aspecto, com a aplicação de um exame durante as eleições dinamarquesas de 1971¹⁶. Nele, destaca-se o papel dos veículos de comunicação na modificação de prioridades da comunidade. Os escritores salientam que temas como mercado comum, economia e política fiscal foram valorizados de forma paralela à valorização da mídia. Enquanto isso, temáticas relativas à educação, cultura, aos problemas ambientais, entre outros, foram esquecidos pela população, assim como marginalizados pela mídia. Por outro lado, os indivíduos mostravam-se relutantes em deixar os temas de sua preferência de lado e seguir à risca a agenda dos mass media (SIUNE; BORRE, 1975 apud WOLF, 1999, p.154). Conclui-se, portanto, que há “uma tendência para a persuasão temperada pela persistência: as atitudes pessoais dos destinatários parecem agir no sentido de integrar a agenda subjetiva à que é proposta pelos *mass media*” (WOLF, 1999, p.154).

Contra a presunção de que a influência dos meios de comunicação configura-se igualmente sobre todos os temas, lança-se o axioma referente à *centralidade*, o qual afirma que “[...] quanto menor é a experiência direta que as pessoas têm de uma certa área temática, mais

essa experiência dependerá dos *mass media* para se possuir as informações e os quadros interpretativos referentes a essa área” (ZUCKER, 1978 *apud* WOLF, 1999, p.155).

No tocante referente *aos tipos de públicos* afetados pela questão do agendamento, Benton e Frazier (1976) realçam que não é suficiente apenas analisar o gênero de noções que são repassadas ou o nível em que se situam, mas, principalmente, é necessário examinar os tipos de informações difundidas e passadas de agenda para agenda. Para isto, a pesquisa dos autores¹⁷ distingue três níveis de conhecimento:

1. **Superficial:** Refere-se apenas ao título de certa temática. A exemplo: cidades, política, moda, economia;
2. **Conhecimentos articulados:** Diz respeito aos inúmeros aspectos de um problema, como suas causas, consequências e soluções. A exemplo: inflação, taxa de desemprego, taxa de mortalidade humana.
3. **Conhecimentos específicos:** Faz referência às informações específicas acerca do tema. A exemplo: posicionamento contrário ou a favor às soluções apresentadas. (BENTON; FRAZIER, 1976).

O intuito do corrente estudo era observar a função da hipótese do *agendamento* no segundo e terceiro nível, uma vez que os exames anteriores se debruçavam apenas sobre o primeiro (BENTON; FRAZIER, 1976, p. 270). Os dados obtidos revelam a influência midiática em todos os níveis de conhecimento. No entanto, destaca-se que “a televisão parece desempenhar um papel secundário, pouco significativo, na determinação da agenda aos níveis dois e três”.

Wolf (1999) salienta, ainda, que o público possui três tipos de agenda. A primeira, conhecida como intrapessoal, refere-se à importância que o telespectador/leitor designa a determinado tema, em função de suas prioridades pessoais. O segundo formato, intitulado interpessoal, diz respeito à prioridade inferida aos assuntos que a população acredita serem de interesse público e, por isso, percebe a necessidade de discuti-los em rodas sociais.

4.2 Do agenda-setting ao *framing*: um novo olhar

A princípio, a hipótese do agendamento elucidara que a função dos *mass media* não consistia em persuasão. Segundo a teoria, os meios de comunicação “[...] descrevendo e precisando a realidade exterior, apresentam ao público sobre o que é necessário ter uma opinião

e discutir” (SHAW, 1979, p.101). No entanto, estudos mais recentes acerca da temática apontam que a mídia detém não apenas o poder de dizer ao público sobre o que conversar, mas, também, a influência capaz de sugerir à população o que pensar sobre os temas noticiados. Tal ideia é intitulada *framing* ou *enquadramento*.

Os próprios preconizadores da teoria do *agenda-setting* realizaram uma revisão do trabalho em 1990, na qual clarificam que o modelo teórico apresenta consigo a seleção dos enquadramentos utilizados na veiculação de notícias (McCOMBS; SHAW, 1990).

Considera-se Erving Goffman, sociólogo norte-americano, responsável pela ontogênese da análise de *enquadramentos*. Assim como McCombs e Shaw, este autor também se debruçou sobre teorias previamente estipuladas. No entanto, foi o primeiro a desenvolver uma articulação teórica e sistemática que se referisse ao assunto. O literato narra “[...] eu assumo que definições de uma situação são construídas de acordo com os princípios de organizações que governam os eventos e [...] com o nosso envolvimento subjetivo neles; enquadrar é a palavra que eu uso para referir a esses elementos básicos” (GOFFMAN, 1974, p.10).

Robert Entman¹⁸, um dos principais estudiosos sobre a temática, considera que “o conceito de framing oferece, de forma consistente, uma forma de descrever o poder do texto comunicacional. “As análises dos *frames* (quadros) iluminam, precisamente, como a influência sobre a consciência humana é exercida pela transferência ou comunicação de informações provenientes de um âmbito – discurso, locução, notícia¹⁹” (1993, p. 18). O estudioso destaca, ainda, que através desse tipo de estudo, é possível atuar de forma política, perceber problemas, diagnosticar causa e, assim, definir soluções.

Entman destaca, também, que “[...] o enquadramento determina se a maioria das pessoas percebe e como elas compreendem e lembram de um problema, da mesma forma que determina a maneira que avaliam e escolhem a forma de agir sobre ele” (ENTMAN, 1993 apud LIMA, 2006, p.14).

O *framing* é definido pela saliência – dar ênfase a certos pontos de determinado assunto -, pelo que inclui e, principalmente, pelo que omite. As omissões de potenciais problemas, avaliações e recomendações têm papel significativo no processo de condução da opinião pública (ENTMAN, 1993).

¹⁸ Como o estudo acerca desta vertente teórica é relativamente novo, embasa-se, principalmente nos estudos de seu principal estudioso.

¹⁹ Grifo no original, tradução minha.

O teórico utiliza-se de alguns métodos para identificar os *enquadramentos* em reportagens. Primariamente, é necessário salientar a definição e categorização do problema em questão: verifica-se, portanto, se é de ordem política ou econômica. Observa-se, em segundo plano, se há personalização do problema – a política é representada como um ente, ou seja, objeto concreto, por exemplo. De forma terceira, torna-se necessário clarificar as causas da problemática, os autores, a quem é creditada a solução do problema. Sendo assim, os aspectos responsáveis pela construção da ocorrência. Identifica-se, por fim, a avaliação da construção do problema – aparência positiva ou negativa (ENTMAN, 1993).

A operacionalização voltada para a identificação dos aspectos sobreditos foi definida após exaustivas pesquisas realizadas por Entman. Uma delas usa, como objeto de estudo, o enquadramento das revistas *Time* e *Newsweek*, dos jornais *The New York Times* e *Washington Post*, além dos noticiários televisivos da rede *CBS*, acerca da queda de aviões em 1988. O literato observa, desta forma, que os *frames* são evidenciados pelo uso de palavras-chave, conceitos, símbolos e imagens visuais empregadas de forma exaustiva (ENTMAN, 1993).

Entman realça a efetividade da teoria por meio da apresentação de um experimento realizado por Kahneman e Tversky, teóricos de finança comportamental. A pesquisa apresenta-se da seguinte forma: Suponha que o governo dos Estados Unidos da América (EUA) precise levar ao público a notícia de que uma grave doença assola o país e já atingiu cerca de 600 mil pessoas. As autoridades públicas têm planos para combatê-la. No entanto, necessita definir qual anúncio publicará. Apresenta, portanto, duas opções: “Se optar pelo projeto A, 200 mil pessoas serão salvas” ou “Se escolher o projeto B, um terço das 600 mil pessoas atingidas serão salvas e outros 2/3 irão morrer”. Após a aplicação do questionário, verificou-se que 72% dos entrevistados adotaram a opção A, enquanto apenas 28% tiveram preferência pelo projeto B. Nota-se que ambas as proposições se utilizavam do mesmo resultado, apenas o enquadramento foi diferenciado. Ainda assim, as opiniões acerca do caso mostraram-se divergentes.

4.2.1 Enquadramento: diferentes abordagens

O estudioso Scheufele (1999), a fim de clarear o caminho a ser percorrido por potenciais estudos, propõe duas dimensões para o estudo do enquadramento. A primeira envolve os *framings* midiáticos e individuais e a segunda insere o termo nas variantes dependentes ou independentes.

Kinder e Sanders (1990) são os responsáveis por diferenciar, conceitualmente, as duas premissas. Os *media frames* abarcam “dispositivos intrínsecos ao discurso político”, portanto,

mediático. Já os *individual frames* apontam as “estruturas da mente de cada um”. Desta maneira, o axioma divide o que é enfatizado pelo remetente do que é compreendido pelo destinatário.

No tocante referente aos enquadramentos nas vertentes dependentes ou independentes, Scheufele (1999) aponta que os *framings*, no primeiro caso supracitado, sofrem influências de aspectos variantes, como, no caso específico do jornalismo, os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia de cada organização, por exemplo. No segundo, não.

Constrói-se, assim, quatro tipos de enquadramentos:

1. **Enquadramento midiático com variável dependente:** Neste âmbito, sugere-se que a notícia veiculada é reflexo de uma série de cinco fatores: valores e normas sociais, pressão ou coerção organizacional, pressão de grupos de interesse, rotinas jornalísticas e ideologias ou orientações políticas dos próprios jornalistas (SCHEUFELE, 1999).
2. **Enquadramento midiático com variável independente:** Esta parte objetiva compreender os efeitos midiáticos no momento de recepção do destinatário. Segundo Scheufele (1999).
3. **Enquadramento individual com variável dependente:** Nesta variante, pergunta-se “Quais fatores estabelecem enquadramentos individuais desconectados dos posicionamentos midiáticos? Ou os enquadramentos individuais são apenas réplicas dos veiculados em meios de comunicação?” (SCHEUFELE, 1999).
4. **Enquadramento individual com variável independente:** Neste tocante, os indivíduos utilizam-se de enquadramentos mestres ou chaves para gerenciar enquadramentos de ação coletiva, principalmente aqueles utilizados em movimentos sociais (SCHEUFELE, 1999).

PARTE II – METODOLOGIA DE ESTUDO

5 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

5.1 Análise de Conteúdo: O que há por trás da notícia?

O corrente estudo acerca da editoria política do **Jornal Nacional** durante os trinta dias subsequentes à delação do ex-senador Delcídio do Amaral configura-se, predominantemente, qualitativo. Este formato debruça-se sobre aspectos que não podem ser quantificados, centrando-se, assim, na compreensão e interpretação das situações referentes às relações sociais.

Minayo (2001) afirma que a pesquisa trabalha com significados, motivos, aspirações, valores, crenças e atitudes. Em concordância, Weber (1970) defende que a vertente busca atingir, precisamente, o conhecimento a respeito de um determinado fato histórico, portanto, o significativo em sua totalidade.

Em outro tocante, atentar-se-á, também, sobre paradigmas quantitativos. Descreve Fonseca (2002, p.20):

A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Desta maneira, a fim de abarcar todos as perspectivas relativas ao objeto de estudo, utilizar-se-á o método de Análise de Conteúdo.

Bardin (2007) salienta que a metodologia se constitui de várias técnicas e visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que viabilizem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção da informação. Oliveira (2008, p. 570) clarifica que a análise permite

[...] o acesso a diversos conteúdos, explícitos ou não, presentes em um texto, sejam eles expressos na axiologia subjacente ao texto analisado; implicação do contexto político nos discursos; exploração da moralidade de dada época; análise de representações sociais sobre o determinado objeto; inconsciente coletivo em determinado tema; repertório semântico ou sintático de determinado grupo social ou profissional; análise da comunicação cotidiana, seja ela verbal ou escrita, entre outros.

Ainda segundo o autor, a análise de conteúdo apresenta diversas abordagens passíveis de adoção. O resultado do trabalho obtido por cada pesquisador é resultado do tocante teórico escolhido. Assim, decidiu-se manusear a análise com o embasamento proposto por Bardin, em 1977.

- **O passo a passo da Análise de Conteúdo**

Bardin (1977) evidencia que o processo para a realização da Análise de Conteúdo organiza-se em três etapas: **pré-análise**, **exploração do material** e, por último, **tratamento dos dados**.

- **Pré-análise**

A primeira etapa designa ao pesquisador a *escolha dos documentos* que serão, posteriormente, submetidos à observação, a *formulação de hipóteses e objetivos* e a *definição dos indicadores* que embasarão as considerações finais.

Portanto, de forma primária, deve-se realizar *leituras flutuantes*. Trata-se do momento no qual o sujeito deve observar documentos, notícias, entrevistas, dentre outros elementos, e deixar-se tomar por impressões e orientações. É neste instante, que se nota o tema e as possíveis técnicas que serão aplicadas à sua análise (BARDIN, 1977).

De forma secundária, opta-se pelos documentos que serão submetidos a procedimentos analíticos. A escolha necessita ser realizada de acordo com determinadas especificações (BARDIN, 1977). Lista-se as principais regras:

1. **Exaustividade:** o *corpus*, - conjunto de elementos selecionados, uma vez definido o campo de pesquisa -, deve reunir todo o conteúdo referente ao objeto de estudo já publicado.
2. **Representatividade:** A amostra recolhida deve efetuar-se relativa ao campo de estudo pré-estabelecido.
3. **Homogeneidade:** “Os documentos retidos devem ser homogêneos, quer dizer, necessitam obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade” (BARDIN, 1977, p.91).
4. **Pertinência:** Os elementos selecionados devem consistir em fonte de informação séria e adequada.

Como parte terceira, salienta-se a construção da *hipótese*, ou seja, afirmação provisória a qual debruçar-se-á durante o estudo, e a clarificação dos *objetivos*, portanto, finalidade geral a que se propõe explanar. Em quarto lugar, definem-se os índices. Sendo assim, elabora-se um roteiro com a designação de todos os temas que serão abordados durante a

pesquisa. Após isto, escolhe-se os referenciais teóricos que, de forma posterior, serão utilizados como embasamento para a descrição das temáticas e elaboração das considerações finais. Por último, no âmbito da pré-análise, realiza-se a preparação do material que será submetido a análise. Desta forma, noticiários televisivos são degredados, fichamentos são transcritos, questionários preparados.

○ **Exploração do material**

A segunda etapa, intitulada *exploração do material*, segundo Bardin (1977, p.95), refere-se à aplicação sistemática de todos os aspectos supracitados. “Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”.

○ **Tratamento de dados**

O terceiro e último procedimento transforma os dados brutos em elementos válidos. “O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode, então, propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (BARDIN, 1977, p.95).

Bardin (1977) declara que a razão pela qual um documento é analisado e a descrição dos processos de observação pré-definidos são elementos essenciais à formulação de um trabalho claro e contundente. Segundo a autora, é necessário que todo o texto descrito em um estudo específico esteja conectado à hipótese que será desenvolvida pelo analista.

Ao procedimento responsável por transformar dados brutos em texto, permitindo atingir a representação de um conteúdo, dá-se o nome de *codificação*. Holsti (1969) afirma que esse percurso permite a descrição exata das informações pertinentes ao texto. O referido conceito compreende três aspectos: *recorte*, ou seja, escolha das unidades; *enumeração*, portanto, escolha das regras de contagem; e *classificação e agregação*, neste tocante, a escolha de categorias (BARDIN, 1977).

Como parte do processo de codificação, torna-se necessário elucidar categorias de recorte de unidades de registro. Ou seja, acredita-se ser importante elucidar quais partes constituintes do texto serão suscetíveis ao procedimento analítico (BARDIN, 1977).

1. **A palavra:** Retêm-se às palavras-chaves ou palavras-temas. Pode-se, ainda, efetuar a análise segundo categorias semânticas: substantivo, verbo, adjetivo, advérbio.
2. **Tema:** Esta categoria é majoritariamente utilizada para estudar motivações de opiniões, atitudes ou valores. Percebe-a na teoria do *agendamento* ou *agenda-setting*.

3. **Objeto ou referente:** “Trata-se de temas-eixo, em redor dos quais o discurso se organiza” (BARDIN, 1977, p.99). No caso de um telejornal, por exemplo, toma-se para análise todas as reportagens referentes a um escândalo político específico.
4. **Personagem:** Refere-se ao registro de aspectos referentes ao atuante para posterior análise.
5. **Acontecimentos:** Neste âmbito, são estudadas ocorrências descritas em narrativas ou relatos. A unidade de registro seria, a exemplo, filmes, séries ou contos.
6. **Documento:** Vertente de texto passível de análise caso possa ser caracterizada globalmente.

Ao decorrer do estabelecimento de uma unidade de registro é necessário, por fim, contextualizá-la. Desta forma, são salientadas as exatas significações do objeto de estudo analisado durante a corrente pesquisa.

No degrau referente à enumeração, as unidades de registro definidas anteriormente são, quantitativamente ou qualitativamente, analisadas e separadas em grupos. Os agrupamentos característicos desse conceito dividem-se em (BARDIN, 1977):

1. **Frequência:** Corresponde à seguinte teoria: “a importância de uma unidade de registro aumenta de acordo com a frequência de sua aparição” (BARDIN, 1977, p.102). Nesta categoria, todas as notícias teriam relevância similar. Assim, exemplifica-se: Em uma edição do Jornal Nacional, o tema *Lava Jato* foi abordado duas vezes; a *cassação do mandato de Cunha*, uma; o *índice de desemprego*, três. Cria-se, então, um quadro no seguinte formato – *Lava Jato* (2); *Cunha* (1); *Desemprego* (3).
2. **Frequência ponderada:** O conceito é utilizado quando se crê que a aparição de um tema é mais significativa que a de outro. Neste caso, o quadro é montado de forma diferente. Suponhamos que o pesquisador acredite que o tema *Desastre de Mariana* é mais relevante que os *Atentados em Paris*. Ambas as temáticas renderam duas matérias em um telejornal. A enumeração se daria da seguinte maneira: *Desastre de Mariana* = peso 2; *Atentados* = peso 1. Portanto, ao montar a ilustração, seria configurado: *Mariana* (4); *Paris* (2).
3. **Intensidade:** Designa-se um grau de intensidade à cada tema ou palavra apresentados.
4. **Direção:** Neste tocante, os temas são classificados em positivo, negativo ou neutro, de acordo com o critério pré-estabelecido.

5. **Ordem:** Considera-se, aqui, a importância da organização de falas ou temas em entrevistas, textos, matérias, entre outros. A significância de um material pode ser analisada segundo este conceito.
6. **A co-ocorrência:** Refere-se à aparição de duas ou mais unidades de registro ao mesmo tempo.

O penúltimo procedimento a ser realizado durante a operacionalização de um processo de análise intitula-se categorização. Esta fase é responsável pela “classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação, e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero, com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 1977, p. 111).

Desta forma, pode-se dividir este conceito em quatro variáveis: semântica, a qual separa os elementos de acordo com título conceitual ou categoria; sintática, que se refere à distinção entre verbos, adjetivos, substantivos, entre outros; lexical, segrega as palavras de acordo com o sentido empregado; e, por fim, expressiva, responsável por reagrupar as perturbações da linguagem, ou seja, expressões.

O último degrau, chamado inferência, considera a pergunta “Sobre o que e sobre quem se centrará a Análise de Conteúdo?”. Aqui, considera-se que a pesquisa possa ser focalizada no emissor, receptor ou na mensagem e que projete à observação sobre o código ou sobre a significação.

Bardin (1977) destaca que, após a consideração dos conceitos sobreditos, o pesquisador deve utilizar-se, finalmente, da categoria analítica mais adequada aos objetivos formulados já na pré-análise. O leque de escolhas é vasto: análise categorial, análise representacional, análise de enunciação, análise de expressão, análise de associações, análise léxica ou análise do discurso.

5.2 Operacionalização da Análise Proposta

○ **Objeto de estudo**

A editoria política do Jornal Nacional, composta por 26 edições, durante os 30 dias subsequentes à delação premiada do ex-senador Delcídio do Amaral.

○ **Justificativa**

Escolhe-se a análise de notícias referentes à delação de Delcídio do Amaral, dentre tantas outras desencadeadas pela operação Lava Jato, porque esta proveio da primeira prisão de um senador em exercício do mandato desde a redemocratização, em 1985. Além disso, acredita-

se que o depoimento do ex-senador, em conjunto com a decisão do Partido dos Trabalhadores (PT) de votar a favor da cassação de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), tenha sido ponto decisivo para a aceitação, por parte do presidente da Câmara dos Deputados, do pedido de abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT).

Define-se a televisão como meio de comunicação analisado porque, conforme explicitado neste estudo, apuração realizada pelo instituto Vox Populi aponta os noticiários televisivos como a principal fonte de informação política utilizada por brasileiros: 55% da sociedade recorre às telinhas para se atualizar acerca do cenário público, enquanto apenas 12% busca sites especializados e 7% faz uso de jornais

Designa-se a editoria política do Jornal Nacional, noticiário da Rede Globo de Televisão (RGTV), a unidade de registro a ser analisada, devido ao fato do telejornal configurar-se como o de maior audiência no Brasil. Durante o mês de março, a audiência deste explodiu. Segundo dados do Painel Nacional de Televisão (PNT), no dia 3, data da delação de Delcídio, por exemplo, o programa comandado por William Bonner e Renata Vasconcelos, cravou 31,2 pontos de audiência na média. Em 17 de março, dia do grampo telefônico de Lula e Dilma²⁰, a pontuação foi ainda maior: 32 pontos na Grande São Paulo e 38, no Rio de Janeiro. Os atuais números apresentam-se mais expressivos que a média atingida pela Globo nos três meses finais do ano passado: 25. Além disso, em abril, o JN foi apresentado na quarta colocação da lista “Top 50 atrações mais vistas da TV aberta”. Observa-se que este é o único noticiário da faixa das 20h a integrar o quadro.

O período de 30 dias passíveis de análise configura-se entre 3 de março e 1 de abril, porque pensa-se que, devido às constantes descobertas e investigações da Lava Jato, após o período de um mês, as repercussões relativas ao depoimento de Delcídio do Amaral já teriam perdido força e dado espaço aos outros desdobramentos da operação.

Realizar-se-á a análise de conteúdo referente ao âmbito qualitativo na edição de maior audiência de cada semana disposta no período de processo analítico pré-definido, buscando, assim, a observação das notícias que atingiram o maior número de telespectadores de forma semanal. A análise quantitativa será configurada durante o mês sobredito, a fim de julgar se houve o agendamento de qualquer tema na agenda do noticiário e, portanto, na agenda social.

○ **Objetivos**

²⁰ O grampo telefônico registrou conversa entre Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva, referente à nomeação deste ao cargo de Ministro da Casa Civil.

- **Geral**

Analisar os enquadramento e agendamentos políticos propostos pelo Jornal Nacional durante os trinta dias subsequentes à delação de Delcídio do Amaral.

- **Específicos**

- Identificar o agendamento político instituído pelo Jornal Nacional durante o período sobredito;
- Definir o enquadramento construído pelo noticiário nas reportagens, chamadas e comentários relativos à delação de Delcídio do Amaral e às consequências desencadeadas por esta;
- Verificar se houve qualquer tipo de persuasão ou manipulação estabelecidos pelo telejornal nos 30 dias subsequentes ao depoimento de Delcídio.
- Descrever, de forma sucinta, a história do telejornalismo no Brasil, a fim de evidenciar o poder o poder e a influência obtidos por este meio de comunicação ao longo dos anos;
- Clarificar o processo de identificação de elementos manipulativos;
- Elucidar o processo de construção da notícia, segundo a Teoria do Newsmaking.

- **Contextualização política do objeto de estudo²¹**

- **O que é**

A Polícia Federal (PF) deflagra, em 17 de março de 2014, a Operação Lava Jato. Dezesete pessoas são presas, incluindo Alberto Youssef. Inicialmente, em 2009, o procedimento investigava doleiros ligados ao empresário. Eles eram responsáveis pela movimentação de bilhões de reais no Brasil e exterior ao usarem empresas de fachada, contas em paraísos fiscais e contratos de importação fictícios. No entanto, com o avanço das investigações descobriu-se um vasto esquema de corrupção na Petrobras. O trampolim para a exposição configura-se como a prisão de Youssef e Paulo Roberto Costa, diretor da petroleira à época. A partir deste momento, compreendido em março de 2014, os desvios monetários referentes à siderúrgica, tornaram-se o foco da ação policial.

²¹ Informações extraídas dos jornais Correio Braziliense e Folha de S.Paulo.

- **Como funcionava o esquema**

Diretores e funcionários da Petrobras cobravam propina às empreiteiras e aos outros fornecedores para facilitar os negócios entre estes e a estatal. Assim, tornava-se essencial redigir contratos superfaturados, com o intuito de permitir os desvios dos cofres da petroleira brasileira para os beneficiários do esquema. Parte deste dinheiro era destinado a doleiros e lobistas, encarregados por repassar as quantias para políticos e alguns funcionários públicos. Segundo o Ministério Público (MP), a propina beneficiava aos partidos políticos responsáveis pela indicação dos diretores da Petrobras, que colaboravam com o esquema.

As investigações concentraram-se, então, sobre as mesas diretoras da estatal e sobre as pessoas que passaram a controlar estas áreas após o mandato do Partido dos Trabalhadores (PT), instaurado em 2003. De acordo com as delações de Costa e Youssef, cada diretor recolhia a “arrecadação” das instituições com contratos em seu setor e a repassava às siglas que garantiam sua manutenção no cargo.

Tabela 1 – Configuração da Diretoria da Petrobras em 2013



Fonte: Correio Braziliense

- **Linha do Tempo**

- **2014**

Paulo Roberto Costa é preso sob suspeita de destruir e ocultar documentos referentes ao esquema de corrupção em 20 de março, mas é solto, dois meses depois, perante decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). No mesmo mês, é instaurada, no Senado, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras, para apurar denúncias relativas ao escândalo. Vital do Rêgo (PMDB-PB) foi eleito para presidi-la. No dia 28, é instalada, também, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), destinada à investigação dos casos.

Em agosto do mesmo ano, Costa é preso pela segunda vez, sob justificativa de risco de fuga e por acusações referentes às supostas contas que o ex-diretor de abastecimento teria na Suíça. Aceita, então, colaborar com as investigações em troca da redução de pena. Em depoimento, revela que três governadores, seis senadores, um ministro e pelo menos 25 deputados federais foram beneficiados por pagamentos de propina. Além disso, indica o envolvimento da Transpetro, empresa da Petrobras responsável pelo processamento de gás natural e transporte de combustíveis. É também neste mês que o Ministério Público e Youssef assinam o acordo de delação premiada.

Em outubro, Meire Poza, ex-contadora de Alberto Youssef, afirma que ele negociou cerca de R\$25 milhões com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Enquanto isso, Costa elucida que parcela da propina que era destinada ao PT, PMDB e PP foi usada nas campanhas presidenciais de 2010. Leonardo Meirelles, presidente do laboratório Labogen – empresa com atividades ligadas à química e biotecnologia – à época, conta que Youssef fez negócios, ainda, com o falecido ex-presidente nacional do PSDB, Sérgio Guerra (PSDB-SP).

No mês de novembro, a Polícia Federal cumpre mandados de prisão em cinco estados, mais o Distrito Federal, em empresas como as construtoras Camargo Corrêa, OAS Engenharia, Queiróz Galvão e Odebrecht. A suspeita era de que o grupo de empreiteiras formava um cartel de desvios de recursos públicos. Renato Duque, diretor do setor de engenharia e serviços, à época, é detido. No dia 16, os delatores Júlio Camargo e Augusto Ribeiro dizem ter pago R\$154 milhões em propina ao PT e PMDB. Dois dias depois, o lobista Fernando Baiano se entrega a polícia em Curitiba.

Em dezembro, o ministro do STF Teori Zavascki manda soltar Renato Duque. No dia 8, documentos apreendidos na Camargo Corrêa revelam pagamento de R\$886 mil da empreiteira a uma empresa de Dirceu, ex-ministro da Casa Civil de Lula.

▪ 2015

No primeiro mês do ano, o policial federal Jayme Alves de Oliveira aponta o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) como beneficiário do esquema de corrupção da Petrobras. No dia 14, o ex-diretor da área internacional da petroleira Nestor Cerveró é preso pela PF sob acusação de corrupção e lavagem de dinheiro. Duas semanas depois, Graça Foster, presidente da estatal à época, anuncia o rombo de R\$88,6 bilhões nos cofres da instituição.

Em fevereiro, a operação *My Way* é deflagrada pela PF em quatro estados, tendo como alvo 26 empresas e 11 operadores do esquema, aos quais se incluía João Vaccari Neto. Dois

dias depois, o ex-gerente de serviços da estatal Pedro Barusco estima que o PT recebeu em propinas relativas aos contratos superfaturados uma quantia compreendida entre US\$150 e US\$200 milhões. Outra CPI destinada à investigação de denúncias ligadas à Lava Jato é instaurada, desta vez, presidida por Hugo Motta (PMDB-PB).

No dia 3 de março, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, envia uma lista com nomes passíveis de investigação ao STF. Três dias depois, Teori Zavascki autoriza a observação de 47 políticos. Em 16 de março, Renato Duque é preso novamente.

Em abril, o ex-deputado André Vargas é preso sob acusação de ter usado um avião alugado por Youssef e ter cometido tráfico de influência no Ministério da Saúde a favor de uma empresa do doleiro. No dia 15, João Vaccari Neto também sofre mandato de prisão, suspeito de receber dinheiro de propina relativo a contratos da Petrobras. Uma semana depois, a Justiça condena os primeiros réus da Lava Jato, incluindo Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef.

No mês seguinte, o empresário Ricardo Pessoa, da UTC Engenharia, afirma ter doado R\$7,5 milhões à campanha presidencial de Dilma Rousseff (PT-MG). Em 21 de maio, o operador e empresário Milton Pascowitch é preso. Cinco dias depois, Nestor Cerveró é condenado pelo crime de lavagem de dinheiro.

Em junho, com a operação *Erga Omnes*, a Polícia Federal prende os empresários Marcelo Odebrecht e Otávio Marques de Azevedo. Segundo as investigações, as empresas de ambos realizavam pagamento de propina via transferência entre contas no exterior.

No mês de julho, é realizada a prisão do ex-diretor da área internacional da Petrobras Jorge Zelada. No dia 14, mandatos de busca e apreensão são postos em prática na casa dos políticos Fernando Collor (PTB-AL), Ciro Nogueira (PP-PI), Eduardo da Fonte (PP-PE), Mário Negromonte (PP-BA), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e João Pizzolati (PP-SC). 24 horas depois, o ex-consultor da Toyo Setal Júlio Camago diz que Eduardo Cunha havia pedido pagamento de US\$5 milhões para que um contrato de navios-sonda da Petrobras fosse autorizado. Em 20 de julho, três executivos da Camargo Corrêa são condenados por lavagem de dinheiro, organização criminosa e corrupção.

Em agosto, durante a 17ª fase da operação Lava Jato, o ex-ministro José Dirceu, suspeito de praticar corrupção, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, além de receber propina através de sua empresa, JD Consultoria, é preso, junto a outras sete pessoas. Milton Pascowitch afirma, no dia 4, que houve pagamento de US\$532,8 mil, proveniente da Usina de Belo Monte, ao PT. No dia seguinte, é descoberto que Fernando Collor recebeu cerca de R\$26 milhões no

esquema. Em 17 de agosto, Nestor Cerveró, Fernando Baiano e Júlio Camargo são condenados por lavagem de dinheiro e corrupção. Ainda neste mês, Rodrigo Janot apresenta denúncia contra Cunha e Collor por envolvimento na situação de corrupção.

No mês de setembro, José Dirceu e outros 16 sujeitos são denunciados por crimes como organização criminosa, corrupção e lavagem de dinheiro. Uma semana depois, a Polícia Federal pede autorização ao STF para tomar depoimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, suspeito de fazer parte do esquema de desvio de verbas. No dia 21, há condenação de João Vaccari Neto, Renato Duque e mais oito pessoas. Em 22 de abril, o ex-deputado federal André Vargas torna-se o primeiro político condenado da Lava Jato.

Em outubro, cópias do passaporte, da assinatura e de dados pessoais do deputado, agora afastado, provam que Eduardo Cunha e sua esposa possuem contas bancárias secretas no exterior.

No mês seguinte, a Polícia Federal prende o pecuarista José Carlos Bumlai na 21ª fase da operação Lava Jato, devido à declaração do lobista Fernando Baiano, na qual constava que Bumlai havia recebido R\$2 milhões referentes a uma comissão a que ele teria direito por, supostamente, pedir a intermediação de Lula em uma negociação para contrato. O dinheiro seria usado para pagar uma dívida imobiliária da nora do ex-presidente. É também em novembro que é decretada a prisão do ex-senador Delcídio do Amaral, acusado de obstruir as investigações da Lava Jato.

Em dezembro, mandatos são cumpridos nas casas de Eduardo Cunha, Edison Lobão (PMDB-MA) e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

▪ 2016

Em janeiro, a Polícia Federal deflagra a etapa *Operação Triplo X*, a qual objetiva investigar suspeitos de abrir *offshores* e contas no exterior para ocultar o recebimento de propinas.

No segundo mês do ano, Delcídio do Amaral deixa a prisão, mediante orientação de Teori Zavascki. Além disso, a Polícia Federal inicia a 23ª fase da operação Lava Jato, cujo alvo é o publicitário e marqueteiro das campanhas de Lula e Dilma, João Santana.

Em março, é firmado acordo de delação premiada entre Ministério Público e Delcídio do Amaral. No documento, os principais políticos citados são Dilma Rousseff, Michel Temer, Lula, Aécio Neves, Renan Calheiros e Romero Jucá. Ainda neste mês, há a deflagração da 24ª etapa da Lava Jato, com o objetivo de investigar a relação de Luiz Inácio Lula da Silva e seus

familiares com empreiteiras envolvidas no esquema de corrupção. No mesmo dia, Lula é alvo de mandato de condução coercitiva para prestar esclarecimentos. Em 22 de março, a 26ª fase é iniciada e busca verificar o recebimento de propina a servidores públicos. No dia seguinte, João Santana e outros sete sujeitos são indiciados.

No mês de abril, deflagra-se duas operações: a Carbono 14, cujo objetivo é cumprir 12 mandatos judiciais, e a Vitória de Pirro, com o intuito de investigar a cobrança de propinas para evitar a convocação de empreiteiros em comissões parlamentares de inquérito sobre a Lava Jato. Gim Argello (PTB-DF) é preso.

Por último, em maio, a PF institui a Operação Vício, a fim de investigar a possibilidade de pagamentos de R\$40 milhões em propina, a partir de contratos fraudulentos da Petrobras. Também neste mês, é vazado um áudio referente à conversa entre Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, e Romero Jucá, à época, ministro do Planejamento do presidente interino Michel Temer. No diálogo, que ocorreu semanas antes à votação do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, eles afirmam que este era o fruto de um pacto entre políticos para “estancar a sangria” desencadeada pela operação Lava Jato.

- **Categoria Analítica Adotada**

Utilizar-se-á, para o desenvolvimento deste estudo, a categoria *Análise do Discurso*. A referida perspectiva reconhece a dualidade que pode existir em uma palavra ou construção linguística e, por isso, objetiva evidenciar construções dialéticas e mostrar a função que estas desempenham no texto (FOCAULT, 1995), dando acesso aos sentidos produzidos pela “inscrição socioideológica e a história dos sujeitos envolvidos” (FERNANDES, 2008, p.60).

Fernandes (2008) destaca cinco conceitos que devem ser priorizados ao longo da análise de discurso: sujeito discursivo (polifonia), enunciação, sentido, condições de produção e ideologias. Segundo Bakhtin (1992), o sujeito discursivo seria portador de várias vozes sociais, ou seja, mostrar-se-ia polifônico. Desta forma, o discurso do repórter ou âncora, por exemplo, não é centrado em si, mas configura-se como centro das interações sociais estabelecidas por este, que, posteriormente, são reveladas em sua enunciação.

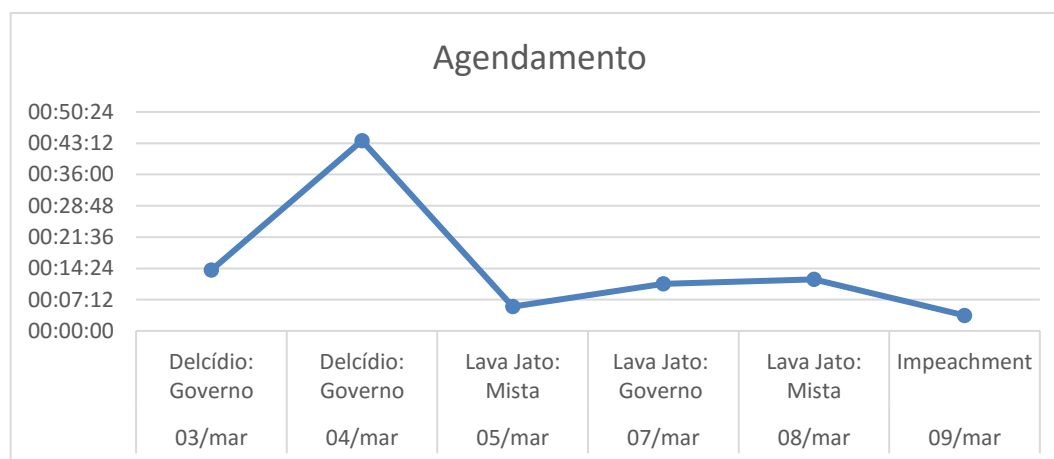
PARTE III – ANÁLISE

6 ANÁLISE QUANTITATIVA

A análise quantitativa da corrente monografia objetiva verificar, de forma semanal²², o agendamento proposto pelo Jornal Nacional durante os 30 dias subsequentes à delação premiada de Delcídio do Amaral. O procedimento metodológico deu-se em três fases: 1. Separação das reportagens em categorias pré-definidas; 2. Análise de duração de cada material jornalístico e, por último, 3. Tratamento dos dados e confecção dos gráficos²³. A fim de viabilizar o melhor entendimento das artes, aqui, reproduzidas, realizar-se-á breves contextualizações acerca dos temas representados.

○ Primeira semana:

Tabela 2 – Agendamento (3 a 9 de março)



Fonte: Jornal Nacional

Durante a primeira semana analisada, são abordados, majoritariamente, temas relativos à Lava Jato. A abordagem deve-se ao furo obtido pela IstoÉ, no dia 3 de março, o qual denunciou, com base nos depoimentos de Delcídio do Amaral, supostas tentativas de Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva de interferir nas investigações da operação. A delação serviu como estopim para a deflagração da 24ª etapa do procedimento. Portanto, ao longo da semana, vários políticos e empresários foram indiciados ou sofreram mandatos de busca e apreensão. Outro

²² Neste capítulo do corrente trabalho, as semanas não são configuradas segundo o posicionamento dos dias no calendário oficial, mas de acordo com a contagem de sete diárias, a partir da data referente à delação de Delcídio do Amaral. Sublinha-se que não há veiculação do JN aos domingos e, por isso, cada período semanal apresenta apenas seis edições do noticiário.

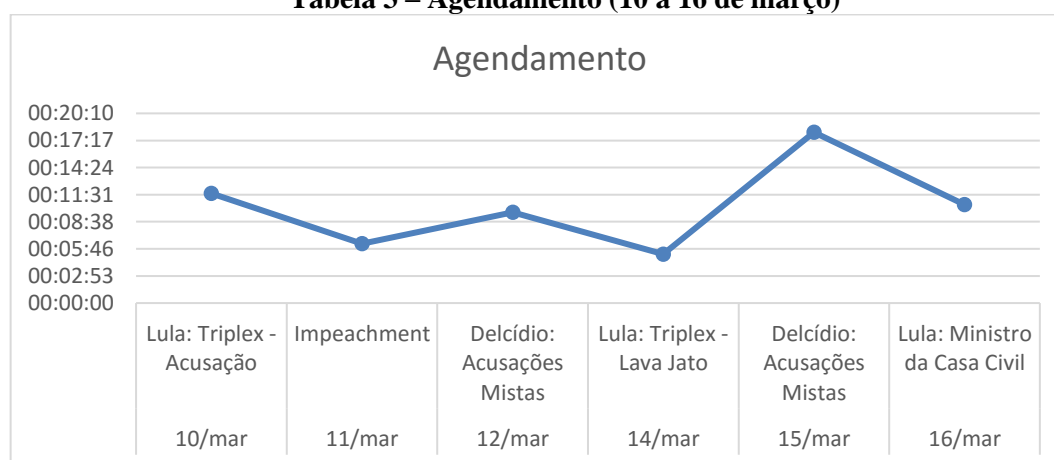
²³ Os gráficos contêm a somatória das durações das matérias referentes aos temas mais discutidos durante a veiculação diária do Jornal Nacional.

tema demasiadamente visado configura-se como o envolvimento entre Lula e o apartamento Tríplex do Guarujá, além de sua amizade com o pecuarista José Carlos Bumlai.

A agenda da semana compreendida entre os dias 3 e 9 de março, debruça-se sobre, primeiramente, acusações relativas aos depoimentos do ex-senador, realizadas contra o governo, e, de forma secundária, sobre investigações “mistas”, ou seja, apurações que envolvem vários partidos, empresas e empreiteiras. O referido tipo de investigação ocorre durante, por exemplo, deflagrações de procedimento.

○ **Segunda Semana:**

Tabela 3 – Agendamento (10 a 16 de março)



Fonte: Jornal Nacional

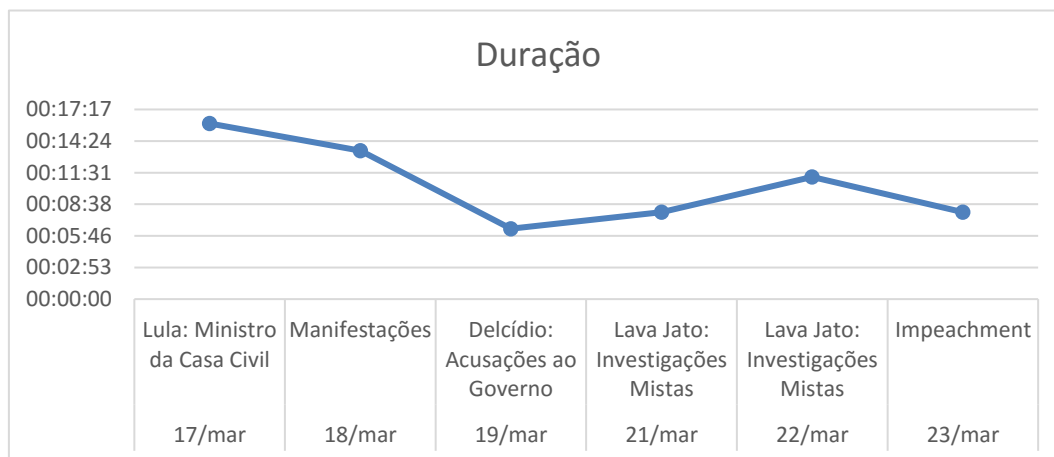
Após acusações provenientes dos depoimentos de Delcídio, a pressão sobre Rousseff aumenta. A presidente, ainda assim, afirma não haver base para impeachment e comunica que resistirá. A situação também não é favorável ao petista Luiz Inácio: denúncia referente ao tríplex do Guarujá, definida pelo Ministério Público (MP), é recebida por juíza que, mais tarde, repassá-la-á a Juiz Sérgio Moro. Afora isso, promotores pedem a prisão preventiva do ex-presidente. Concomitantemente, o PMDB reconduz Michel Temer à presidência do partido. É nessa semana que ocorrem as conversas em referência a uma possível ruptura com o governo. O Brasil apresenta manifestações em, pelo menos 337 cidades, e depoimento de Lula é divulgado. Apresenta-se novos depoimentos de Delcídio Amaral, nos quais o ex-senador acusa Aloizio Mercadante de tentar comprar seu silêncio e cita nomes como Renan Calheiros, Eduardo Cunha e Aécio Neves. É, também, nesta semana que Lula assume o Ministério da Casa Civil. Por último, vaza áudio com conversa entre Rousseff e o ex-presidente.

Nota-se que, nesta semana, a agenda política do Jornal Nacional é formada por assuntos relativos a Lula. Em três dias, sublinha-se a relação deste com o apartamento tríplex

no Guarujá, provindo da construtora OAS, investigada na Lava Jato. Na data em que o petista assume o cargo de Ministro, a maior parcela de tempo do noticiário televisivo destina-se a ele, novamente.

○ Terceira Semana

Tabela 4 – Agendamento (17 a 23 de março)



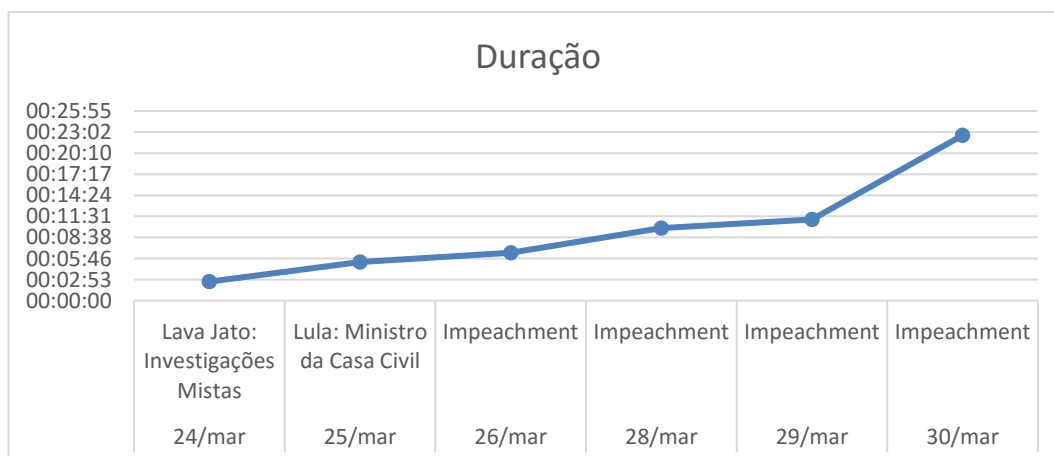
Fonte: Jornal Nacional

Esta semana é marcada por repercussões e consequências referentes à conversa vazada entre Lula e Dilma. Após apreciação do referido áudio, parlamentares, mídia e componentes do judiciário supõem que o ex-presidente teria sido empossado para obstruir as investigações da Lava Jato. A imagem de Dilma também é prejudicada e crescem os comentários sobre a instauração do processo de impeachment.

A agenda política deste período é vasta, vai das inúmeras tentativas de Luiz Inácio para continuar no Ministério da Casa Civil às grandes manifestações que alastravam as ruas.

○ Quarta Semana

Tabela 5 – Agendamento (24 a 30 de março)



Fonte: Jornal Nacional

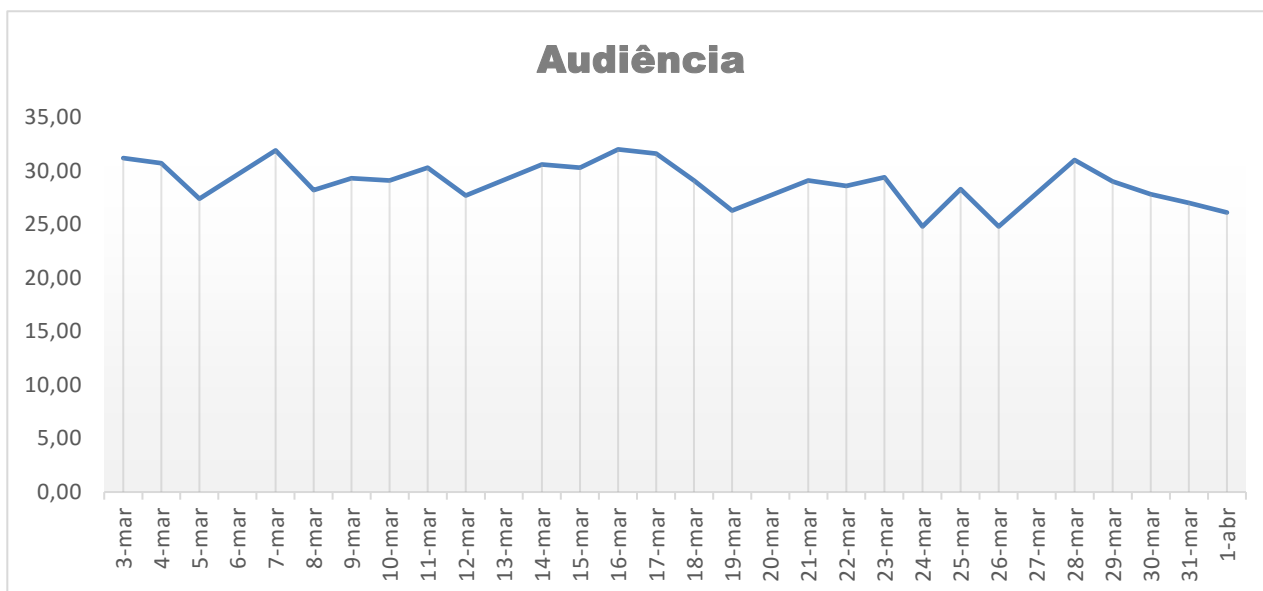
A semana começa com a entrega do pedido de impeachment redigido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na Câmara dos Deputados e com o parecer favorável do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, à posse de Luiz Inácio Lula da Silva como Ministro da Casa Civil. Na terça-feira (29), após muitos burburinhos, o PMDB retira, oficialmente, seu apoio ao governo e os petistas iniciam uma corrida contra o relógio para realizar substituição rápida e efetiva de peemedebistas nos Ministérios. Enquanto isso, grandes esquemas são revelados: a justiça aceita denúncias contra os sete acusados no cartel dos trens, é preso o suspeito de fraudar licitações de merenda escolar e instaura-se a CPI da FIFA, CBF e Máfia do Futebol. Na quarta-feira (30), Dilma afirma, novamente, estar sofrendo golpe. Nos dias seguintes, grandes manifestações, pró e contra o governo, se alastram pelo país. Na sexta-feira, é deflagrada nova operação da Lava Jato. Desta vez, o procedimento tem, como foco, petistas envolvidos no escândalo do Mensalão, em 2005.

A agenda do Jornal Nacional, entre 24 de março e 30 de março, dedica-se, em grande parte, à cobertura dos desdobramentos referentes ao impeachment. De seis programas veiculados, quatro priorizam a cobertura desta agenda.

7 ANÁLISE QUALITATIVA: O OLHAR SOB O TEXTO

A análise qualitativa deste estudo objetiva observar o discurso e identificar enquadramentos adotados pelo Jornal Nacional durante a veiculação de reportagens referentes à delação de Delcídio do Amaral. Utilizou-se, como objeto de estudo, as **edições que contêm matérias referentes ao tema** e atingiram **os maiores pontos de audiência durante cada semana:** (03/03; 09/03; 15/03)²⁴. Destaca-se que não houveram notícias diretamente relacionadas aos depoimentos do ex-senador durante as duas últimas semanas do mês, ou seja, no período compreendido entre 21 de março e 1 de abril de 2016.

Tabela 6 – Audiência do Jornal Nacional



Fonte: Painel Nacional de Televisão

○ **Análise da Edição de 03.03.2016 – O Furo da Delação de Delcídio**

A edição do Jornal Nacional, veiculada em 3 de março, é iniciada com a afirmação, enunciada por Renata Vasconcellos, de que o acordo de delação premiada de Delcídio do Amaral provocara um “terremoto político”. William Bonner complementa a frase ao dizer que o senador afastado do PT, em depoimento à procuradoria-geral da República, havia acusado Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio. Ambos elucidam, por fim, que, segundo relato, Lula teria tentado comprar o silêncio de Nestor Cerveró e Dilma procurara, por intermédio de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), provocar a soltura de dois presos da Lava Jato.

²⁴ Nesta parte da monografia, selecionou-se os dias de maior audiência, nos quais matérias relacionadas a Delcídio do Amaral foram veiculadas, de acordo os posicionamentos destes na configuração semanal do calendário referente a 2016.

Tais informações apresentam dois aspectos passivos de observação. De forma primária, nota-se o uso de **metáfora**. De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2002), este conceito não deve ser encarado apenas como uma figura de linguagem. Quando inserido em discursos políticos e midiáticos, o recurso objetiva persuadir e impor opiniões de forma não explícita. Desta forma, clarifica-se que a utilização e o posicionamento deste na frase – próximo aos nomes de Lula e Dilma - tem o poder de despertar, no telespectador, de forma instantânea, a concepção de que os dois petistas estariam envolvidos em uma grande catástrofe, da qual seria difícil livrar-se.

Posteriormente, o enunciador, utiliza-se da **memória discursiva**. O conceito é clarificado por Melo (2002): “[...] diz respeito à recorrência de enunciados no discurso. Ela separa e elege, dentre os elementos de uma determinada contingência histórica, aquilo que deve ser rejeitado e o que pode emergir e ser realizado num novo contexto, produzindo determinados efeitos” (p.256). Assim, a opção de lembrar ao público que Delcídio pertencia ao Partido dos Trabalhadores (PT) salienta sua proximidade aos acusados.

A primeira reportagem transmitida após as chamadas refere-se ao acordo de delação sobredito. Renata Vasconcellos reafirma que a política brasileira passara por um terremoto após denúncia referente à Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Toda a matéria baseia-se em trabalho divulgado, no mesmo dia, pela revista IstoÉ. O telejornal afirma ter confirmado a existência do documento. No entanto, as informações descritas, vazadas de forma seletiva pelo impresso supracitado, não foram confirmadas ou incrementadas pelo noticiário televisivo previamente à sua veiculação em horário nobre.

O quadro abrange três tentativas, adotadas por Rousseff, de interferir na operação, segundo Delcídio. A primeira teria ocorrido em 7 de julho de 2015, durante reunião entre a citada, Lewandowski e José Eduardo Cardozo. A tentativa falhara devido ao posicionamento retilíneo do ministro. A segunda envolvia o desembargador Marcelo Navarro e, apesar da ratificação da proposta por este, a ação não vingou: seu voto foi vencido por outros quatro desembargadores e os réus Odebrecht e Azevedo continuaram presos. A terceira ocorrência não é registrada pelo noticiário.

Ao decorrer da reportagem, no âmbito referente à compra da Refinaria de Pasadena, é sublinhada, pelo JN, a citação em que Delcídio supõe o conhecimento de Dilma, como presidente do Conselho de Administração da Petrobras, do esquema de superfaturamento para desviar recursos da estatal. O ex-senador destaca, ainda, *que a alegação da própria de que*

ignorava o expediente habitualmente utilizado em contratos deste tipo, alegando desconhecimento de cláusula como a put option, absolutamente convencional, é, no mínimo, questionável.

Após a referida declaração taxativa, o Jornal Nacional afirma que a versão de Dilma **era** de que os conselheiros do colegiado não tinham conhecimento de cláusulas desfavoráveis à Petrobras. Observa-se, assim, que a conjugação do verbo enunciado pela repórter induz o telespectador ao pensamento de que a declaração da presidente da República já não é válida.

O ex-senador ainda narra que Dilma teria participado de forma efetiva na nomeação de Nestor Cerveró para o cargo de Diretor Internacional da BR Distribuidora e, por fim, afirma que a presidente havia sido protegida pela CPI dos Bingos.

Após as inúmeras acusações, o JN buscou o posicionamento de todos os citados nesta primeira parte, e divulgou-os. A defesa de Dilma, no entanto, só foi apresentada aos 15min25s do noticiário, cerca de 7 minutos posteriores à finalização da matéria.

A segunda reportagem traz à público declarações referentes à Lula. Como informação inicial, o JN destaca que, segundo Delcídio do Amaral, o ex-presidente tinha conhecimento do propinoduto instalado na Petrobras e agira de forma direta para barrar as investigações ao realizar tentativas de compra do silêncio de alguns envolvidos. Após sublinhar as alegações descritas na revista, o jornalista relata que *os depoimentos de Delcídio foram iniciados em uma quinta-feira e se estenderam até domingo, porque o ex-senador demonstrava cansaço e impaciência, o que despertou em procuradores e delegados, a impressão de que sabia mais do que já contara*. O profissional, no entanto, não cita o responsável pela frase, provavelmente pelo fato de que, até a homologação, a delação deveria permanecer em sigilo. Todavia, acredita-se que uma observação de tamanha importância deveria ser citada apenas em casos de confirmação da fonte perante ao público, sendo assim, na vertente de entrevista.

Após 6min56s de destaque às acusações, o JN proporciona 16 segundos à leitura da nota de repúdio relativa às acusações, encaminhada pela assessoria do ex-presidente.

A terceira reportagem do telejornal refere-se à reação de Dilma em referência à delação. A notícia da existência do documento foi a público concomitantemente à nomeação do novo ministro da Justiça. Dilma, então, não citou o caso de forma direta. Ainda assim, o JN destacou o trecho do pronunciamento em que ela verbaliza *“Nós continuaremos defendendo que o princípio da presunção de inocência vale para todos, por ser um instrumento fundamental de*

nossa democracia. Continuaremos defendendo que a presunção de inocência não pode ser substituída pelo pressuposto da culpa, nem, tampouco, dar lugar à execração pública sem acusação formal e à condenação sem processo, por meio de vazamentos ilegais e seletivos”.

A repórter narra, após a fala de Rousseff, que, **preocupada**, a presidente havia convocado uma **reunião de emergência** com o ex-ministro da Casa Civil, Jacques Wagner, além do ex-ministro da Justiça Wellington Silva e Cardozo. Destaca, ainda, que Dilma teria mandado estes **a campo** para **desqualificar o delator**.

Sublinha-se os superiores itens por tratarem-se de termos utilizados pela repórter, cujas comprovações não foram efetivadas ao longo da matéria. Pensa-se que tal adjetivo pode designar, à presidente, aspecto culposos. De forma secundária, não há fatos que possam comprovar a realização de uma reunião de **emergência**. Em terceiro lugar, a metáfora **a campo** sugere que os ministros e o advogado estariam a caminho de um jogo, ou batalha, quando, apenas, prestariam esclarecimentos. Por fim, crê-se que a expressão “desqualificar o delator” seja adotada de forma inadequada. Segundo os próprios políticos, o intuito das respostas provenientes do governo seria discorrer em relação à inocência do governo.

Ao final da matéria, José Eduardo Cardozo, durante coletiva, rebate aspectos da delação de Delcídio, como, por exemplo, os atos de Navarro, descritos pelo delator. Acredita-se que os argumentos apresentados pelo advogado geral da União, contundentes ou não, deveriam estar dispostos após as acusações referentes à Dilma, a fim de proporcionar ao público uma boa tangente para o julgamento do caso.

O quarto material jornalístico explicita a concepção da classe política acerca dos depoimentos do delator. O primeiro a ser ouvido é Rui Falcão, presidente do Partido dos Trabalhadores (PT). Segundo seu posicionamento, os relatos descritos não têm credibilidade. Por outro lado, na oposição, acredita-se que o acontecimento desencadeie uma série de consequências ao governo vigente. Pauderney Avelino (DEM-AM), líder do Democratas, compara esta delação à de Pedro Collor.²⁵ A matéria torna a dar voz aos governistas, com Wadih Damous (PT-RJ), o qual afirma, em discurso, que delação premiada não se configura como prova. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), discute, com aliados, estratégias de usar as acusações no processo de impeachment de Dilma, e Aécio Neves (PSDB-MG) relata que as demandas serão incluídas no projeto de impedimento – em trâmite, à época. Afonso

Florence (PT-BA) rebate ao dizer que a proposta de inclusão dos relatos nos autos do impeachment, deve-se à falta de agenda pública da oposição.

A quinta reportagem do noticiário televisivo centra-se sobre a validade da delação premiada, mesmo desprovida de homologação. Apenas neste momento do noticiário, fica claro que os dizeres de Delcídio não se configuram como verdade absoluta. É explicado que o depoimento se trata, apenas, de um trampolim para impulsionar as investigações, pois, a partir destas, que fatos são comprovados.

A editoria política desta edição é composta, ainda, por reportagem referente à transformação de Eduardo Cunha em réu na Lava Jato; à previsão preventiva do marqueteiro João Santana e de sua mulher; à vista de Lula ao triplex do Guarujá e ao depoimento de Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS.

○ **Análise da Edição de 09.03.2016 – “Delcídio citou, ao menos, cinco senadores em delação”**

A edição do Jornal Nacional, veiculada em 9 de março de 2016, designa 1min48s para destacar acusação publicada no Jornal O Globo, referente a novas descobertas no caso da delação premiada de Delcídio do Amaral.

Logo ao início da reportagem, Renata Vasconcellos utiliza-se do conceito anteriormente descrito: **memória discursiva**. A âncora opta por dar destaque à informação de que Amaral era, à época, senador afastado do Partido dos Trabalhadores (PT) ao invés de reiterar, por exemplo, que se tratava de um investigado da Lava Jato.

Observa-se, ainda, que, nesta matéria, ao contrário do que acontece em outros materiais jornalísticos do Jornal Nacional, nos quais há predomínio do **pretérito perfeito**, responsável por indicar a finalização de um fato, os verbos são conjugados, majoritariamente, no **futuro do pretérito**, como na frase “*O Globo afirma que quatro são peemedebistas já investigados na Lava Jato: o presidente do Senado, Renan Calheiros, Romero Jucá, Edson Lobão e Valdir Raupp. O quinto seria o senador Aécio Neves, presidente do PSDB*”. O uso deste tempo verbal indica que determinada ação é passível de ocorrência, mas ainda não fora concretizada.

A reportagem cita o nome dos possíveis acusados por Delcídio, mas não há informações clarificadas, porque, à época, a delação permanecia em sigilo, mas, segundo depoimento, Aníbal Gomes teria agido em nome do presidente do Senado e Aécio estaria envolvido com atividades irregulares em CPIs.

- **Análise da Edição de 15.03.2016 – “O tiroteio provocado pela delação de Delcídio do Amaral”**

O Jornal Nacional de 15 de março, data da homologação do depoimento de Delcídio do Amaral, é iniciado, mais uma vez, como o uso de metáforas. Narra-se que sobre a **temperatura da crise política** com o reconhecimento, por parte do STF, da delação do ex-senador. A expressão indica que a situação no âmbito político ficara ainda pior. O primeiro a ser apontado durante a chamada do telejornal é Aloizio Mercadante, ministro da Educação, sob a acusação de tentar evitar que Delcídio prestasse esclarecimentos à operação Lava Jato, com ajuda política e financeira. Segundo declarações, este teria agido como emissário de Dilma Rousseff. Sequencialmente, Renata Vasconcelos explicita que, durante a delação, Amaral teria **atirado com a metralhadora para todos os lados**, a fim de clarificar que diversos políticos, de variadas siglas, haviam sido atingidos.

A primeira matéria, cuja duração é de 9 minutos, refere-se à acusação relativa a Aloizio Mercadante, ministro da Educação. Diz-se que, segundo Delcídio do Amaral, o político tentara interferir nas investigações da Lava Jato, com ajuda política e financeira em troca do silêncio do ex-senador. A ordem, conforme sobredito, teria partido de Rousseff. Mostra-se, então, áudio gravado de uma conversa entre o ministro e o assessor de Amaral, Eduardo Marzagão.

A repórter, inicialmente, afirma que a expansão atingida pelos depoimentos de Delcídio configura esta como a delação de **efeito político mais devastador**. Após o destaque, é relatado que **Aloizio** estaria no **centro de uma das acusações**. Neste tocante, há elevado relacionamento dos termos. Ao decorrer da reportagem são ouvidos os referidos áudios, gravados entre 1 e 9 de dezembro. Destacam-se trechos como *“Em que você acha que eu posso ajudar? De verdade. Eu acho que ele deveria esperar e não fazer nenhum movimento precipitado [...] Para que ele não seja o agente que desestabilize tudo. Senão vai sobrar uma responsabilidade monumental para ele, entendeu? ”*. Além desta, ouve-se após Marzagão citar, inúmeras vezes, que a família de Delcídio estaria passando por diversos problemas financeiros, a fala de Aloizio *“Bom, isso aí a gente também pode ver no que pode ajudar [...] Eu só estou aqui para ajudar”*.

A versão adotada pelo noticiário televisivo durante a chamada do programa e em grande parte da matéria é baseada na **suposição** de Delcídio. O ex-senador interpretara a situação como uma ameaça velada de Mercadante. De acordo com ele, ao seu entendimento, a mensagem do ministro havia sido enunciada com o intuito de evitar que o delator procurasse o Ministério Público. Por fim, Delcídio afirma que, devido à proximidade entre Aloizio e Dilma, acredita que a mensagem partira do Palácio da Alvorada. Entende-se, no entanto, que o tema, para

tornar-se passível de entendimento e julgamento correto, deve ser noticiado desde o início do material jornalístico como baseado em suposições e, não, em fatos concretos.

Após apresentar mais trechos da conversa, o JN veicula imagens da entrevista coletiva convocada por Mercadante, a fim de esclarecer os casos supracitados. Na oportunidade, o ministro relembra a verbalização em que diz não estar conectado ao caso de Delcídio Amaral e não se importar com a decisão deste de realizar a delação, ou não.

Ainda nesta matéria, por fim, a repórter utiliza-se da **memória discursiva** - conceito previamente elucidado - ao lembrar que Aloizio entrara para o primeiro escalão do governo durante o primeiro mandato de Dilma, em 2011. E destacar que o político havia ocupado, também, os cargos de Ministro de Ciência e Tecnologia e da Casa Civil, além de ser visto como um dos sujeitos mais fiéis à Dilma”. Tal informação, quando posicionada posteriormente a acusações como as sublinhadas, pode despertar, no telespectador, a ideia de que Dilma poderia ter enviado, por intermédio de Mercadante, uma ameaça velada ao ex-senador.

A segunda reportagem, de 18 minutos, alude à delação homologada de Delcídio do Amaral. Renata Vasconcellos conta que 21 depoimentos foram prestados. Nestes, citou dezenas de nomes. De governistas à oposição. Além de partidos, empreiteiras e estatais. A âncora assim os lista: Lula, Dilma Rousseff, Michel Temer, Aécio Neves.

O personagem primário é Luiz Inácio Lula da Silva. O JN descreve que, segundo o delator, Lula teria papel decisivo no plano montado para calar o ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró, diante das investigações da Lava Jato. O petista teria se envolvido no caso para tentar ajudar o **amigo** José Carlos Bumlai, cujo nome seria citado nas delações do referido ex-integrante da mesa diretora. O ex-senador destacou, também, que Lula havia realizado manobras, durante a CPI dos Correios, para comprar o silêncio do publicitário Marcos Valério, e que **teve participação em todas as decisões relativas às diretorias das grandes empresas estatais**. O destaque desta informação por parte do Jornal Nacional, pode implicar nos telespectadores, o sentimento de que Lula escolhera os participantes que cuidavam da diretoria integrante da Petrobras. O telejornal salienta, ainda, uma linha na qual Delcídio do Amaral afirma **conhecer tratativas ilícitas** para retirar o nome do, à época, presidente e de seu filho do relatório da CPMI dos Correios. Porém, não há elucidação de quais seriam estas medidas não legalizadas. O tema, assim, é apenas citado, sem quaisquer explicações.

Em relação à Rousseff, o delator supõe que a presidente tinha pleno conhecimento e participação na nomeação de Cerveró como diretor internacional da BR Distribuidora. A

informação confronta-se a declarações de Dilma. A declaração é tratada pelo JN, novamente, como um fato verídico e, não, como suposição.

Referindo-se a Michel Temer, Amaral relata que este foi o padrinho da indicação de João Henriques para a diretoria da BR-Distribuidora durante o governo FHC, entre 1997 e 2001. O ex-petista clarifica que Henriques teria sido o principal operador de **um esquema de aquisição ilícita de etanol**. Novamente, não se discorre a respeito de um esquema de corrupção citado.

Eduardo Cunha, de acordo com o depoimento, seria o **garoto de recados** de André Esteves, principalmente nos assuntos de interesse do banco BTG.

Aécio Neves foi o último personagem citado na reportagem. Segundo a delação de Delcídio do Amaral, o presidente do PSDB teria conhecimento e participaria de um grande projeto de corrupção em Furnas.

Após a observação de cada relato, faz-se uso do pensamento de Bardin (1997). Segundo a autora, *a significância* de um material pode ser analisada segundo a *disposição de falas ou temas* em entrevistas, textos, matérias, entre outros. Neste tocante, é passível de observação que o Jornal Nacional conferiu maior significância às acusações contra Lula e Dilma Rousseff.

Os argumentos defensivos de todos os envolvidos foram enunciados por William Bonner e Renata Vasconcelos, com exceção referente à presidente. Aécio Neves foi o único sujeito a defender-se por entrevista.

O terceiro material jornalístico mostra a repercussão dos depoimentos homologados de Delcídio do Amaral no Congresso. De forma curiosa, apenas as concepções relativas ao trecho de acusação a Mercadante são evidenciadas. As citações relativas a Temer, Cunha, Renan e Aécio sequer são mencionadas.

A reportagem é iniciada com a afirmação de que a preocupação do Planalto é **blindar** a presidente e **evitar que novas acusações** cheguem até ela. Tal expressão, utilizada pela repórter, pode despertar, no público, a presunção de que mais relatos podem ser desencadeados. Isso porque, ao dizer que alguém deve ser blindado, supõe-se que algo o atingirá. Foram ouvidos dois representantes governistas (José Guimarães – PT/CE; Humberto Costa – PT/PE) e dos políticos da oposição (Cássio Cunha – PSDB/PB; Randolfe Rodrigues – REDE/AP). Com posicionamentos opostos, eles debateram acerca de uma possível exoneração de Aloizio. **É citado na matéria, que a delação dá mais fôlego ao processo de impeachment.**

A editoria política desta edição do Jornal Nacional noticia, ainda, a investigação de uma mensagem enviada pelo celular do governador do Acre, na qual consta conteúdo relativo a

ameaças; o repasse das investigações sobre a mulher e filha de Cunha ao juiz Sérgio Moro; e, por fim, o posicionamento de governistas acerca da nomeação de Lula como Ministro da Casa Civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa monografia objetivava explicitar o agendamento político proposto pelo Jornal Nacional durante os trinta dias subsequentes à delação premiada do ex-senador Delcídio do Amaral, porque, conforme destacam McCombs e Shaw (*apud* WOLF, 2006), o público tende a designar aos temas importância semelhante à proposta pela mídia.

Desta forma, observa-se que, durante a primeira semana analisada, o **JN** priorizou as *acusações provenientes da delação premiada de Delcídio contra o governo e investigações mistas*, ou seja, averiguações referentes a empresários, grandes instituições ou deflagrações de operações, que envolvessem partidos governistas e de oposição concomitantemente. No segundo período, compreendido entre 10 e 16 de março, o foco dá-se sobre *Lula: fosse por sua conexão com o triplex do Guarujá, sua nomeação como ministro da Casa Civil ou o áudio referente à conversa entre este e Dilma*.

A terceira semana é marcada pelas consequências dos temas supracitados. O agendamento concentra-se desde as *demasiadas tentativas de Luiz Inácio para assumir o cargo como ministro, às ruas que eram tomadas por manifestações*. Já durante o último espaço temporal observado, o noticiário televisivo centra-se sobre os desdobramentos do tema *impeachment*.

Nota-se que os critérios de noticiabilidade do noticiário configuraram-se vastos durante o período analisado. Ainda assim, recaiam sempre sobre temáticas relativas aos componentes do Partido dos Trabalhadores (PT), como Lula e Dilma Rousseff. Enquanto isso, acusações de corrupção contra integrantes do PMDB e PSDB, como Renan Calheiros, Aécio Neves e Eduardo Cunha não apresentam grande destaque no veículo de comunicação. Escândalos relativos à fraude das merendas e ao cartel de trens são abordados apenas uma vez.

Como objetivo secundário, o trabalho pretendia apontar o enquadramento construído pelo maior telejornal do Brasil em notícias relacionadas ao objeto de análise, dado que, de acordo com Entman (1988) este tipo de estudo ilumina, “[...] precisamente, como a influência sobre a consciência humana é exercida pela transferência ou comunicação de informações provenientes de um âmbito – discurso, locução, notícia” (p.183).

Posto isto, crê-se que o noticiário tenha elaborado textos carregados de suposições. Neste tocante, o caso de maior expressão refere-se à parcela da delação do ex-senador em que Aloizio Mercadante é citado. O JN enuncia durante a chamada do programa que o ministro da educação, como emissário de Dilma Rousseff, tentara comprar o silêncio de Delcídio, por meios

econômicos e políticos. Apenas esclarece que o relato é baseado na suposição de Amaral e, não, ao conteúdo dos áudios vazados, após os 4min30s da matéria.

Além desta ocorrência, diversas outras são passíveis de sublinho: em todas as reportagens que envolviam personagens governistas e de oposição, os de esquerda eram apresentados de forma primária. O aspecto é analisado segundo teoria de Bardin (1977), a qual afirma que, a partir da organização de falas ou temas em entrevistas, textos, matérias, entre outros, é possível analisar a significância de cada parte constituinte.

Afora isto, as notas de repúdio às acusações, providas de Dilma, foram apresentadas, em todas as ocasiões, cerca de 3 minutos após o término das matérias que a envolviam; os verbos em notícias indicadas ao governo foram conjugados, majoritariamente, no tempo pretérito perfeito, o que sinaliza a concretização de um acontecimento. Enquanto isso, as palavras relativas às ações da oposição conjugavam-se no futuro do pretérito, responsável por demonstrar que uma ação pode acontecer.

Posto isto, verifica-se que, ainda que, segundo os princípios editoriais dos meios jornalísticos pertencentes ao Grupo Globo, os noticiários devem ter a isenção como objetivo consciente e formalmente declarado e necessitam, durante a apuração, edição e publicação de uma reportagem, abordar todos os ângulos que cercam um acontecimento. Todavia, o **Jornal Nacional**, durante os trinta dias analisados, salienta aspectos negativos referentes ao governo e omite enquadramentos prejudiciais à oposição, apresentando, assim, discursos que indicam a inscrição sócio-ideológica, mesmo que momentânea, da emissora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

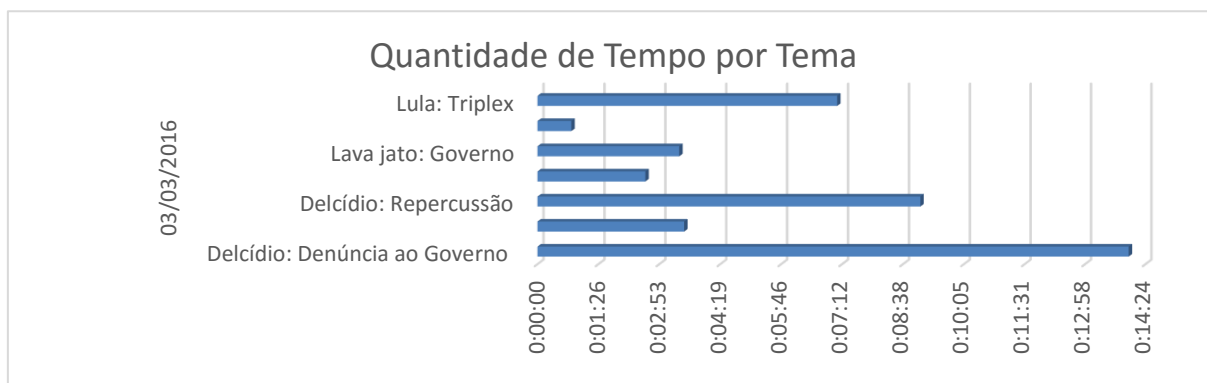
- ABRAMO, P. *Padrões de Manipulação da Grande Imprensa*. Brasil: Abramo, 1988.
- BACELLAR, L.; BISTANE, L. *Jornalismo de TV*. Brasil: Editora Contexto, 2005. 144 p.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1970. 280 p.
- CAPARELLI, S. *Televisão e Capitalismo no Brasil*. Porto Alegre: L&M, 1982.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- GARCIA, M.T. *Violência e medo, elementos extintos no newsmaking do jornalismo público?* Cronos, Natal, v. 7, n. 2, p. 383-397, jul. /dez. 2006.
- LIMA, V.A.L. *Mídia: Crise Política e Poder no Brasil*. São Paulo: Abramo, 2006.
- MATTOS, S.A.S. *História da Televisão Brasileira (Uma visão econômica, social e política)*. 1ª edição. Salvador: Editora Pas e Edições Ianamá, 2000.
- MATTOS, S.A.S. *Um Perfil da TV Brasileira (40 anos de história: 1950-1990)*. 1ª Edição. Salvador: A Tarde S/A, 1990.
- MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional (A notícia faz história)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- NOGUEIRA, A. *Telejornalismo I: A experiência da Rede Globo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PATERNOSTRO, V. *O Texto na TV: Manual de Telejornalismo*. São Paulo: Campus, 1999.
- PENA, F. *Teorias do Jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.
- PEREIRA JR., A.E.V. *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo*. Porto Alegre: PUCRS, 2000.
- PRIOLLI, G. *A Tela Pequena no Brasil Grande*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- REZENDE, Guilherme Jorge de. *Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial*. São Paulo: Summus, 2000.
- SILVERSTONE, R. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola, 2002. 302 p.
- SIMÕES, I.F. *TV à Chateaubriand*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo (Porque as Notícias são como são)*. 2ª Edição. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, G. *Making News: a study in the construction of reality*. New York: The Free Press, 1977.

WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. 5ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1999. 271 p.

APÊNDICES

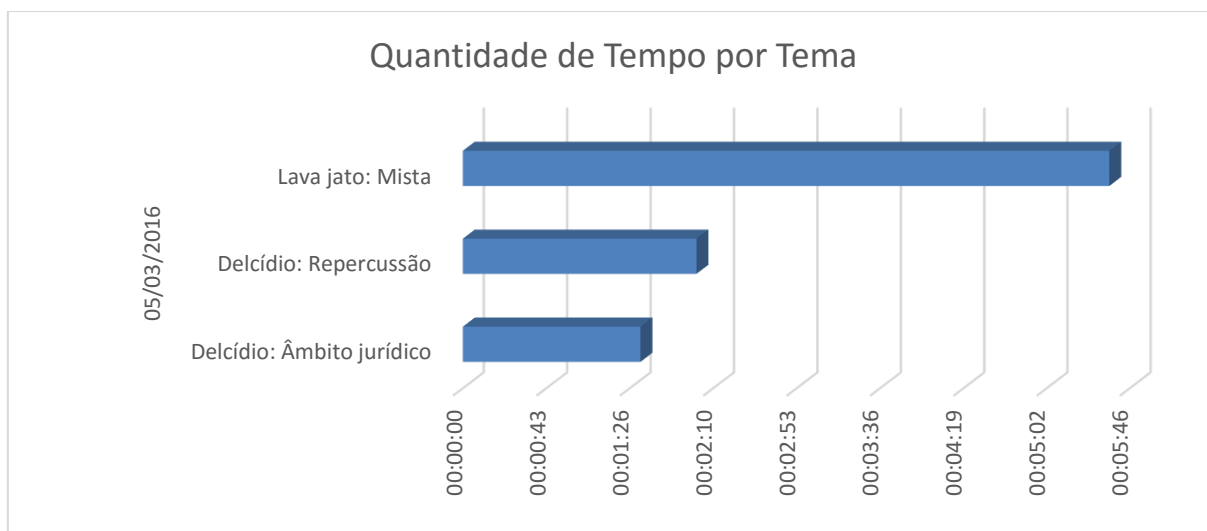
APÊNDICE “A” – Primeira Semana - Quinta-feira, 03 de março de 2016



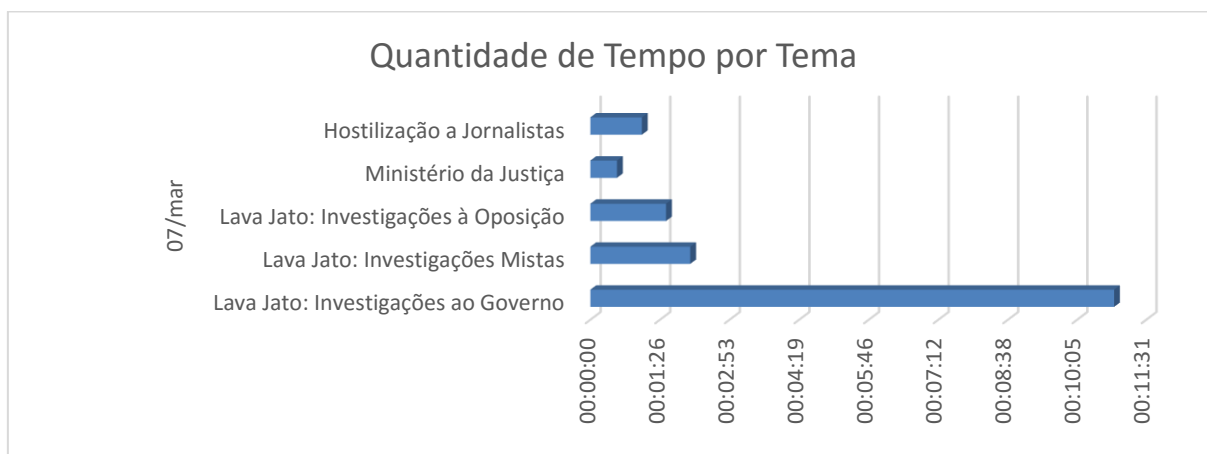
APÊNDICE “B” – Primeira Semana - Sexta-feira, 04 de março de 2016



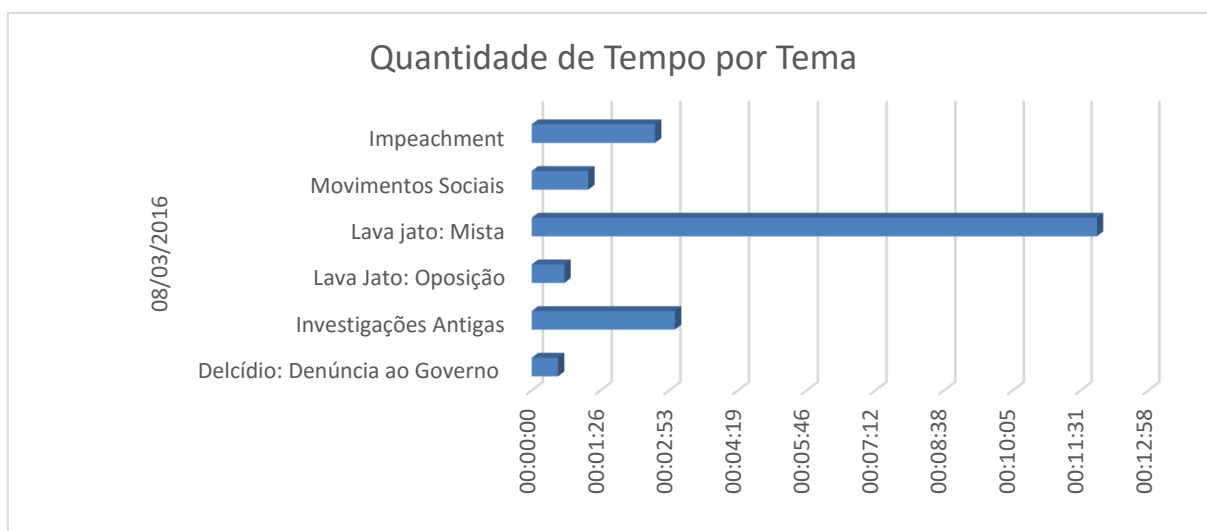
APÊNDICE “C” – Primeira Semana - Sábado, 05 de março de 2016



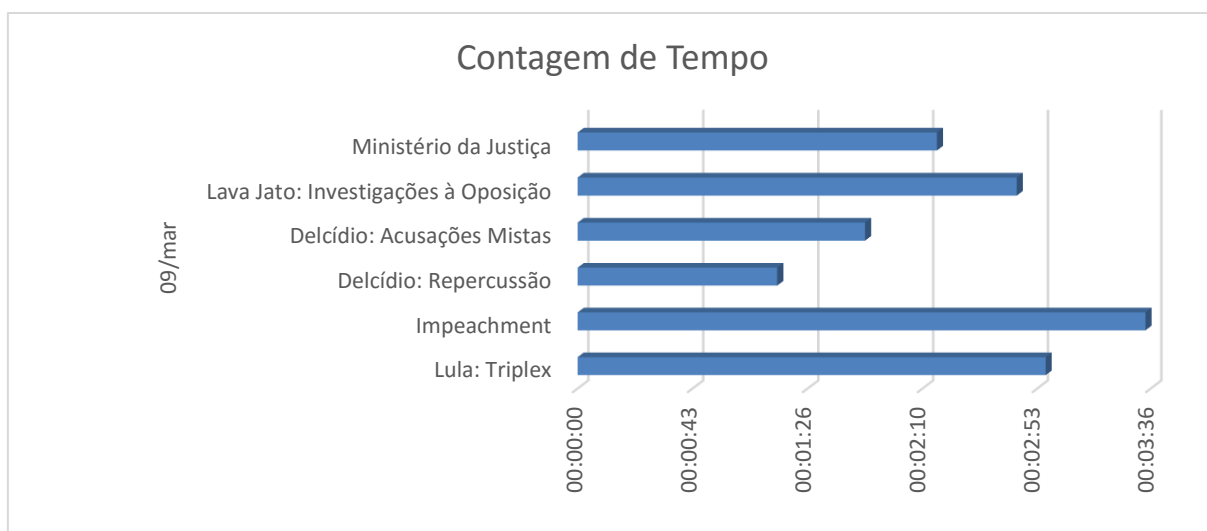
APÊNDICE “D” – Primeira Semana - Segunda-feira, 07 de março de 2016



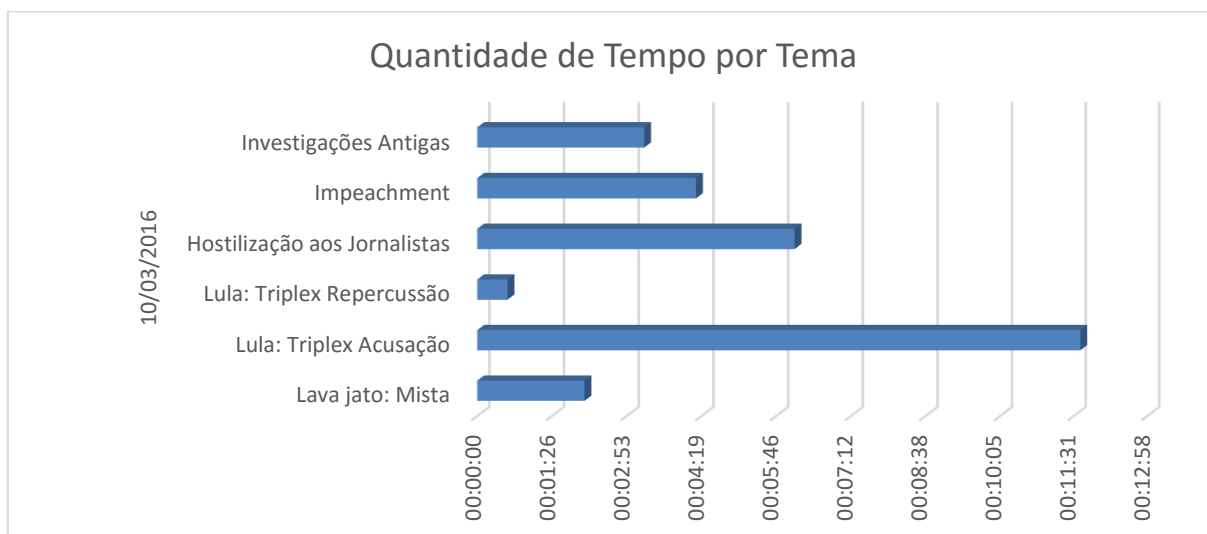
APÊNDICE “E” – Primeira Semana - Terça-feira, 08 de março de 2016



APÊNDICE “F” – Primeira Semana- Quarta-feira, 09 de março de 2016



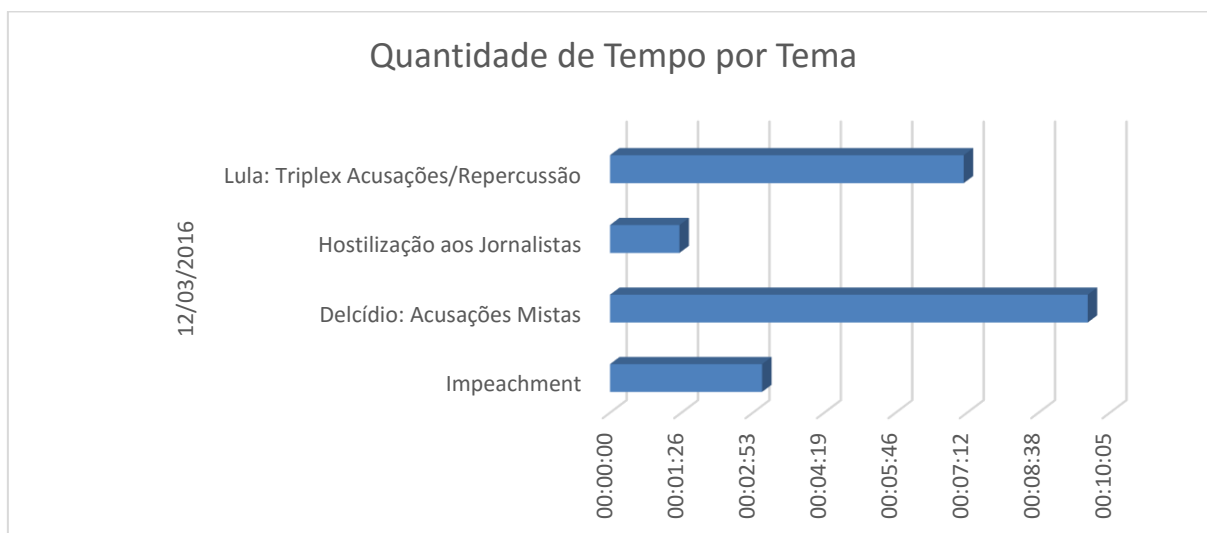
APÊNDICE “G” – Segunda Semana - Quinta-feira, 10 de março



APÊNDICE “H” – Segunda Semana - Sexta-feira, 11 de março de 2016



APÊNDICE “I” – Segunda Semana- Sábado, 12 de março de 2016



APÊNDICE “J” – Segunda Semana - Segunda-feira, 14 de março de 2016



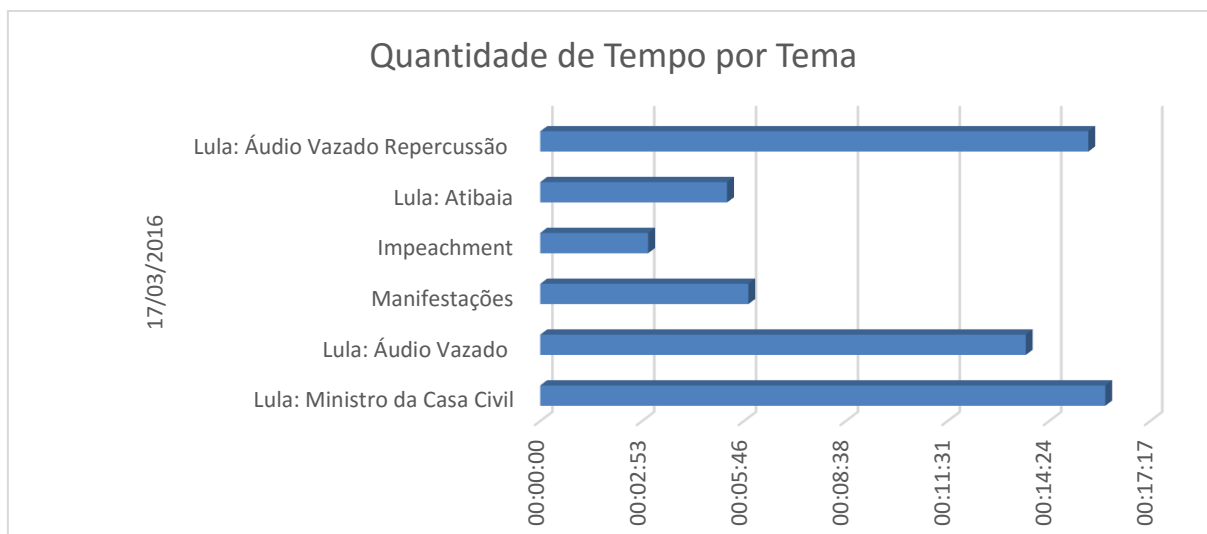
APÊNDICE “K” – Segunda Semana - Terça-feira, 15 de março



APÊNDICE “L” – Segunda Semana - Quarta-feira, 16 de março de 2016



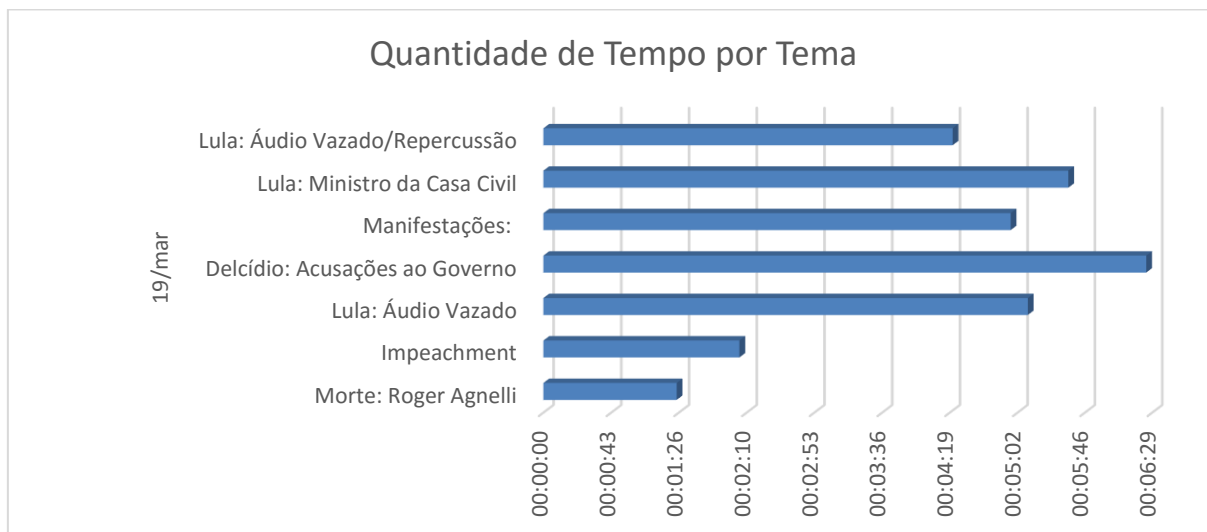
APÊNDICE “M” – Terceira Semana - Quinta-feira, 17 de março de 2016



APÊNDICE “N” – Terceira Semana - Sexta-feira, 18 de março de 2016



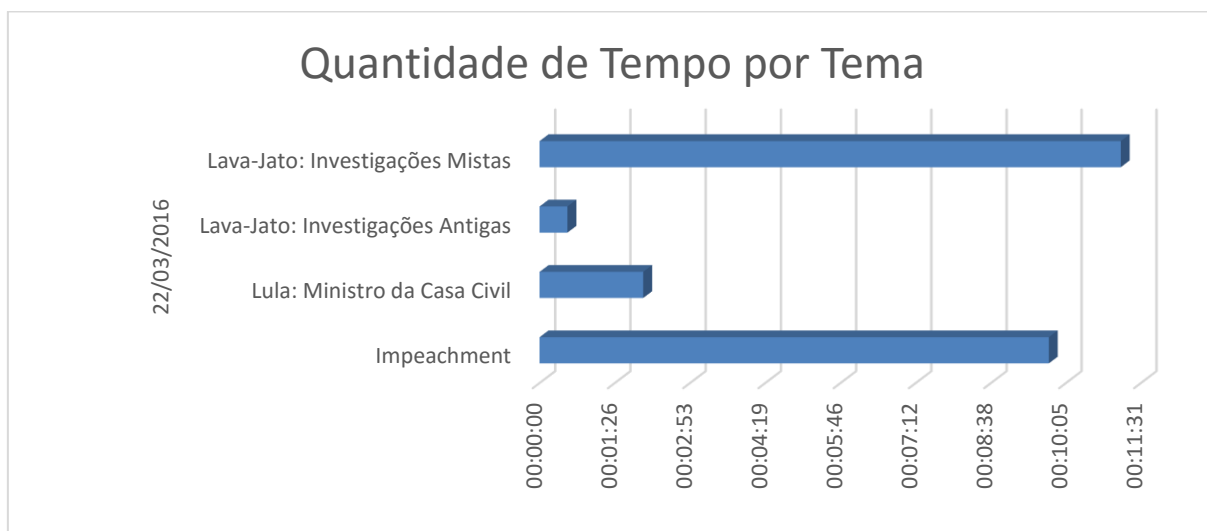
APÊNDICE “O” – Terceira Semana - Sábado, 19 de março de 2016



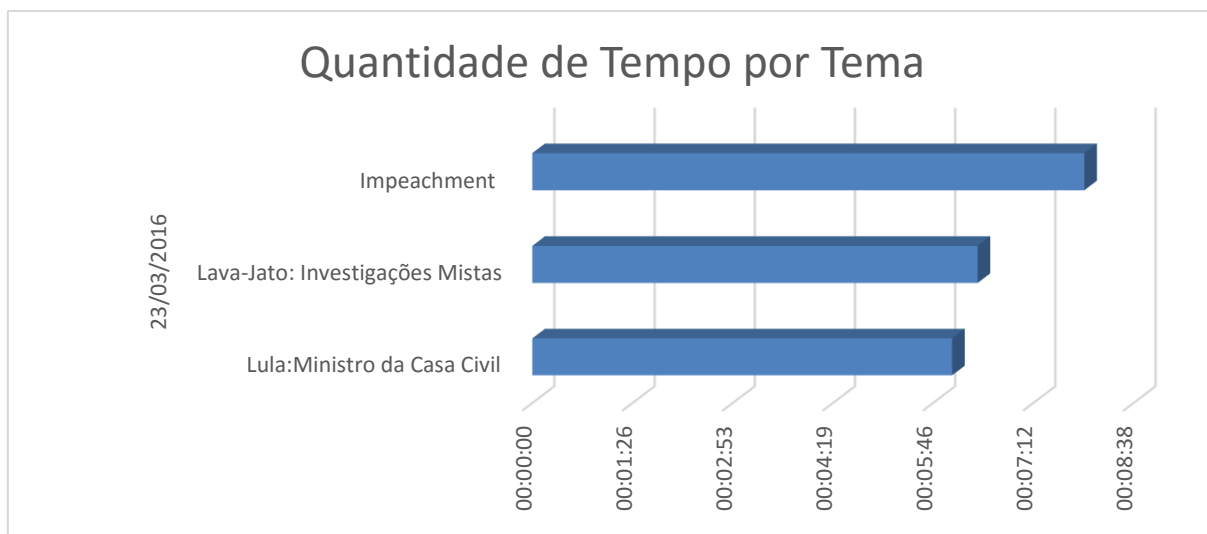
APÊNDICE “P” – Terceira Semana - Segunda-feira, 21 de março de 2016



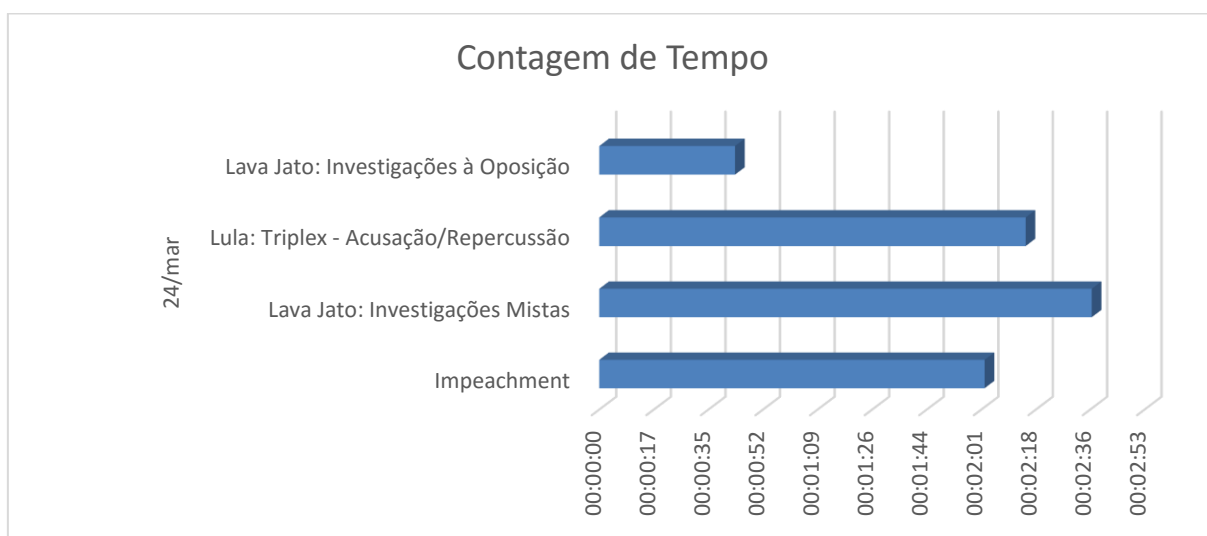
APÊNDICE “Q” – Terceira Semana- Terça-feira, 22 de março de 2016



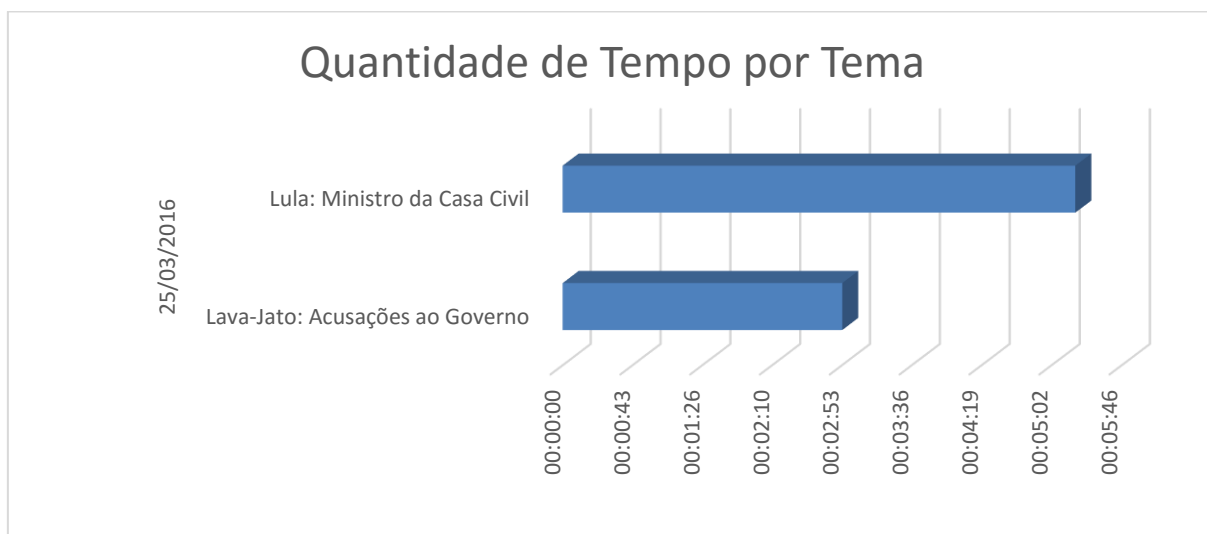
APÊNDICE “R” – Terceira Semana- Quarta-feira, 23 de março de 2016



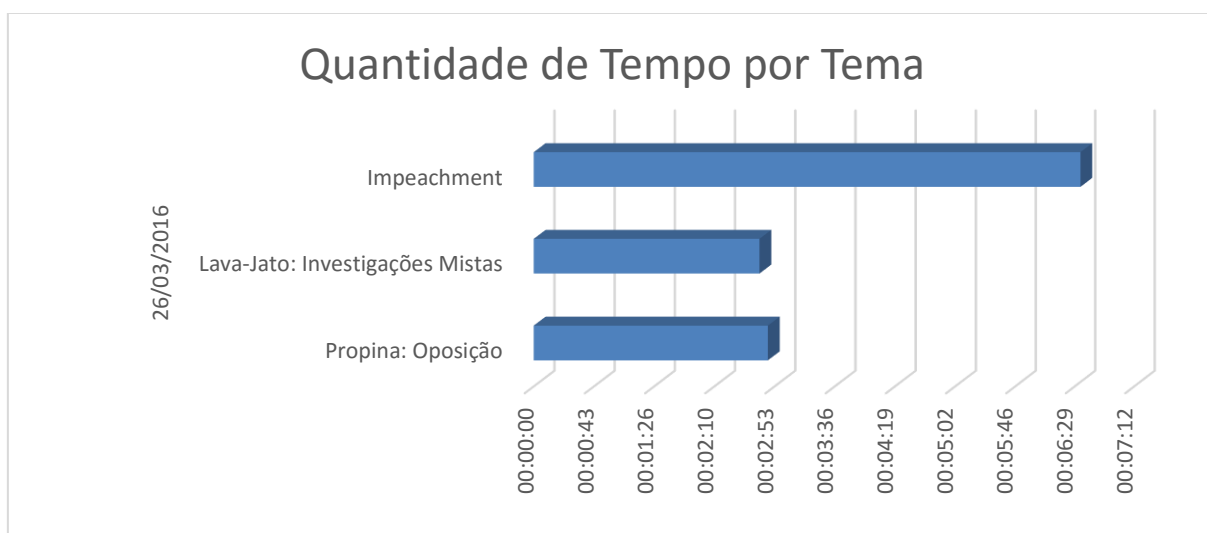
APÊNDICE “S” – Quarta Semana - Quinta-feira, 24 de março de 2016



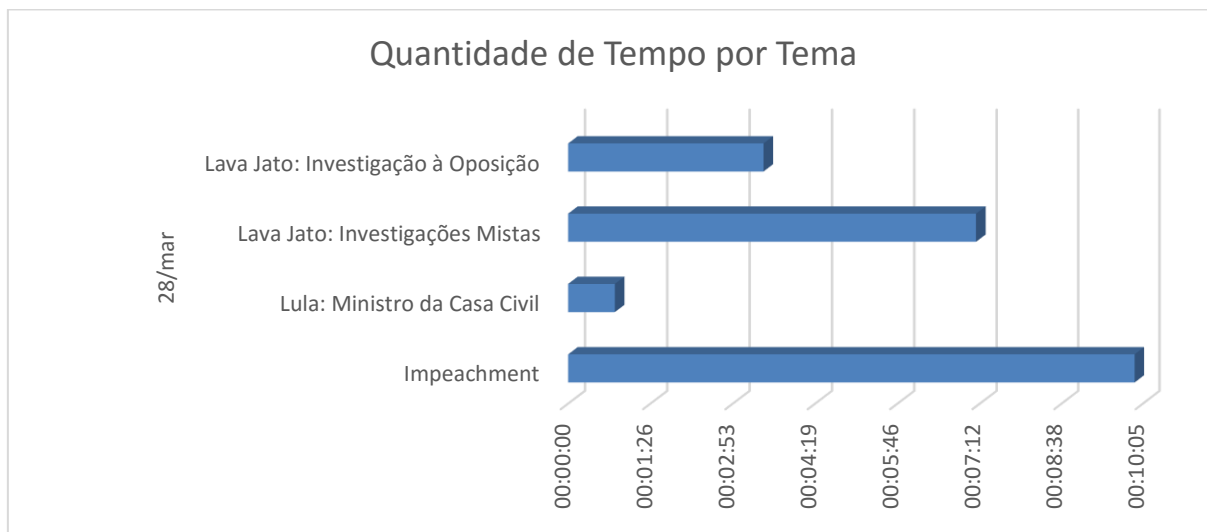
APÊNDICE “T” – Quarta Semana- Sexta-feira, 25 de março de 2016



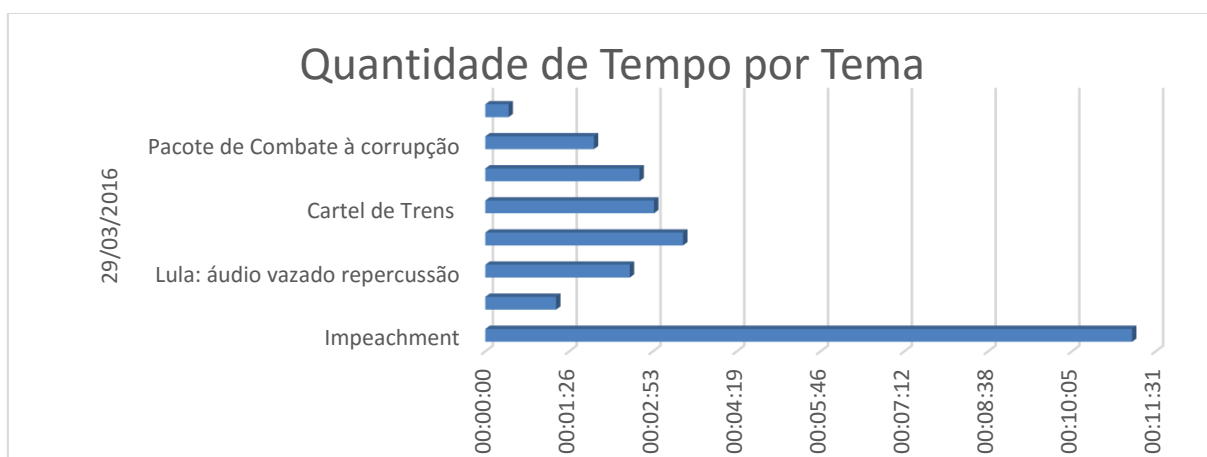
APÊNDICE “U” – Quarta Semana- Sábado, 26 de março de 2016



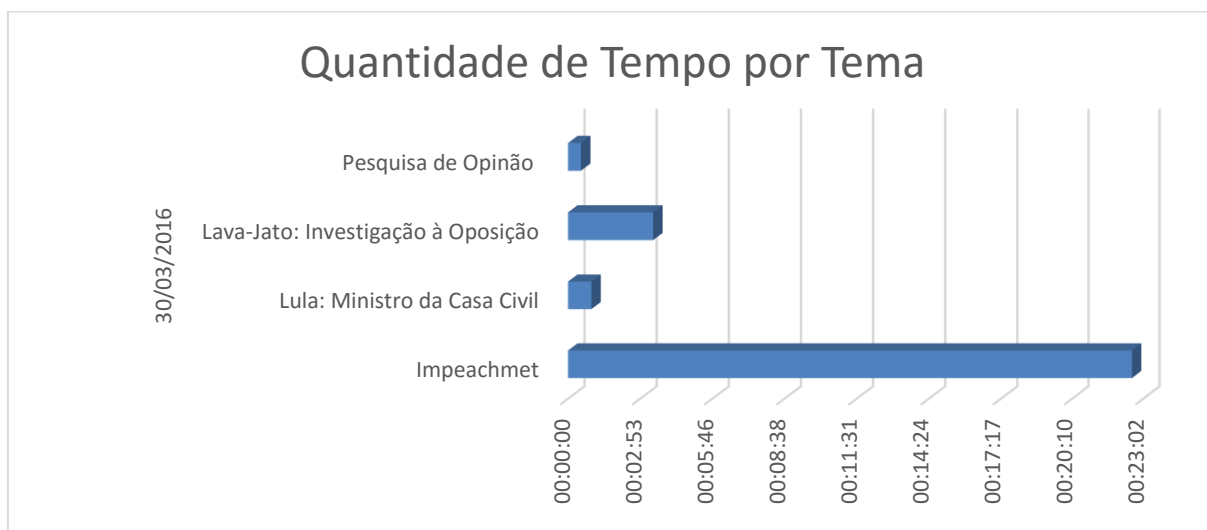
APÊNDICE “V” – Quarta Semana - Segunda-feira, 28 de março de 2016



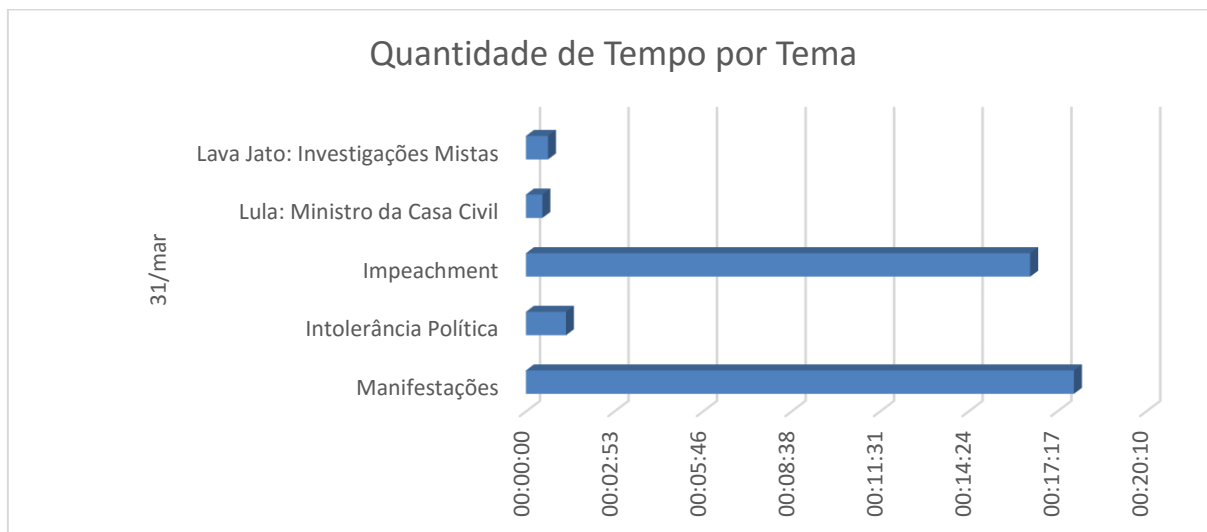
APÊNDICE “W” – Quarta Semanada - Terça-feira, 29 de março de 2016



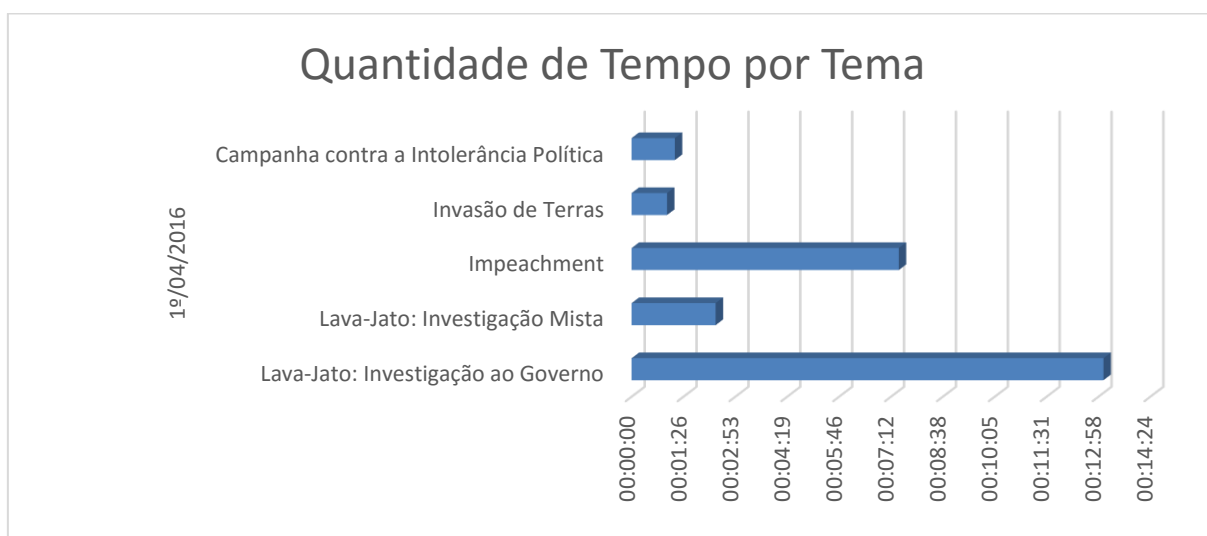
APÊNDICE “X” – Quarta Semana - Quarta-feira, 30 de março de 2016



APÊNDICE “Y” – Quinta Semana - Quinta-feira, 31 de março de 2016



APÊNDICE “Z” – Quinta Semana- Sexta-feira, 01 de abril de 2016



ANEXOS

ANEXO A – “Acordo de delação de Delcídio do Amaral provoca terremoto político – Edição de 03/03/2016”

A política brasileira sofreu, nesta quinta-feira (3), um terremoto, com a revelação do conteúdo do depoimento do senador Delcídio do Amaral à procuradoria-geral da República num acordo de delação premiada. Entre outras coisas, o senador afastado do PT acusou a presidente Dilma e o ex-presidente Lula de tentarem interferir nas investigações da Lava Jato.

Na reportagem de capa, a revista IstoÉ revela que o senador Delcídio do Amaral, suspenso do PT, fez um acordo de delação premiada com a procuradoria-geral da República. Nos depoimentos, Delcídio faz acusações contra o ex-presidente Lula e contra a presidente Dilma Rousseff.

O jornal O Globo publicou há quase duas semanas a notícia de que Delcídio tinha assinado o acordo no dia em que foi solto, sem no entanto, revelar o conteúdo dos depoimentos. A TV Globo também confirmou nesta quinta-feira (3) que Delcídio e o Ministério Público Federal assinaram um acordo de delação premiada.

A revista dá detalhes das acusações que envolvem a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula, ambos do PT. São 400 páginas de depoimentos, segundo a revista.

Delcídio do Amaral acusa a presidente Dilma Rousseff de interferir nas investigações da Lava Jato em três ocasiões e com a ajuda do então ministro da Justiça e atual advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo.

De acordo com a revista, Delcídio disse que "é indiscutível e inegável a movimentação sistemática do ministro Cardozo e da própria presidente no sentido de promover a soltura de réus presos na operação".

Segundo a reportagem, Delcídio disse que a primeira investida do Planalto para tentar alterar os rumos da Lava Jato foi o encontro realizado no dia 7 de julho do ano passado entre Dilma, Cardozo e o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, numa reunião em Portugal.

Segundo a reportagem, contudo, a reunião foi um fracasso em função do posicionamento retilíneo do ministro Lewandowski, ao afirmar que não se envolveria.

A solução então, segundo Delcídio, passava pela nomeação do desembargador Marcelo Navarro para o STJ, Superior Tribunal de Justiça. Tal nomeação seria relevante para o governo, pois o nomeado cuidaria dos recursos e habeas corpus da Lava Jato no STJ.

De acordo com a revista, esta tentativa teve participação direta de Delcídio, que relatou que ele e Dilma conversavam enquanto caminhavam pelos jardins do Alvorada, quando Dilma solicitou a

Delcídio que conversasse com Marcelo Navarro para que ele confirmasse o compromisso de soltura de Marcelo Odebrecht, da construtora Odebrecht, e de Otavio Marques de Azevedo, da Andrade Gutierrez.

Conforme acertado com a presidente, diz a reportagem, Delcídio se encontrou com Navarro no próprio Palácio do Planalto, em uma pequena sala de espera, no térreo, o que, segundo o senador, pode ser atestado pelas câmeras de segurança. Na reunião, de acordo com Delcídio, Navarro ratificou seu compromisso.

Em julgamento de habeas corpus no STJ, Navarro votou pela soltura dos dois executivos. Mas foi voto vencido. Por quatro votos a um, as prisões foram mantidas.

Delcídio também cita Dilma quando trata da compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. O negócio gerou prejuízo de US\$ 792 milhões, segundo o Tribunal de Contas da União.

Segundo a revista, Delcídio contou que como presidente do conselho de administração da Petrobras, Dilma sabia que por trás da compra da refinaria havia um esquema de superfaturamento pra desviar recursos da estatal.

E que Delcídio disse que a alegação de Dilma que ignorava o expediente habitualmente usado em contratos desse tipo, alegando desconhecimento de cláusula como a put option, absolutamente convencional é, no mínimo, questionável. E que a tramitação do processo de aquisição de Pasadena durou um dia entre a reunião da diretoria executiva e o conselho de administração.

De acordo com a reportagem, no anexo 17 da delação, Delcídio é taxativo: "Dilma tinha pleno conhecimento de todo o processo de aquisição da refinaria. A aquisição foi feita com conhecimento de todos, sem exceção".

A versão da presidente era de que ela e os conselheiros do colegiado não tinham conhecimento de cláusulas desfavoráveis a Petrobras.

O senador garante que a presidente teve participação efetiva na nomeação de Nestor Cerveró para a diretoria da BR Distribuidora, contrariando o que ela havia afirmado anteriormente.

Delcídio fala que "tem conhecimento desta ingerência (de Dilma), tendo em vista que, no dia da aprovação pelo conselho, estava na Bahia e recebeu ligações de Dilma".

Segundo Delcídio, a atuação de Dilma foi "decisiva". A presidente ligou para ele duas vezes. Na primeira, a presidente telefonou "perguntando se o Nestor já havia sido convidado para ocupar a diretoria financeira da BR Distribuidora". "Depois, ligou novamente, confirmando a nomeação de Nestor para o referido cargo", o que se concretizou no dia 3 de março de 2008.

Cerveró é também delator da Lava Jato e está preso desde janeiro de 2015. A reportagem conta que Delcídio também falou que a CPI dos Bingos teria agido para proteger a presidente Dilma.

Disse que "uma das maiores operações de caixa dois para a campanha de Dilma em 2010 foi feita pelo empresário Adir Assad, condenado na Lava Jato". De acordo com Delcídio, "quando o governo percebeu que as várias quebras de sigilo levariam à campanha de Dilma, determinou o encerramento imediato dos trabalhos".

A CPI da Petrobras também foi citada na delação, de acordo com a reportagem. Ele contou que Gim Argello, Vital do Rego e os deputados Marco Maia e Fernando Francischini cobravam pedágio para não convocar e evitar maiores investigações contra Léo Pinheiro (da OAS), Júlio Camargo (da Toyo Setal) e Ricardo Pessoa (da UTC).

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas negou as acusações. Disse que jamais conversou com o senador Delcídio do Amaral sobre as questões apontadas na delação, nem se comprometeu a nada com ele. Afirmou ainda que, como relator de assuntos da Operação Lava Jato, não concedeu nenhum habeas corpus sem que a questão fosse levada ao plenário do Superior Tribunal de Justiça.

O presidente do STJ, Francisco Falcão, negou a existência de qualquer articulação junto ao governo para libertar réus da Lava Jato.

O deputado Fernando Francischini, do Solidariedade, disse que o senador Delcídio do Amaral usou a delação como vingança, por ele ter apresentado convocações e denúncias contra Delcídio. Francischini disse ainda que não teve qualquer movimentação fiscal ou financeira atípica.

Vital do Rego, atual ministro do TCU, disse que quando era presidente da CPI da Petrobras, trabalhou em parceria com os investigadores para esclarecer os fatos. E que repudia as ilações.

Nós não conseguimos contato com o ex-senador Gim Argello.

O deputado Marco Maia, do PT, disse que não foi investigado pela Lava Jato. Afirmou ainda que, como relator da CPI da Petrobras, pediu o indiciamento de mais de 50 pessoas. E que se a delação de Delcídio realmente existir, terá sido feita com a intenção de desgastar o Partido dos Trabalhadores.

ANEXO B – Delcídio teria dito que Lula mandou comprar o silêncio de Cerveró – Edição de 03/03/2016

De acordo com a reportagem, Delcídio do Amaral afirmou que o ex-presidente Lula "tinha conhecimento do propinoduto instalado na Petrobras e agiu direta e pessoalmente para barrar as investigações, inclusive sendo o mandante de pagamento de dinheiro para tentar comprar o silêncio de testemunhas".

Delcídio contou, de acordo com a revista, "que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva comandou o esquema do pagamento de uma mesada ao ex-diretor da área internacional da Petrobras Nestor

Cerveró para tentar evitar sua delação premiada”. Delcídio foi preso depois de ser gravado pelo filho de Cerveró no que o MP considerou uma tentativa de evitar que esta delação fosse feita.

Segundo a revista, Delcídio disse que Lula não queria que o ex-diretor da Petrobras mencionasse o esquema do pecuarista José Carlos Bumlai na compra de sondas superfaturadas feitas pela estatal.

Lula teria pedido "expressamente para que ele ajudasse o amigo e pecuarista José Carlos Bumlai, porque supostamente ele estaria implicado nas delações de Fernando Baiano e Nestor Cerveró".

Delcídio contou que aceitou intermediar a operação e que a primeira remessa de R\$ 50 mil foi entregue por ele próprio em mãos ao então advogado de Cerveró, Edson Ribeiro, após receber a quantia do filho de José Carlos Bumlai, Mauricio Bumlai. As entregas de valores à família de Nestor Cerveró se repetiram em outras oportunidades. O total recebido pela família de Cerveró, segundo Delcídio, foi de R\$ 250 mil.

Segundo Delcídio, "ao contrário do que afirma o ex-presidente, Bumlai goza de total intimidade com ele, representando de certa maneira o papel de conselheiro da família Lula". Segundo o depoimento, "Bumlai foi o principal responsável pela implantação do Instituto Lula, disponibilizando todo o aparato logístico e financeiro".

"Foi também a pessoa que ficou responsável, em um primeiro momento, pelas obras do sítio de Atibaia, do ex-presidente Lula", segundo o depoimento mostrado pela revista. Delcídio disse que Bumlai já tinha contratado arquiteto e engenheiro, mas Leo Pinheiro, outro grande amigo do presidente, pessoalmente se dispôs a fazer o serviço através da OAS em um curto espaço de tempo.

E ainda há mais denúncias na delação de Delcídio, segundo a revista IstoÉ. Nos depoimentos, o senador disse que o publicitário Marcos Valério, condenado no processo do mensalão, exigiu R\$ 220 milhões para se calar na CPI dos Correios sobre o esquema. Delcídio, segundo a IstoÉ, afirma que ele e Paulo Okamoto, presidente do Instituto Lula, tentaram negociar o pagamento, mas que foi o ex-ministro Antonio Palocci quem assumiu a tarefa.

Segundo Delcídio, em fevereiro de 2006, ele se reuniu com Okamoto e com o presidente Lula, "sendo que na conversa Delcídio disse expressamente ao presidente: 'acabei de sair do gabinete daquele que o senhor enviou a Belo Horizonte'. E alertou: 'corra, presidente. Senão as coisas ficarão piores do que estão'".

Ainda de acordo com a reportagem, Delcídio, que foi presidente da CPI dos Correios em 2005, disse ter testemunhado na madrugada do dia 5 de abril de 2006 as tratativas ilícitas para retirada do relatório final da CPI dos nomes de Lula e do filho Fabio em um acordo com a oposição. Delcídio

teria afirmado também que a votação do relatório da CPI, que poupou o ex-presidente Lula, foi duvidosa. Assim, segundo a revista, Lula se salvou de um impeachment.

As denúncias de Delcídio também chegaram à CPI do Carf, que tentou investigar a venda de medidas provisórias.

Delcídio afirmou aos procuradores da Lava Jato que como líder do governo foi pressionado por Lula para que os empresários Mauro Marcondes e Cristina Mautoni não fossem depor na CPI. Ele revelou que o ex-presidente temia que o casal pudesse implicar seus filhos no escândalo. Delcídio disse que "tem conhecimento de que um dos temas que mais aflige o presidente Lula é a CPI do Carf", o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, que é uma espécie de tribunal administrativo que julga recursos de empresas contra multas da Receita.

Delcídio diz que. Por várias vezes o próprio Lula solicitou a ele que agisse para evitar a convocação do casal para depor. Lula alegava que estava muito preocupado com eles, mas, em verdade, Lula estava preocupado com implicações à sua própria família, especialmente os filhos Fabio Luis Lula da Silva e Luiz Claudio Lula da Silva. Em resposta a insistência de Lula, Delcídio, como líder do governo no Senado, mobilizou a base do governo para derrubar os requerimentos de convocação do casal na reunião em novembro de 2015. E segundo a revista, conseguiu barrar a convocação do casal.

O Jornal Nacional apurou que o casal chegou a ser convocado, sim. Mas Mauro Marcondes não foi, alegando problemas de saúde. E no caso de Cristina, a data do depoimento não chegou a ser marcada. Os depoimentos de Delcídio do Amaral começaram a ser colhidos na quinta-feira, dia 11 de fevereiro, logo depois do carnaval e se estenderam até domingo, dia 14. Os investigadores esperavam colher mais depoimentos de Delcídio, mas em muitos momentos o clima ficou tenso: o senador resistiu, demonstrou cansaço e impaciência, ameaçou desistir da delação premiada. Por isso, acabou deixando nos procuradores e delegados a impressão de que sabia ainda mais do que já contou.

A defesa de Maurício Bumlai disse que não se manifesta sobre vazamentos de uma suposta delação que sequer está confirmada. E que só irá falar depois do acesso oficial ao documento.

Paulo Okamoto disse que duvida que o senador tenha feito tais afirmações. E que estes fatos nunca existiram.

A assessoria de Antônio Palocci afirmou que os supostos eventos que teriam sido relatados pelo senador Delcídio do Amaral envolvendo o nome dele não correspondem com a verdade. Que os contatos e telefonemas não existiram. E que Palocci jamais tratou com o senador Delcídio do Amaral dos assuntos relatados pela reportagem da revista.

As defesas de Marcos Valério, de José Carlos Bumlai e de Léo Pinheiro não quiseram se manifestar.

Nós não conseguimos contato com as defesas de Edson Ribeiro, de Nestor Cerveró, de Fernando Baiano, de Mauro Marcondes e de Cristina Mautoni.

A assessoria do ex-presidente Lula divulgou uma nota sobre as denúncias. Disse que as acusações contra Lula são completamente falsas. Que o ex-presidente jamais participou, direta ou indiretamente, de qualquer ilegalidade, antes, durante ou depois de seu governo. Por fim, a nota diz que a sociedade brasileira não pode ficar à mercê do que chamou de "jogo de vazamentos ilegais, acusações sem provas e denúncias sem fundamento".

ANEXO "C" – Palácio do Planalto repudia trechos divulgados da delação de Delcídio – Edição de 03/03/2016

A presidente Dilma Rousseff repudiou os trechos da delação premiada de Delcídio do Amaral publicados nesta quinta-feira (3).

A notícia saiu bem na manhã das posses no Planalto. A mudança no ministério da Justiça, com a entrada de Wellington César Lima e Silva no lugar de José Eduardo Cardozo, que assumiu a advocacia-geral da União.

A presidente Dilma Rousseff discursou sem citar a delação de do ex-líder de seu governo, o senador Delcídio do Amaral.

"Nós continuaremos defendendo que o princípio da presunção de inocência vale para todos por ser um instrumento fundamental de nossa democracia. Continuaremos defendendo que a presunção de inocência não pode ser substituída pelo pressuposto da culpa. Nem tampouco dar lugar a execração pública sem acusação formal e a condenação sem processo por meio de vazamentos ilegais e seletivos", disse a presidente.

Preocupada, a presidente Dilma Rousseff convocou uma reunião de emergência com o chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, e os recém empossados Wellington Silva e José Eduardo Cardozo. Foi aí que o governo tomou conhecimento dos detalhes da publicação da revista IstoÉ.

Dilma e Cardozo leram juntos a reportagem. A própria presidente mandou que saíssem a campo para desqualificar o delator.

Jaques Wagner falou primeiro. Disse que a presidente Dilma estava preocupada. Que era uma coisa fora do padrão, de cabeça para baixo. E classificou a delação como uma retaliação.

“Alguém viu alguma prova ali? Eu só vi suposição. Onde ele é o delator, ele é a testemunha, ele é tudo. Na minha opinião, tem muito pouca materialidade”, afirmou Jaques Wagner, ministro-chefe da Casa Civil.

José Eduardo Cardozo deu uma longa entrevista, afirmando que se a delação realmente existe, ela não se sustenta.

“O senador Delcídio estava muito inconformado de ter sido preso e muito inconformado do governo não agir pra tira-lo da prisão. Naquilo que eu vi, se for uma delação premiada, naquilo que me atinge ou que atinge a presidente Dilma Rousseff, com quem conversei, realmente há um conjunto de mentiras que não param de pé”, declarou José Eduardo Cardozo, Advogado-Geral da União.

Cardozo negou qualquer interferência dele e da presidente Dilma para soltar presos da Lava Jato. Disse que o encontro com o presidente do STF, Ricardo Levandowski, em Portugal, foi para tratar de assuntos do judiciário.

“Se fosse pra mudar o rumo da Lava Jato não era com o presidente Ricardo Lewandowski que tinha que ser a conversa. Porque ele não tinha nenhuma função judicante na Lava Jato. Nenhuma. O correto, nessa ótica, seria o ministro Teori Zavaski, que estava no encontro comigo. Quer conversar sobre Lava Jato? Conversa com relator. Com o presidente? Por quê? Não tem nexo”, disse Cardozo.

Em nota, o presidente do supremo confirmou o encontro com Dilma e o motivo: a paralisação dos servidores do judiciário, que pediam reajuste, e o ministro tentava evitar o veto ao aumento salarial aprovado no Congresso.

O novo advogado-geral da União disse que a nomeação de Marcelo Navarro Ribeiro Dantas para o STJ não passou por Delcídio.

“É evidente que é mentira esta questão que a presidenta teria se reunido com ele sozinha pra tratar desse assunto. Isso não aconteceu. O período que eu estive no ministério, eu já tive 16 ministros nomeados para o STJ, sendo que 14 já foram empossados, dois foram nomeados semana passada. Aliás, se o governo tivesse essa prática, tendo a maioria no STJ, praticamente, seguramente réus que nós quiséssemos libertar não estariam presos. E não me recordo do STJ ter soltado ninguém”, declarou Cardozo.

No início da noite, o Palácio do Planalto divulgou uma nota assinada pela presidente Dilma: Todas as ações de seu governo têm se pautado pelo compromisso com o fortalecimento das instituições de estado, pelo respeito aos direitos individuais, o combate à corrupção e a defesa dos princípios que regem o estado democrático de direito. E afirma que cumpre rigorosamente a Constituição. Que "os

vazamentos apócrifos, seletivos e ilegais devem ser repudiados e ter sua origem rigorosamente apurada, já que ferem a lei, a Justiça e a verdade”.

Dilma afirma que "se há delação premiada homologada e devidamente autorizada, é justo e legítimo que seu teor seja do conhecimento da sociedade. No entanto, repito, é necessária a autorização do poder judiciário”.

Por fim, a presidente repudia "o uso abusivo de vazamentos como arma política”. Dizendo que "esses expedientes não contribuem para a estabilidade do país”.

Como nós já dissemos, fontes do Jornal Nacional confirmaram a existência do documento com a delação do senador Delcídio do Amaral, devidamente assinado por ele.

Mas, numa nota divulgada à tarde, o senador e o advogado dele não confirmam, nem desmentem. Dizem que não conhecem a origem, nem reconhecem a autenticidade dos documentos publicados na revista IstoÉ. Dizem também que nem ele nem a defesa dele foram procurados pela autora da reportagem pra se manifestar sobre os fatos relatados.

A procuradoria-geral da República nem divulgou nota e se limitou a declarar que não comenta delações.

Juristas ouvidos pelo Jornal Nacional disseram que a explicação pra essa posição da procuradoria e do senador Delcídio está na própria lei que rege as delações premiadas. Ela estabelece que o pedido de homologação do acordo corra sigilosamente, com informações que não identifiquem o colaborador. O sigilo acaba quando a denúncia é recebida.

ANEXO “D” – Juristas: Investigações das denúncias não depende de homologação – Edição de 03/03/2016

O Supremo Tribunal Federal ainda não homologou a delação do senador **Delcídio do Amaral**. Mas juristas ouvidos pelo Jornal Nacional dizem que a investigação das denúncias dele não depende disso.

Se Delcídio Amaral fez a declaração e se assinou, agora não tem mais volta. Essa é a opinião dos juristas ouvidos pelo Jornal Nacional.

Segundo eles, a única pessoa que pode perder alguma coisa caso a delação premiada não seja homologada é o próprio Delcídio.

As investigações sobre o que ele teria declarado não serão prejudicadas.

“Os fatos falam por si só. Eu não tenho a menor dúvida de que, com a aprovação, homologação ou não, a partir desse momento esses fatos gerarão outros novos fatos investigativos”, diz Ives Gandra Martins, jurista.

Para o jurista Thiago Bottino, se a delação for homologada ou não, as informações citadas poderão ser usadas nas investigações.

“O depoimento do delator, as informações que ele traz, permitem que o MP faça as investigações e essas investigações é que produzem a prova. Se mais tarde ficar comprovado que o delator não falou a verdade, ou falou uma meia verdade, não é esse depoimento em si que é importante, e sim se foram obtidas provas ou não a partir daquele depoimento”, disse Thiago Bottino, professor de direito penal da FGV.

Os juristas explicaram antes de subir para homologação no Supremo Tribunal Federal, a delação é negociada entre o Ministério Público e a defesa do delator. Ele é obrigado a contar tudo o que sabe. Ao assinar o acordo, já fica ciente dos benefícios que terá se a delação seja aceita. E tem que apresentar provas ou indicar caminhos para que os investigadores comprovem o que ele contou. Do contrário, perde os benefícios.

Segundo a revista IstoÉ, havia uma exigência do senador Delcídio do Amaral para que o conteúdo de sua delação só fosse conhecido num prazo de seis meses -- o que daria tempo para ele escapar da cassação de mandato no Senado. Ainda de acordo com a revista, essa condição não foi aceita pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki.

Os juristas ouvidos pelo Jornal Nacional disseram que, se isso realmente aconteceu, o ministro agiu corretamente.

“Absolutamente certa a decisão dele. Porque estaria sendo o Senado ludibriado na verdade porque, e se omitir ao Senado conhecimentos de fato relevantes pro julgamento da manutenção ou não do mandato do senador. E portanto, pela dimensão da sua gravidade eles não podem permanecer, por uma questão formal da delação não ter sido homologada, como se não existissem”, disse Miguel Reale Jr., advogado e professor de direito/USP.

O ministro Celso de Mello ressaltou que uma delação, sem provas, não serve para condenar ninguém.

Mas que as instituições brasileiras são sólidas o suficiente para suportar qualquer tipo de repercussão e de consequência da delação de Delcídio do Amaral.

“Ninguém, absolutamente ninguém, nem mesmo os mais altos escalões da República, estão imunes a investigação penal e ao processo criminal se, eventualmente, tiverem cometido algum crime,

alguma infração penal. Portanto, eu acho e devo encarar como um cidadão de uma república livre e democrática, como absolutamente natural qualquer consequência que decorra eventualmente de um acordo com colaboração premiada”, destacou Celso de Mello, ministro do STF.

ANEXO “E” – Delcídio citou ao menos cinco senadores em delação, diz reportagem

Uma reportagem publicada nesta quarta-feira (9) no jornal "O Globo" afirma que o senador Delcídio do Amaral, afastado do PT, citou pelo menos cinco senadores na delação premiada.

"O Globo" afirma que quatro são peemedebistas já investigados na Lava Jato: o presidente do Senado, Renan Calheiros, Romero Jucá, Edson Lobão e Valdir Raupp. O quinto seria o senador Aécio Neves, presidente do PSDB.

Segundo a reportagem, Delcídio confirmou que o deputado Aníbal Gomes, do PMDB, atuou em nome de Renan Calheiros.

Renan Calheiros disse ao Globo que nunca autorizou, credenciou ou consentiu que seu nome fosse utilizado por terceiros.

A assessoria de Romero Jucá disse que não comentaria documentos a que não teve acesso.

Segundo o senador Valdir Raupp, delatores falam qualquer coisa pra sair da cadeia e a relação dele com Delcídio nunca passou da relação no Congresso.

O advogado de Edson Lobão disse que até agora as citações ao senador não o incriminam.

Sobre o quinto senador citado por Delcídio, segundo "O Globo", o candidato derrotado nas eleições presidenciais em 2014 Aécio Neves, presidente do PSDB, a reportagem afirma que as citações dizem respeito à atuação do tucano numa CPI e que o detalhamento continua em sigilo.

A assessoria de Aécio Neves disse ao jornal que o senador se manifestará quando tiver informações mais concretas.

O relator da Lava Jato no Supremo Teori Zavascki ainda não homologou a delação de Delcídio do Amaral. Acordos desse tipo preveem confidencialidade.

O advogado do senador Delcídio negou as informações publicadas pelo jornal "O Globo" - assim como fez com o conteúdo na revista "IstoÉ" de quinta-feira (3) passada.

ANEXO “F” – Delcídio acusa Mercadante de tentar evitar que ele fizesse denúncias – Edição de 15/03/2016

O senador **Delcídio do Amaral** acusou o ministro da Educação, Aloísio Mercadante, de tentar evitar que ele fizesse as denúncias à Lava Jato com ajuda política e financeira em troca do silêncio e como emissário da presidente Dilma Rousseff. A presidente e o ministro repudiaram as acusações.

Delcídio se desfilou, nesta terça-feira (15), do Partido dos Trabalhadores. A delação dele foi homologada pelo STF. No acordo, foram incluídas conversas gravadas, em que o ministro **Aloizio Mercadante** trata da prisão de Delcídio com um assessor do senador.

As confissões de Delcídio atingem todas as frentes políticas: parlamentares aliados e de oposição no Congresso, o Palácio do Planalto e ministros do governo. De tão ampla, já é considerada a delação de efeito político mais devastador até agora.

E, nela, há uma acusação que coloca o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, no centro de uma suposta tentativa compra de silêncio. O senador Delcídio entregou aos procuradores da Lava Jato uma gravação feita por um dos seus assessores mais próximos, Eduardo Marzagão, que trabalha com o senador há 17 anos.

Marzagão gravou conversas entre ele o ministro Mercadante em dias diferentes: 1 e 9 de dezembro de 2015. As gravações foram reveladas no site da revista Veja.

A conversa ocorreu quando Delcídio já estava preso. Ele foi preso, por autorização do Supremo Tribunal Federal no dia 25 de novembro e solto no dia 19 de fevereiro. As conversas gravadas ocorreram no Ministério da Educação, segundo Delcídio.

Em um trecho, Mercadante diz ao assessor que quer ajudar Delcídio. E que o senador não deve se precipitar porque pode desestabilizar tudo.

Aloizio Mercadante: O que que que você acha que eu posso ajudar? De verdade. Eu acho que ele devia esperar e não fazer nenhum movimento precipitado que ele já fez o movimento errado. Deixa baixar a poeira, que vai sair, uma confusão muito grande pro país. Pra ele não ser o agente que desestabilize tudo. Senão vai sobrar uma responsabilidade pra ele monumental, entendeu?

Nos depoimentos à procuradoria-geral da República, Delcídio entendeu que Mercadante fez uma "ameaça velada" ao dizer que ele seria um "agente de desestabilização", se firmasse acordo de delação premiada.

Na gravação, Mercadante elogia Delcídio, diz que ele segurou várias broncas do PT. Promete falar com o presidente do Senado, Renan Calheiros, pra construir uma saída que permitisse suspender a prisão de Delcídio junto ao Supremo. E se colocou à disposição pra ajudar.

Aloizio Mercadante: Eu acho que se a gente não for pelo jurídico, pelo político, pelo bom senso e deixar tudo pra ele que está acuado, a família desestruturada, vai sair só bateção de cabeça. Porque eu posso tentar ajudar nisso aí no senado. Vou ver se consigo conversar com o Renan e ponderar a ele de construir uma, entendeu? Uma moção.

Marzagão ponderou sobre as dificuldades no Senado.

Aloizio Mercadante: Na política, tudo pode.

O ministro também disse que ia falar com o presidente do STF.

Aloizio Mercadante: Não, não, mas o presidente vai ficar no exercício. Também precisa conversar com o Lewandowski. Eu posso falar com ele pra ver se a gente encontra uma saída. Mas eu vou, eu vou falar com o ministro no Supremo também.

Eduardo Marzagão: Complicado.

Aloizio Mercadante: Mas é o seguinte, eu não tenho nada a ver...o Delcídio... Zero... Não tô nem aí se vai delatar, não vai delatar, não tô nem aí... A minha, a minha questão com ele é que eu acho um absurdo o que aconteceu com ele.

E ofereceu ajuda no que o senador precisasse.

Eduardo Marzagão: Só pra você ter uma ideia, eles estão vendendo a casa.

Aloizio Mercadante: Pra não ficarem expostos.

Eduardo Marzagão: Não, até pra...

Aloizio Mercadante: Arrecadar dinheiro.

Eduardo Marzagão: Arrecadar dinheiro. Os carros, a casa. A fazenda, porque é da mãe e do irmão, então lá não vai mexer. Aliás, o irmão está vindo aí pra tratar desses assuntos. Assuntos financeiros mesmo.

Aloizio Mercadante: Patrimônio da família.

Eduardo Marzagão: Patrimônio, as dívidas que ele tem. Pra você ter uma ideia da situação dele, o salário dele tem consignado. O salário do Delcídio tem empréstimo consignado, que ele está pagando.

Aloizio Mercadante: Bom, isso aí também a gente pode ver no que é que a gente pode ajudar, na coisa de advogado, essa coisa. Não sei. Pô, Marzagão, você tem que dizer no que é que eu possa ajudar. Eu só tô aqui pra ajudar. Veja o que que eu posso ajudar.

Nos depoimentos, Delcídio contou aos investigadores como interpretou as conversas do ministro com seu assessor.

Entendeu "que a mensagem de Aloizio Mercadante, a bem da verdade era no sentido do depoente não procurar o Ministério Público Federal," e que em dado momento, Eduardo Marzagão mencionou que o depoente e sua família estavam gastando dinheiro com advogados e, para tanto, colocando imóvel a venda; que, naquele momento, Aloizio Mercadante disse que a questão financeira e, especificamente, o pagamento de advogados, poderia ser solucionado, provavelmente por meio de empresa ligada ao PT; que Aloizio Mercadante é um dos poucos que possui a confiança de Dilma Rousseff, tendo afirmado, inclusive, que 'se ela tiver que descer a rampa do planalto sozinha, eu descerei ao lado dela'. Que, em razão disso, entendeu o depoente que Aloizio Mercadante agiu como emissário da presidente da república e, portanto, do governo".

Investigadores da Lava Jato avaliam que, apesar de ter uma conversa gravada, assim como Delcídio teve, o caso de Mercadante é diferente, não é o caso de prisão. A principal diferença é que, quando essa gravação foi apresentada aos investigadores, no dia 12 de fevereiro, a delação de Delcídio já estava em andamento. Portanto, em tese Mercadante não teria como impedi-la - ao contrário de Delcídio com a delação de Nestor Cerveró, que ainda não tinha sido fechada.

O ministro Aloizio Mercadante se defendeu das acusações.

No início da tarde, o ministro Aloizio Mercadante convocou os jornalistas para dar explicações públicas sobre as acusações feitas por Delcídio do Amaral.

“Eu queria basicamente repudiar essa tentativa de me envolver com procedimentos que não estão compatíveis com o estado de direito democrático do Brasil”, disse Aloizio Mercadante, ministro da Educação.

Mercadante reforçou que a própria gravação, feita pelo assessor, tem um trecho em que ele diz que não tem nada a ver com a delação e que tinha "preocupação zero" se o parlamentar iria delatar ou não. E, apesar de na gravação com o assessor de Delcídio ter dito que falaria com o ministro Lewandowski, negou ter procurado ministros do STF pra discutir as investigações envolvendo Delcídio.

“Jamais falei com qualquer ministro do Supremo, sobre esse assunto ou qualquer outro assunto ligado a essa questão das investigações”, afirmou o ministro.

Mercadante afirmou que apenas sugeriu que Delcídio buscasse ajuda jurídica no Senado para sair da prisão.

“A única forma de construir uma saída era na condição de senador, ver se o senado que autorizou a prisão, voltasse a discutir a matéria. Essa foi a tese que eu argumentei o tempo inteiro sem ter nenhuma segurança por isso que eu sugiro que ele converse com os consultores jurídicos do Senado”, disse o ministro.

Mercadante entrou para o primeiro escalão do governo no primeiro mandato de Dilma Rousseff em 2011. Já foi ministro de Ciência e Tecnologia e da Casa Civil, e já foi tido como um dos mais fiéis aliados de Dilma.

“Enquanto tiver a confiança da presidenta Dilma eu ficarei, eu espero que essa coletiva ajude a esclarecer fatos que são absolutamente nítidos, transparentes”, afirmou o ministro.

Sobre a interpretação de Delcídio, de que o ministro falava em nome de Dilma e do governo, Mercadante respondeu: “A presidenta não tem nenhuma responsabilidade nem ninguém do governo, a responsabilidade é minha. Eu estou encaminhando ao procurador-Geral da República, ao presidente do Supremo, a minha total disposição de esclarecer o que for necessário em relação a esse episódio. E verei também medidas judiciais cabíveis em relação a esse assessor porque acho que houve má fé em relação no gesto de solidariedade que tive”.

Mercadante disse que está à disposição para prestar esclarecimentos as autoridades. E também está disposto a ir ao Congresso se explicar.

Em nota, o presidente do Supremo Tribunal Federal, **Ricardo Lewandowski**, declarou que jamais manteve qualquer tipo de conversa nos termos citados no depoimento. Lewandowski afirmou também que, como chefe do poder Judiciário, o presidente do STF zela pela independência e pela imparcialidade do exercício da magistratura.

ANEXO “G” – Delcídio cita Lula, Temer, Renan, Cunha e Aécio em delação – Edição de 15/03/2016

O senador **Delcídio do Amaral** prestou 21 depoimentos entre os dias 11 e 14 de fevereiro. Citou dezenas de nomes. Políticos do governo e da oposição. Também aparecem partidos, empresários, estatais.

O senador faz acusações ao ex-presidente Lula, à presidente Dilma Rousseff, ao vice, Michel Temer, ao senador Aécio Neves. Falou de desvio de dinheiro, irregularidades em contratos e favorecimento de políticos.

Na decisão, o ministro **Teori Zavascki** afirma que a delação de Delcídio está diretamente ligada à investigação sobre o plano montado para evitar que o ex-diretor da **Petrobras** Nestor Cerveró firmasse um acordo de delação premiada na Lava Jato. Delcídio do Amaral participou da trama, chegou a ser preso por isso, mas, nos depoimentos, disse que outras pessoas estão envolvidas, como a família do pecuarista José Carlos Bumlai e o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

De acordo com Delcídio, Lula pediu "expressamente para que ele ajudasse o amigo José Carlos Bumlai porque supostamente ele estaria implicado nas delações de Fernando Baiano e Nestor Cerveró". Delcídio contou que uma primeira remessa de R\$ 50 mil foi entregue por ele próprio em mãos ao então advogado de Cerveró, Edson Ribeiro, após receber a quantia do filho de José Carlos Bumlai, Mauricio Bumlai. As entregas de valores à família de Nestor Cerveró se repetiram. O total recebido pela família de Cerveró, segundo Delcídio, foi de R\$ 250 mil.

Delcídio também disse que Bumlai foi a pessoa que ficou responsável, em um primeiro momento, pelas obras do sítio de Atibaia, que o Ministério Público suspeita que seja do ex-presidente Lula. "Contudo, a realização das obras por Bumlai foi abortada por Leo Pinheiro, então presidente da OAS, outro grande amigo do presidente, que pessoalmente, se dispôs a fazer o serviço por conta própria, através da empreiteira."

O senador Delcídio do Amaral também falou que, na época da CPI dos Correios, que investigava o mensalão, foi montada uma operação para comprar o silêncio do publicitário **Marcos Valério**, que foi pivô do escândalo. Segundo a delação do senador, em fevereiro de 2006, durante um jantar, eles conversaram sobre um pagamento de uma dívida, prometida por Paulo Okamoto, para que Marcos Valério não falasse sobre as questões do mensalão. O valor seria de R\$ 220 milhões. Segundo Delcídio, Marcos Valério recebeu dinheiro. Não os R\$ 220 milhões que haviam sido prometidos, mas, de todo modo, silenciou sobre o mensalão.

Delcídio disse ainda que Lula "teve participação em todas as decisões relativas às diretorias das grandes empresas estatais, especialmente a Petrobras". Segundo o senador, a indicação de Nestor Cerveró para a área internacional foi discutida com Lula e a bancada do PT de Mato Grosso do Sul, no Palácio do Planalto, em 2003.

Delcídio disse ter "conhecimento das tratativas ilícitas" para retirar os nomes do então presidente Lula e de seu filho, Fabio Luís da Silva, do relatório final da CPMI dos Correios, que ele presidiu. Segundo ele, o acordão, que envolve inclusive partidos da oposição, foi selado na madrugada de 5 de abril de 2006.

Delcídio contou que a CPI do Cachoeira foi instalada com apoio de Lula, que pretendia atingir Marconi Perilo, do PSDB, então governador de Goiás. Mas, no decorrer das investigações, o senador diz que "constatou que o financiamento de campanha de 2010, especialmente do PT, teria sido realizado por meio de caixa 2".

Delcídio disse que a propina de Belo Monte serviu como contribuição decisiva para as campanhas eleitorais de 2010 e 2014 e que o principal agente negociador do consórcio foi o empreiteiro Flávio Barra, da **Andrade Gutierrez**. De acordo com o senador, a propina girou em torno de R\$ 30 milhões, mas acredita que o valor pode ser ainda maior.

O senador disse que a atuação do "triunvirato" formado pelos ex-ministros Erenice Guerra e Silas Rondeau, do governo Lula, e Antonio Pallocci, dos governos Lula e Dilma, "foi fundamental para se chegar ao desenho corporativo e empresarial definitivo do projeto Belo Monte". Delcídio disse estimar que as contribuições para campanhas do PT e PMDB, em 2010 e 2014, giraram em torno de R\$ 45 milhões.

Delcídio afirmou que Dilma Rousseff teve conhecimento e participação na nomeação de Nestor Cerveró para a BR-Distribuidora em 2008, ao contrário do que ela declarou; que questionado por qual motivo Cerveró foi indicado para a BR-Distribuidora, Delcídio respondeu que acredita que tenha sido um "prêmio de consolação", em especial pela atuação na compra da sonda Vitoria 10000, alvo de propina, investigada na Lava Jato.

Delcídio disse que o vice-presidente Michel Temer foi o padrinho da indicação de João Henriques para diretoria da BR-Distribuidora, durante o governo FHC. E que Henriques era o "principal operador" de um esquema de aquisição ilícita de etanol de 1997 a 2001.

Delcídio contou que, em 2008 Michel Temer "teve grande influência na substituição de Nestor Cerveró por Jorge Zelada, outro ex-diretor da Petrobras preso na Lava Jato.

Delcídio disse que a compra de equipamentos da Alstom pela Petrobras no governo FHC foi ilícita e rendeu algo próximo de R\$ 10 milhões ao antigo PFL baiano.

Delcídio disse que André Esteves, do banco BTG Pactual, incorria com frequência na prática de exercer influência para a alteração, por via de emendas parlamentares, de medidas provisórias. Que André Esteves não era o único a fazê-lo. Mas, segundo Delcídio, André Esteves nunca pediu a ele a apresentação de emenda dessa estirpe, porque tinha outros canais no Congresso, que passavam por Eduardo Cunha, com quem André Esteves tinha relação densa.

Delcídio disse que Eduardo Cunha funcionava como "menino de recados" de Esteves, principalmente quando o assunto era de interesse do banco BTG, um dos maiores mantenedores do Instituto Lula.

Delcídio também falou sobre vários parlamentares. Disse que parte da bancada do PMDB no Senado - em especial Renan Calheiros, Edson Lobão, Jader Barbalho, Romero Jucá e Valdir Raupp

- apoiou a permanência no cargo do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, o primeiro delator da Lava Jato. Esse time, segundo Delcídio, também atuou nas obras como a usina de Jirau e Belo Monte e, sob a influência do ex-presidente José Sarney, monopolizava nomeações no Governo Federal.

Delcídio também falou de senadores do **PT**, como Gleisi Hoffmann e Humberto Costa, detalhando esquemas montados para financiar campanhas e despesas dele.

Delcídio contou que o então senador Gim Argelo, do PTB, o senador Vital do Rego, do PMDB, e os deputados federais Marco Maia, do PT, e Francischini, do Solidariedade, cobravam "pedágios" para não convocar e evitar maiores investigações sobre os empresários Leo Pinheiro, Julio Camargo e Ricardo Pessoa – todos investigados na Lava Jato. Segundo o senador, a CPMI de 2014 obrigava os três empresários a jantar todas as segundas-feiras em Brasília para negociar o pagamento de propina.

Delcídio falou também do senador Aécio Neves, presidente do **PSDB**. Disse que teve conhecimento de um grande esquema de corrupção que ocorria em Furnas e que confirma a participação do tucano nesse esquema.

Delcídio disse que em uma conversa com Lula durante uma viagem a Campinas, o então presidente perguntou-lhe quem era Dimas Toledo. "Um companheiro do setor elétrico, muito competente", respondeu Delcídio. Ao que Lula teria explicado: "Eu assumi e o Janene veio me pedir pelo Dimas, depois veio o Aécio e pediu por ele. Agora o PT, que era contra, está a favor. Pelo jeito ele está roubando muito", teria dito Lula, segundo Delcídio. O senador explicou que Lula falou que 'pelo jeito ele está roubando muito', porque seria necessário muito dinheiro para manter três grandes frentes de pagamentos e três partidos importantes.

Perguntado sobre quem teria recebido valores de Furnas, Delcídio disse sabe que Dimas operacionalizava pagamentos e um dos beneficiários dos valores ilícitos sem dúvida foi **Aécio Neves**.

Delcídio contou que quando presidia a CPI dos Correios e a comissão decidiu quebrar o sigilo do Banco Rural, Aécio Neves era uma das pessoas que ficaram incomodados com essa quebra. Delcídio disse que Aécio Neves enviou emissários para pedir que o prazo para a entrega das informações fosse ampliado. Delcídio afirmou que foi convencido e concordou em dar mais prazo para o banco apresentar os dados. Mas ao receber as respostas, percebeu com surpresa que o tempo fora utilizado para maquiar dados contábeis do Banco Rural. E que eles atingiriam em cheio as pessoas de Aécio Neves e Clésio Andrade, então governador e vice-governador de Minas Gerais.

Delcídio relatou que os deputados sabiam que esses dados estavam maquiados, como Carlos Sampaio (PSDB) e Eduardo Paes, na época do PSDB, hoje prefeito do Rio pelo PMDB. Delcídio contou que uma vez foi a Belo Horizonte tratar desse assunto com Aécio Neves e na volta ouviu do hoje falecido deputado José Janene, do PP, que Aécio Neves era beneficiário de uma fundação sediada em um paraíso fiscal, da qual ele seria dono ou controlador de fato.

Essa fundação seria sediada em Liechtenstein e estaria em nome da mãe ou do próprio Aécio Neves. A procuradoria-geral da República vai abrir várias frentes de investigação com base nas informações de Delcídio do Amaral. Diante dos depoimentos, investigadores afirmam que o ex-presidente Lula pode se tornar alvo da maior investigação da Lava Jato no Supremo, a que apura se foi montado uma organização criminosa, com ajuda de políticos, na Petrobras. A PGR também vai avaliar se a Presidente Dilma Rousseff poderá ou não ser investigada, assim como o senador Aécio Neves. Delcídio vai cumprir a pena de dois anos e meio em prisão domiciliar e depois terá que prestar mais seis meses de serviços à comunidade. O acordo prevê ainda que ele só poderá ser condenado a, no máximo, 15 anos de prisão, sendo suspensas outras ações. Depois disso, de qualquer forma, só cumpre os dois anos e meio de prisão domiciliar.

Acusados reagem à delação de Delcídio

O Instituto Lula diz que não comenta falatórios. Que quem quiser levantar suspeitas em relação ao ex-presidente Lula que o faça diretamente e apresente provas, ou não merecerá resposta. Procurados pela TV Globo, os advogados do ex-presidente Lula não se manifestaram.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse que não tem conhecimento desses episódios e que se ocorreram, foram sem conexão com o governo dele.

O vice-presidente **Michel Temer** declarou que nunca foi padrinho de João Augusto Henriques. A indicação do nome dele para ocupar cargo na Petrobras foi feita pela bancada do PMDB na Câmara dos Deputados, assim como a de Jorge Zelada, posteriormente.

Os advogados do banqueiro André Esteves afirmaram que a delação do senador Delcídio do Amaral exime Esteves 100% do processo no Supremo porque o senador indica o senhor **José Carlos Bumlai** como agente financeiro. O próprio Ministério Público não cita mais André como investigado no anexo da delação.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, disse que não iria comentar a citação na delação do senador Delcídio do Amaral. E que não há uma acusação explícita, mas uma citação de forma genérica. Argumentou ainda que mantém diálogo com presidentes de grandes bancos, disse que não tem vergonha disso, considera normal.

O atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PMDB), negou que tenha sido procurado por Aécio Neves durante a CPI dos Correios para pedir o adiamento da quebra de sigilo bancário ou por qualquer representante do Banco Rural para tratar do assunto. E que desconhece que tenha havido maquiagem em quaisquer dados e que o trabalho de investigação foi acompanhado por técnicos do Tribunal de Contas da União e do Banco Central.

O senador Humberto Costa afirmou que a delação é um apanhado de notícias velhas a partir da colaboração de um outro delator que já mudou seis vezes o teor das denúncias.

O deputado Carlos Sampaio negou qualquer ilegalidade quando foi sub-relator da CPI dos Correios e lembra que foi ele que solicitou o indiciamento por crime eleitoral do então presidente do PSDB nacional, Eduardo Azeredo, e do coordenador da campanha de Azeredo Cláudio Morão.

A defesa do pecuarista José Carlos Bumlai informou que ele sempre negou enfaticamente as acusações. O filho dele, Maurício Bumlai, rejeita as citações feitas em seu nome pelo senador Delcídio do Amaral em sua delação premiada.

A defesa de Edson Ribeiro informou que desconhece a entrega de valores a Bernardo Cerveró e que, se algo foi entregue, Edson não sabia do conteúdo da matéria.

As defesas de **Erenice Guerra** e João Henriques dizem que eles irão se manifestar no momento oportuno.

Edson Lobão afirmou que a citação a ele é geral e sem detalhamento.

A defesa do ex-ministro Palocci informou que ele jamais participou de qualquer conversa sobre a Usina de Belo Monte e nem estava no poder executivo nessa época. E que o nome citado na delação, "Antonio Carlos Palocci", não é a pessoa do ex-ministro Antonio Palocci.

A senadora Gleisi Hoffmann afirmou que a delação não aponta qualquer ilícito. São ilações apoiadas em matérias que já foram veiculadas pela imprensa.

Vital do Rego disse que nega qualquer relação com o seu nome e que sempre foi imparcial e respeitou os princípios constitucionais.

Fernando Francischini afirmou que convocou o senador Delcídio em CPIs e comissões e o denunciou por corrupção. Os extratos das passagens aéreas provam que ele nunca esteve em Brasília nas noites dos tais jantares. Esta retaliação, segundo ele, não o intimida e nem vai diminuir suas ações firmes contra o PT.

Jader Barbalho afirmou que tem "zero" envolvimento com as denúncias. E que nunca participou de negociação relacionada à Petrobras ou a Paulo Roberto Costa.

O advogado de Marcos Valério disse que não falou com o cliente dele sobre esse assunto e por isso não pode declarar nada.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, do PMDB, disse que não foi, nem poderia ser procurado para tratar de nenhum dos assuntos relacionados por Mercadante. Disse ainda que o Senado não tomou nenhuma das iniciativas indicadas. Renan Calheiros disse ainda que as citações não são procedentes.

A defesa de Clésio Andrade disse que desconhece o teor da delação e por isso não vai comentar.

A assessoria de Romero Jucá disse que as alegações contra o senador não mostram especificamente qualquer irregularidade. E afirmou que Jucá está à disposição da Justiça.

A assessoria de José Sarney disse que o ex-presidente jamais se envolveu nos assuntos citados.

O senador Valdir Raupp disse que Paulo Roberto Costa na delação dele declarou que não há indicação de Raupp na Petrobras. O senador também afirmou que não tem nenhuma nomeação no setor elétrico no Governo Federal.

As defesas de Leo Pinheiro e Flavio Barra não irão se manifestar. Não conseguimos contato com o ex-ministro Silas Rondeau. João Henriques só vai se manifestar no momento oportuno.

Marco Maia afirmou que a delação quer desgastar o PT e não recebeu qualquer doação de empresa investigada.

Edson Lobão afirmou que a citação é geral e não o incrimina.

O senador Aécio Neves, do PSDB, afirmou que a mãe dele planejou criar uma fundação no exterior, em 2001, com recursos da venda de imóveis e declarou no imposto de renda. Mas que desistiu em 2007. O senador Aécio Neves afirma que o assunto já foi arquivado por duas vezes - pela Justiça Federal e pela procuradoria-geral da República - sem abertura de ação penal. Sobre a acusação de ter recebido dinheiro de propina de Furnas, o senador Aécio Neves afirma que Delcídio repete acusações falsas.

"A lista de Furnas já teve seu autor condenado, por mais de sete anos, cumpriu pena em Minas, ainda é investigado e processado por inúmeros crimes e essa lista de Furnas não é uma lista, mas várias

listas de Furnas para todos os gostos, constituída para chantagear determinados agentes políticos, inclusive do PT", disse o senador.

O senador Aécio Neves disse ainda que jamais tratou com Delcídio de nenhum assunto referente à CPI dos correios. Que nunca pediu a ninguém que o fizesse. E que nunca manteve qualquer relação com o Banco Rural.

O presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto, afirmou que as acusações de Delcídio são mentirosas e fazem parte de um folclore que já foi evocado outras vezes e devidamente desmentido.

A defesa do ex-ministro Silas Rondeau afirmou agora há pouco que os fatos narrados por Delcídio não são verdadeiros. E que na época ele não era mais ministro.

O banco BTG disse que não é e nunca foi mantenedor do Instituto Lula.

ANEXO “H” – Políticos da Oposição e do Governo comentam delação de Delcídio – Edição de 15/03/2016

Outros políticos da oposição e do governo também comentaram a delação do senador Delcídio do Amaral.

O Advogado Geral da União, José Eduardo Cardozo, estava tomando café da manhã com jornalistas quando a delação foi divulgada. Saiu direto para uma reunião de emergência com a presidente Dilma e os ministros Jaques Wagner e Ricardo Berzoini no palácio do Planalto. O ministro Aloizio Mercadante foi o último a chegar.

A preocupação no Planalto ficou clara: blindar a presidente; evitar que as novas acusações chegassem até ela. Cabia ao ministro Mercadante se defender - ele que é dos mais próximos da presidente. Ela criticou e cobrou explicações e mandou se explicar publicamente.

A presidente ficou irritada com o trecho da delação em que Delcídio do Amaral afirma que Aloizio Mercadante agiu como emissário dela e, portanto, do governo, ao oferecer ajuda ao senador.

Em nota, sem citar o nome de Delcídio do Amaral, a presidente disse que repudiou com veemência e indignação a tentativa de envolvimento do nome dela na iniciativa pessoal do ministro Aloizio Mercadante, no episódio relativo à divulgação pela revista Veja, que na manhã desta terça-feira (15) publicou trechos da conversa de Mercadante com um assessor do senador Delcídio do Amaral.

A oposição pediu a exoneração do ministro Mercadante.

“É humilhante para uma presidente da República ter que conviver com um ministério desse. Com um ministro com esse nível de comprometimento, não restaria outra alternativa se não a demissão do ministro, mas a fragilidade é tamanha que parece que o preço da desmoralização suprema terá que ser paga com a manutenção do ministro Mercadante à frente da pasta que ele comanda”, declarou o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), líder do partido.

Governistas disseram que não há motivos para exoneração, muito menos prisão de Mercadante.

“A gente precisa ter muito cuidado para não condenar só pela delação, e evidentemente Mercadante nos comunicou que está à disposição da Justiça e do Congresso para prestar qualquer esclarecimento”, afirmou o deputado José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara.

A oposição acredita ainda que a delação dá mais fôlego para o pedido de impeachment da presidente.

“A situação do governo passou a ser mais grave depois de domingo e muito mais grave depois da delação do senador Delcídio”, disse o senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP), líder do partido.

O líder do governo no Senado, Humberto Costa, investigado na Lava Jato, rebateu.

“Todos viram que continua a ser, como em outros casos, muito uma história de ouvi dizer, ouvi falar, sem que haja, ao mesmo tempo, provas para isso aí. Eu creio que, se ele tiver as provas, irá apresentar, mas cumprirá a ele fazer isso”, apontou o senador Humberto Costa (PT-PE), líder do governo no Senado.